



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO SUPERIOR DE
BACHARELADO EM AGRONOMIA**

CAMPUS VIDEIRA

SETEMBRO/2022



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

**SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITORA**

**JOSEFA SUREK DE SOUSA DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORA DE ENSINO**

**JAQUIEL SALVI FERNANDES
DIRETOR GERAL DO CAMPUS VIDEIRA**

**JOSY ALVARENGA CARVALHO GARDIN
DIRETOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO**

**RAFFAEL TÓFOLI
COORDENADOR GERAL DE ENSINO**

**ALAN SCHREINER PADILHA
COORDENADOR DO CURSO**



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

ALAN SCHREINER PADILHA

MEMBRO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PPC

ALEDSON ROSA TORRES

MEMBRO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PPC

ANDRESSA FERNANDA CAMPOS

MEMBRO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PPC

GILSON RIBEIRO NACHTIGALL

MEMBRO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PPC

CARLOS RODOLFO PIEROZAN

MEMBRO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PPC

RICARDO DE ARAÚJO

MEMBRO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PPC

SANDRO DAN TATAGIBA

MEMBRO DA COMISSÃO RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PPC



SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	4
2 IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO.....	5
3 CONTEXTO EDUCACIONAL.....	8
3.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO - <i>CAMPUS VIDEIRA</i>	8
3.2 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO.....	10
3.3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO.....	13
4 OBJETIVOS DO CURSO.....	19
4.1 OBJETIVO GERAL.....	19
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	20
4.2.1 Engenharia rural.....	20
4.2.2 Gestão rural.....	20
4.2.3 Produção vegetal.....	21
4.2.4 Produção animal.....	21
4.2.5 Agroindústria.....	21
4.2.6 Solos.....	22
4.3 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO.....	22
5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	23
5.1 POLÍTICAS DE ENSINO, EXTENSÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO.....	23
5.1.1 Políticas de ensino.....	23
5.1.2 Políticas de extensão.....	24
5.1.3 Políticas de pesquisa.....	26
5.1.4 Políticas de inovação.....	28
5.2 POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE.....	29
5.2.1 Assistência estudantil.....	29
5.3 POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.....	30
5.3.1 Educação inclusiva e atendimento educacional especializado.....	30
5.3.2 Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas (Napne).....	31
6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	32
6.1 PERFIL DO EGRESO.....	32
6.2 CAMPO DE ATUAÇÃO.....	33
6.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	35
6.3.1 Relação teoria e prática.....	36
6.3.2 Prática profissional.....	36
6.3.3 Interdisciplinaridade.....	37
6.4 MATRIZ CURRICULAR.....	38
6.4.1 Matriz curricular para os ingressantes a partir de 2023.....	39
6.4.2 Matriz curricular dos componentes curriculares optativos.....	43
6.5 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO.....	44
6.6 AÇÕES DE PESQUISA E EXTENSÃO.....	47
6.7 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E DA PESQUISA.....	48



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

6.8 LINHAS DE PESQUISA.....	51
6.9 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES.....	51
6.10 ATIVIDADES DE MONITORIA.....	55
6.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO.....	55
6.12 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO.....	56
6.12.1 Estágio curricular supervisionado obrigatório.....	56
6.12.2 Estágio curricular não obrigatório.....	57
7 AVALIAÇÃO.....	58
7.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM.....	58
7.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO.....	61
7.2.1 Avaliação externa.....	61
7.2.1 Avaliação interna.....	61
7.3 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS.....	62
7.4 AVALIAÇÃO DE EXTRAORDINÁRIO SABER.....	64
8 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA.....	65
9 EMENTÁRIO.....	66
9.1 Componentes Curriculares Obrigatórios.....	66
9.2 Componentes Curriculares Optativos.....	120
10 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO.....	133
10.1 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE.....	133
10.2 COORDENAÇÃO DE CURSO.....	137
10.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE.....	138
10.4 COLEGIADO DE CURSO.....	139
10.5 DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DISPONÍVEL.....	141
10.6 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO.....	144
11 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL.....	145
11.1 BIBLIOTECA.....	146
11.2 ÁREAS DE ENSINO E LABORATÓRIOS.....	146
11.2.1 Bloco pedagógico.....	146
11.2.2 Bloco administrativo.....	146
11.2.3 Bloco de sala de aulas.....	147
11.2.4 Campo experimental.....	147
11.2.5 Galpão de máquinas, equipamentos e ferramentas.....	148
11.2.6 Estufas agrícolas.....	148
11.2.7 Demais infraestruturas.....	148
11.2.8 Infraestrutura específica para o curso.....	149
11.2.9 Laboratórios.....	149
11.2.10 Laboratório didático de formação básica.....	149
11.2.11 Laboratórios didáticos de formação específica.....	149
11.2.12 Infraestrutura a ser implementada.....	155
11.3 ÁREAS DE ESPORTE E CONVIVÊNCIA.....	155
11.4 SETORES DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE.....	155



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

11.4.1 Atendimento de ensino.....	156
11.4.2 Atendimento de apoio pedagógico.....	156
11.4.3 Serviço integrado de suporte e acompanhamento educacional (SISAE).....	156
11.4.4 Atendimento educacional especializado (AEE).....	157
11.5 ACESSIBILIDADE.....	157
13 REFERÊNCIAS.....	158
14 ANEXOS.....	161
14.1 REGULAMENTO DE ESTÁGIO.....	161



1 APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados por meio da Lei nº 11.892/2008, constituem um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica que visa responder de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os estados, os Institutos Federais contêm a reorganização da rede federal de educação profissional, oferecendo formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio juntamente com os Colégios Agrícolas de Araquari e *Campus Camboriú*, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina. A esse conjunto de instituições somaram-se a recém-criada unidade de Videira e as unidades avançadas de Blumenau, Luzerna, Ibirama e Fraiburgo.

O IFC possui atualmente 15 *Campi*, distribuídos nas cidades de Abelardo Luz, Araquari, Blumenau, Brusque, Concórdia, Fraiburgo, Ibirama, Luzerna, Rio do Sul, Santa Rosa do Sul, São Bento do Sul, São Francisco do Sul, Sombrio e Videira, além de uma Unidade Urbana em Rio do Sul e da Reitoria instalada na cidade de Blumenau.

O IFC oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

Para que os objetivos estabelecidos pela Lei nº 11.892/2008 sejam alcançados faz-se necessário a elaboração de documentos que norteiem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional – PPI, com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso Superior de bacharelado em Agronomia, com o intuito de justificar a necessidade institucional e demanda social, considerando o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPI) e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

2 IDENTIFICAÇÃO GERAL DO CURSO

DENOMINAÇÃO DO CURSO	Curso Superior de Bacharelado em Agronomia
COORDENADOR	<p>Nome: Alan Schreiner Padilha Siape: 1985815 Regime de trabalho: 40 horas – Dedicação Exclusiva Graduação: Engenharia Florestal (Universidade do Contestado) Especialização: Levantamento Geodésicos (Universidade do Contestado) Mestrado: Engenharia Florestal – Produção Florestal (UDESC) Telefone: (049) 3533-4931 E-mail: alan.padilha@ifc.edu.br</p>
NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE	<p>Nome: Alan Schreiner Padilha Siape: 1985815 Regime de trabalho: 40 horas – Dedicação Exclusiva Graduação: Engenharia Florestal (Universidade do Contestado) Especialização: Levantamento Geodésicos (Universidade do Contestado) Mestrado: Engenharia Florestal – Produção Florestal (UDESC) E-mail: alan.padilha@ifc.edu.br</p>
	<p>Nome: Aledson Rosa Torres Siape: 1836436 Regime de trabalho: 40 horas – Dedicação Exclusiva Graduação: Farmácia Bioquímica Mestrado: Ciências Biológicas (UFSM) Doutorado: Farmacologia (UFSM) E-mail: aleldson.torres@ifc.edu.br</p>
	<p>Nome: Andressa Fernanda Campos Siape: 2276251 Regime de trabalho: 40 horas – Dedicação Exclusiva Graduação: Zootecnia (UNESP) Graduação: Licenciatura em Biologia (Claretiano-SC) Mestrado: Zootecnia – Forragicultura e Pastagens (UFV) Doutorado: Zootecnia – Forragicultura e Pastagens (UNESP) Pós-doutorado: Zootecnia – Forragicultura e Pastagens (UNESP) E-mail: andressa.campos@ifc.edu.br</p>
	<p>Nome: Gilson Ribeiro Nachtigall Siape: 2276251 Regime de trabalho: 40 horas – Dedicação Exclusiva Graduação: Engenharia Agronômica (UFPEL) Mestrado: Ciências Agrárias - Fitotecnia (UFPEL) Doutorado: Ciências Agrárias - Fitotecnia (UFPEL) E-mail: gilson.nachtigall@ifc.edu.br</p>
	<p>Nome: Carlos Rodolfo Pierozan Siape: 1157282 Regime de trabalho: 40 horas – Dedicação Exclusiva Graduação: Medicina Veterinária (UNICENTRO) Mestrado: Ciência Animal (UEL) Doutorado: Ciência Animal (UEL)</p>



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	E-mail: carlos.pierozan@ifc.edu.br
	Nome: Ricardo de Araújo Siape: 2064295 Regime de trabalho: 40 horas – Dedicação Exclusiva Graduação: Engenharia Agronômica (UEL) Mestrado: Agronomia – Fitotecnia (UEL) Doutorado: Agronomia – Fitotecnia (UEL) E-mail: ricardo.araujo@ifc.edu.br
	Nome: Sandro Dan Tatagiba Siape: 1336363 Regime de trabalho: 40 horas – Dedicação Exclusiva Graduação: Agronômica (UFRRJ) Graduação: Ciências Biológicas (Centro Universitário de Jales) Mestrado: Agronomia – Produção Vegetal (UFES) Doutorado: Ciências Agrárias – Fisiologia Vegetal (UFV) Pós-doutorado: (UFES) E-mail: sandro.tatagiba@ifc.edu.br
MODALIDADE	Presencial
GRAU	Bacharelado
TITULAÇÃO	Engenheiro Agrônomo
LOCAL DE OFERTA	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – Campus Videira Rodovia SC 135, km 125 - Bairro Campo Experimental CEP 89564-590 - Videira – SC Fone: (49) 3533-4900 E-mail: direcao.videira@ifc.edu.br https://videira.ifc.edu.br/
TURNO	Matutino - As aulas serão realizadas de segunda a sexta, podendo, também, serem ministradas sábados, conforme a necessidade.
NÚMERO DE VAGAS	40 anuais
CARGA HORÁRIA DO CURSO	Núcleo Básico: 300 horas Formação Profissional: 2925 horas Estágio Curricular Obrigatório: 360 horas Trabalho de Conclusão de Curso: 30 horas Atividades Curriculares Complementares: 80 horas Curricularização da Extensão e da Pesquisa: 396 horas para extensão e 394 horas para pesquisa (distribuídas dentro das disciplinas). Carga horária Total do Curso: 3695 horas
PERIODICIDADE DE OFERTA	Anual
PERÍODO DE INTEGRALIZAÇÃO	10 semestres
RESOLUÇÃO DE APROVAÇÃO DO CURSO	Resolução do Consuper/ IFC n° 046/2019



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

Legislação vigente para o curso:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDBEN: Lei nº 9.394/1996;
- Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, carga horária mínima e tempo de integralização: Parecer CNE/CES nº 776/1997; Parecer CNE/CES nº 583/2001; Parecer CNE/CES nº 67/2003.
- Carga Horária e conceito de hora-aula: Parecer CNE/CES nº 261/2006; Resolução CNE/CES nº 3/2007.
- Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena: Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2004; Parecer CNE/CP 003/2004.
- Política Nacional de Educação Ambiental: Lei nº 9.795/1999; Decreto nº 4.281/2002;
- Língua Brasileira de Sinais: Decreto nº 5.626/2005;
- Acessibilidade para Pessoas com Necessidades Específicas e/ou mobilidade reduzida: Lei 10.098/2000; Decreto nº 5.296/2004.
- Núcleo Docente Estruturante: Resolução CONAES nº 01/2010;
- Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino: Decreto 9235 de 2017.
- Portaria 107/2004 de 22 de julho de 2004 – Sinaes e Enade: disposições diversas; Portaria Normativa nº 23 de 21 de dezembro de 2017- Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos.
- Estágio de estudantes: Lei 11.788/2008.
- Resolução CNE 01/2012: Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para inclusão de conteúdos que tratam da educação em direitos humanos.
- Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, conforme disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.
- Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura 2010.
- Resolução do CNE/CES nº 02 de 18 de junho de 2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- Plano de Desenvolvimento Institucional - 2019-2023. Reitoria do IFC - Blumenau, 2019.
- Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 Consuper/IFC.
- Resolução CNE/CES nº 01/2006 - institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agronômica ou Agronomia e dá outras providências.
- Parecer CNE/CES nº 306/2004 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em



Engenharia Agronômica ou Agronomia.

- Resolução do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia nº 218, de 29 de junho de 1973, discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.
- Decreto nº 23.196, de 12 outubro de 1933, que regula o exercício da profissão agronômica e dá outras providências.
- Resolução 02 de 2019 – Diretrizes Curriculares dos cursos de Engenharia.

3 CONTEXTO EDUCACIONAL

3.1 HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO - CAMPUS VIDEIRA

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC *Campus Videira* está situado no município de Videira - SC, no Vale do Rio do Peixe, distante 450 km da capital Florianópolis. Tem uma área de 377,85 km² e faz limite com os municípios de Caçador e Rio das Antas, ao norte; Pinheiro Preto, ao sul; Fraiburgo e Tangará, a leste; e Arroio Trinta e Iomerê, a oeste.

O município encontra-se na zona agroecológica do Vale do Rio do Peixe, com clima subtropical, segundo classificação de *Koppen*, apresentando temperatura moderada, chuva bem distribuída e verão brando. Podem ocorrer geadas, tanto no inverno como no outono. As temperaturas médias são inferiores a 20°C, exceto no verão. No inverno a média é inferior a 14°C, com mínimas inferiores a 8°C.

O acesso terrestre pode ser feito pelas SC-453 e SC-135, e o aéreo através do Aeroporto Municipal Prefeito Ângelo Ponzoni.

Em 2010, segundo dados do IBGE, o município de Videira apresentou população de 47.188 habitantes, sendo 42.856 residentes na área urbana e 4.332 na área rural.

No setor primário, sobressai-se a fruticultura, com ênfase na cultura do pêssego, ameixa e uvas; na pecuária, destacam-se a criação de suínos, aves e bovinos de leite; e no comércio e indústria, as cantinas de vinho, indústrias em geral e agroindústria.

Devido à sua topografia acidentada, característica peculiar da região, Videira possui muitos



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

atrativos naturais, como rios, cascatas e áreas verdes. Em 1965 foi criada, por lei municipal, a reserva florestal Parque da Uva, em uma área de 70.000 m² com bosques e áreas de lazer, composta por rica diversidade de plantas nativas.

O IFC *Campus* Videira iniciou suas atividades em março de 2006, como extensão da Escola Agrotécnica Federal de Concórdia e funcionou, até o início de 2010, no prédio da Escola Criança do Futuro – CAIC, espaço cedido pela Prefeitura Municipal de Videira. Neste local foram disponibilizadas duas salas de aula, onde funcionavam a secretaria, diretoria escolar e os laboratórios de informática e de química.

Neste mesmo período, teve início a primeira turma do Curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, constituída por trinta e cinco estudantes. Contava com um coordenador, uma secretaria e uma equipe de cinco professores. Em 2007 iniciou-se a segunda turma e ocorreu a contratação de novos professores. Para estas duas primeiras turmas, as aulas eram ministradas nos períodos matutino e vespertino e, em junho de 2008, realizou-se a formatura da primeira turma.

Ainda em 2008, emendas parlamentares possibilitaram a aquisição de equipamentos e o início das obras do *Campus*, no local onde anteriormente estava instalado o Horto Municipal da Prefeitura de Videira e, mediante realização de Audiência Pública na Câmara de Vereadores de Videira, realizada em 04 de abril daquele mesmo ano, foi sugerido que o *Campus* ofertasse cursos nas seguintes áreas de conhecimento: agropecuária, embalagens, indústria e licenciaturas.

Todos estes esforços conjuntos, que envolveram a comunidade junto com lideranças locais, foram culminados com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense - IFC, do qual o *Campus* de Videira faz parte (BRASIL, 2008).

Em 2009 foi realizado concurso público para a contratação de professores e técnicos administrativos. Também foi realizado o primeiro processo seletivo para a entrada de estudantes nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio em Agropecuária, Eletroeletrônica e Informática para o *Campus* Videira, e nos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio de Automação Industrial, Mecânica e Segurança do Trabalho para o *Campus* Avançado de Luzerna. Em 2010, o IFC *Campus* Videira contava com uma estrutura física composta por sete prédios, abrigando 22 salas de aula, a parte administrativa do *Campus*, cinco laboratórios, biblioteca,



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

cantina, auditório e ginásio de esportes. Possuía também, uma equipe formada por professores, pedagogos, psicólogo e técnicos administrativos.

Atualmente, o IFC *Campus Videira* oferece três cursos técnicos integrados ao ensino médio, dois cursos técnicos subsequentes, quatro graduações e a EJA, descritos na Tabela 1.

Tabela 1. Cursos ofertados pelo Instituto Federal *Campus Videira*.

Curso	Nível	Modalidade
Agropecuária	Médio técnico integrado	Presencial
Eletroeletrônica	Médio técnico integrado	Presencial
Informática	Médio técnico integrado	Presencial
Eletrotécnica	Médio técnico subsequente	Presencial
Segurança do Trabalho	Médio técnico subsequente	Presencial
Agronomia	Superior	Presencial
Ciência da Computação	Superior	Presencial
Engenharia Elétrica	Superior	Presencial
Pedagogia	Superior	Presencial
EJA	Médio com qualificação profissional	Presencial

3.2 JUSTIFICATIVA DA CRIAÇÃO DO CURSO

O setor agrícola brasileiro exerce expressiva importância para o desenvolvimento do país, contribuindo nos aspectos econômicos, sociais e ambientais. Apenas em grãos, no ano de 2017, o Brasil alcançou uma produção de 232 milhões de toneladas, colocando o agronegócio como responsável por 30% das exportações totais, atenuando os impactos econômicos, durante um crescimento fraco do PIB, além da produção de alimentos o setor fornece metade da demanda de energia do país (FAO, 2018).

Uma análise realizada por Gasques, Bacchi, Bastos, (2018, p. 02), demonstra um significativo crescimento e produtividade da agricultura brasileira de 1975 a 2016. O produto agropecuário quadruplicou no período de 1975 a 2016, “a produção de grãos passou de 40,6 milhões para 187,0 milhões de toneladas, e a produção pecuária expressa em toneladas de carcaças aumentou de 1,8 milhão de toneladas para 7,4 milhões de toneladas; suínos de 500 mil toneladas para 3,7 milhões toneladas, e frangos, de 373 mil toneladas para 13,23 milhões de toneladas”.



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

Esses resultados devem-se principalmente aos investimentos em pesquisa e desenvolvimento dos setores público e privado (por exemplo melhor utilização de insumos com efeitos diretos sobre a produtividade) e de políticas de incentivo setoriais, o que levou o país a se tornar um grande produtor de alimentos e um dos maiores produtores e exportadores de carnes, ao mesmo tempo que registrou elevação na produção animal, como ovos, leite e outros produtos de produção animal (GASQUES, BACCHI, BASTOS, 2018).

As perspectivas para o setor são otimistas, projeta-se para 2030 um crescimento da demanda global por energia de 40%, por água 50%, e por alimentos em 35%. Frente a essa necessidade, surge a preocupação de como atender essa demanda de maneira equilibrada entre população e ambiente e os componentes de produção de alimentos e energia. “Diante da expectativa de crescimento da demanda em um ambiente com recursos naturais finitos, crescentes requerimentos legais ambientais pressionam a produção agrícola pela busca contínua por processos mais intensivos e sustentáveis, o que consolida essa megatendência (EMBRAPA, 2018, p. 13). Nesse sentido, o setor agropecuário deve estar em constante aperfeiçoamento e com frequente inserção de novas tecnologias que atendam essas expectativas apresentadas.

Assim como a economia brasileira tem sua base de sustentação no agronegócio, o estado de Santa Catarina também tem como principal apporte econômico o agronegócio. Este setor também é primordial para economia catarinense, ou seja, no ano de 2016 foi registrado que o agronegócio gerou mais 700 mil empregos diretos, o agronegócio foi responsável por 29% do PIB catarinense (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2016).

Portanto, a oferta do curso de agronomia, em especial, tem e muito a contribuir com o desenvolvimento deste setor na região meio oeste catarinense e no estado de Santa Catarina, possibilitando consequentemente uma melhor qualidade de vida tanto aos produtores rurais como a população em geral. É, por meio deste setor e de suas tecnologias, que se garante a segurança alimentar, a segurança do alimento, a redução do êxodo rural, a conservação do meio ambiente e uma economia robusta. Em suma, atualmente, o setor do agronegócio é uma arena fértil para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias de ponta que tenham como objetivo principal a sustentabilidade social, ambiental e econômica.

O município de Videira, localizado no Meio-Oeste do estado de Santa Catarina, compõe, junto a outros 21 (vinte e um) municípios, a região conhecida como Vale do Rio do Peixe. A



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

economia gira em torno do comércio, da indústria e da agropecuária, que por sua vez, representa a maior fatia das atividades econômicas do município, sendo responsável pela movimentação de 75% da economia local. Dentre as atividades agrícolas desenvolvidas na região, destacam-se a produção de uva, ameixa, pêssego e maçã, que abastecem o mercado local e de outras regiões do país.

No ramo da pecuária, Videira destaca-se a criação de bovinos de corte, bovinos de leite, suínos e aves, que são absorvidos pelos frigoríficos da região. Além disso, desenvolve ainda atividades agroindustriais, referentes à produção de embutidos de carnes, derivados do leite, doces, geleias, sucos e vinhos.

O IFC - Videira tem participado ativamente da formação de profissionais com interesses em ciências agrárias, ofertando o curso técnico em Agropecuária, nas modalidades integrado e subsequente ao ensino médio. Os egressos têm sido absorvidos pelo mercado de trabalho local e de outras regiões e, em muitos casos, retornado às suas propriedades para aplicar os conhecimentos construídos durante o curso. Porém, é importante ressaltar, que esses profissionais possuem atividades limitadas à formação de nível técnica, e, portanto, necessitam de uma formação superior para executá-las.

Na Tabela 2 são apresentados os municípios que ficam até 400 km de Videira - SC que oferecem cursos superiores de Agronomia e/ou Engenharia Agronômica e suas respectivas distâncias.

Tabela 2. Municípios que ofertam cursos de Agronomia e/ou Engenharia Agronômica e que localizam-se até 400 km à cidade de Videira-SC.

Cidade	Instituição	Distância (Km)	Esfera Administrativa
Campos Novos-SC	UNOESC	65,10	Privada
Caçador – SC	UNIARP	40,20	Privada
União da Vitória	UNIGUAÇU	67,00	Privada
Concórdia –SC	IFC	129,00	Pública /Federal
Canoinhas –SC	IFSC	193,00	Pública /Federal
Araquari – SC	IFC	370,00	Pública /Federal
Santa Rosa do Sul – SC	IFC	449,00	Pública /Federal
Rio do Sul – SC	IFC	190,00	Pública /Federal
Curitibanos – SC	UFSC	80,90	Pública /Federal



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

Florianópolis – SC	UFSC	409,00	Pública /Federal
Curitiba – PR	UFPR	329,00	Pública /Federal
Pato Branco – PR	UTFPR	237,00	Pública /Federal
Vacaria - IFRS	IFRS	259,00	Pública /Federal
Lages – SC	UDESC	187,00	Pública /Estadual
Porto Alegre – RS	UFRGS	442,00	Pública /Federal
Santa Maria – SC	UFSM	561,00	Pública /Federal
Pelotas – RS	UFPel	693,00	Pública /Federal

Diante do exposto, é fundamental para a região de Videira, a oferta de curso superior gratuito, que ofereça formação profissional para o fortalecimento das áreas de maior importância à economia local. Vale ressaltar, que a região do Vale do Rio do Peixe não é contemplada por nenhuma instituição pública de ensino com curso de graduação em Agronomia, o que justifica a oferta do curso por esta instituição.

3.3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DO CURSO

A educação formal desenvolvida em ambientes escolares apresenta no Brasil uma herança dual, ou seja, ensino propedêutico voltado às elites dirigentes e educação profissional voltada aos trabalhadores. Os currículos apresentam a tradição de atender especificamente as atividades profissionais a serem desenvolvidas na sociedade capitalista segmentada em classes sociais.

Com a Lei nº 4.024/1961 (BRASIL, 1961), a dualidade estrutural é realidade que sofre alterações a partir de mudanças ocorridas no mundo do trabalho. A diferenciação e o desenvolvimento dos vários ramos profissionais, em decorrência do desenvolvimento crescente dos setores secundário e terciário, conduzem ao reconhecimento da legitimidade de outros saberes, que não só de cunho acadêmico, na etapa que se caracteriza como tradicional nova, do ponto de vista do princípio educativo.

A situação agrava-se com Lei nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971) que pretendeu substituir a dualidade pelo estabelecimento da profissionalização compulsória no Ensino Médio; dessa forma, todos os filhos da classe média e baixa teriam uma única trajetória. A reforma do governo militar propôs um ajuste à nova etapa de desenvolvimento, marcada pela intensificação da



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

internacionalização do capital e pela superação da substituição de importações pela hegemonia do capital financeiro. É o “tempo do milagre”: ingresso do Brasil para o bloco do Primeiro Mundo. O desenvolvimento industrial e das cadeias produtivas precisavam de força de trabalho qualificada. Segundo Kuenzer (2007), a dualidade estrutural não pode ser resolvida no âmbito do projeto político-pedagógico escolar, mesmo porque é originada da dualidade estrutural das classes.

O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico da formação profissional para atender às demandas desse tipo de organização taylorista-fordista deriva-se de uma determinada concepção de qualificação profissional que a concebe como resultado de um processo individual de aprendizagem de formas de fazer, definidas pela necessidade da ocupação a ser exercida, complementada com o desenvolvimento de habilidades psicofísicas demandadas pelo posto de trabalho.

Nessa concepção, o desenvolvimento das competências intelectuais superiores e o domínio do conhecimento científico-tecnológico não eram necessários para os trabalhadores. A pedagogia do trabalho taylorista-fordista priorizou treinamento para a ocupação e muita experiência, cuja combinação resultava em destreza e rapidez, como resultado de repetição e memorização de tarefas bem-definidas, de reduzida complexidade e estáveis.

O mundo do trabalho no sistema capitalista exige um trabalhador de novo tipo, capacitada em todos os setores da economia, com saberes intelectuais que lhe permitam adaptar-se a produção flexível. Capacidades que merecem destaque: domínio dos códigos e linguagens, autonomia intelectual para resolver problemas práticos utilizando o conhecimento científico, buscando aperfeiçoar-se continuamente; autonomia moral, através de novas situações que exigem posicionamento ético, finalmente, a capacidade de comprometer-se com o trabalho, entendido de forma mais ampla de construção do homem e da sociedade, através da responsabilidade, da crítica e da criatividade. Já não se entende possível a formação profissional sem uma sólida base de educação geral.

A qualificação profissional requer conhecimentos e habilidades cognitivas e comportamentais que permitiam ao cidadão-produtor, chegar ao domínio intelectual e do técnico e das formas de organização social para ser capaz de criar soluções originais para problemas novos que exigem criatividade, a partir do domínio do conhecimento. É preciso outro tipo de pedagogia, determinada pelas transformações ocorridas no mundo do trabalho nesta etapa de desenvolvimento das forças



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

produtivas. Habilidades: saber lidar com a incerteza, substituindo a rigidez pela flexibilidade.

O acesso ao nível superior de qualidade, e em particular nos cursos nobres, que exigem tempo integral, escolaridade anterior de excelência, e financiamento técnico, bibliográfico, além de recursos complementares à formação, é reservado àqueles de renda mais alta, ressalvadas algumas exceções que continuam servindo à confirmação da tese da meritocracia.

A realidade atual é um mundo do trabalho reestruturado, no âmbito da globalização da economia, que restringe cada vez mais o número de postos e cria, ou recria, na informalidade, um sem número de ocupações precárias que, embora sirvam à sobrevivência, longe estão de permitir um mínimo de dignidade e cidadania.

O artigo 35 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9.394/1996 (BRASIL, 1996) requer para todos os níveis, o desenvolvimento da capacidade de usar conhecimentos científicos de todas as áreas para resolver situações que a prática social e produtiva apresenta ao homem cotidianamente. No atual estágio de desenvolvimento da sociedade capitalista, apenas o conhecimento prático e o bom senso, embora continuem sendo importantes, não são suficientes para enfrentar os desafios postos por um modelo de desenvolvimento que cada vez mais usa a ciência como força produtiva, para o bem e para o mal, ao mesmo tempo melhorando e destruindo a qualidade de vida, individual e social.

Para os que vivem do trabalho, a aprendizagem de conhecimentos e habilidades, instrumentais e cognitivas, imediatamente vinculadas ao exercício de atividades produtivas, é condição não só de existência, mas também da própria permanência no mercado de trabalho atual.

A efetiva democratização de um ensino que, ao mesmo tempo, prepare para a inserção no mundo do trabalho e para a cidadania, complementando nos níveis subsequentes por formação profissional científico-tecnológica e sócio-histórica, tal como proposto nas finalidades expressas na legislação, exige condições materiais que não são dadas para o caso brasileiro.

O papel da escola pública precisa ser atendido. É a construção de uma proposta pedagógica que propicie condições de aprendizagem variadas e significativas aos seus estudantes, de modo geral pauperizados economicamente, e, em consequência, pauperizados cultural e socialmente.

A escola de ensino público será democrática quando o projeto político pedagógico propiciar as necessárias mediações para que todos estejam em condições de identificar, compreender e buscar suprir, ao longo de sua vida, suas necessidades com relação à participação na produção científica,



tecnológica e cultural.

A escola pública de qualidade é a única alternativa de apropriação do conhecimento, tendo em vista cada vez mais a difícil construção da dignidade humana, finalidade máxima a orientar a elaboração do projeto político pedagógico. O aluno pode preferir mecânica à arte, porque essa é a realidade do trabalho que conhece e exerce precocemente como estratégia de sobrevivência; outro pode preferir ciências da terra às ciências exatas, porque suas experiências de classe não lhe propiciaram o desenvolvimento do raciocínio lógico.

É a escola, portanto, que lhe propiciará oportunidades de estabelecer relações com os distintos campos do conhecimento, de modo a exercer o seu direito à escolhas, e ao mesmo tempo superar suas dificuldades em face de suas experiências anteriores.

Para os que vivem do trabalho, a escola será um espaço privilegiado para o estabelecimento de relações significativas com as áreas do conhecimento de modo a preparar o aluno para assumir-se também como sujeito de sua história e da história da humanidade, compreendendo o papel revolucionário da ciência para a destruição das condições geradoras de exclusão, as quais, frutos das práxis humanas, só através dela serão superadas.

O eixo do currículo deverá ser o trabalho compreendido como práxis humana e como práxis produtiva, a partir do qual não há dissociação entre educação geral e formação para o trabalho. Toda a educação e educação para o trabalho não se confundirá com educação profissional stricto sensu. Assim, a formação profissional está presente na base nacional comum e não se confunde com a parte diversificada, que também atenderá a ambas as finalidades (KUENZER, 2007).

Esse eixo, contudo, exige recortes, para que não se caia na ilusão de um sistema científico único que articule todos os saberes, ou se permaneça na lógica que historicamente reproduziu a concepção positivista com sua fragmentação, cristalizada em disciplinas estanques. Esses recortes, observado estatuto epistemológico e histórico de cada ciência, deverão tomar como eixo organizador do currículo as diferentes práticas sociais e produtivas selecionadas a partir das características e demandas da clientela e da região, tendo em vista as finalidades de democratização do conhecimento para a construção da cidadania.

O princípio educativo que determinou o projeto pedagógico taylorista-fordista, ainda dominante em nossas escolas, deu origem às tendências pedagógicas conservadoras em suas distintas manifestações, que sempre se fundaram na divisão entre pensamento e ação, a partir do



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

que se distribuía diferentemente o conhecimento. O que era estratégico para a classe dominante, que mantinha o monopólio do saber científico, não podia ser democratizado, de modo que o acesso aos níveis superiores de ensino sempre foi controlado, com a interveniência do Estado, que mantinha a oferta de ensino gratuito nos limites das demandas do capital, através de um sistema educacional que se responsabilize pela seletividade.

Essa pedagogia foi dando origem a projetos político-pedagógicos ora centrados nos conteúdos, ora nas atividades, sem nunca propiciar relações entre o aluno e o conhecimento que integrassem efetivamente conteúdo e método, ou mesmo se constituíssem em mediações significativas que pudesse se constituir em aprendizagens. Dessa forma, não chegavam a propiciar o domínio intelectual das práticas sociais e produtivas para a maioria do alunado, que iria complementar sua educação para o trabalho em cursos específicos, treinamento ou através da prática no próprio trabalho. Relações significativas entre o aluno e a ciência só iriam ocorrer nos cursos superiores, para poucos que demonstrassem “mérito”.

Em decorrência de sua desvinculação da prática social e produtiva, a seleção dos conteúdos sempre obedeceu a critérios formais fundados na lógica positivista, em que cada objeto do conhecimento origina uma especialidade que desenvolve seu próprio quadro conceitual e se automatiza dos outros objetos da prática que o gerou. Concebidos dessa forma, os diferentes ramos da ciência deram origem a propostas curriculares em que as disciplinas são rigidamente organizadas e sequenciadas segundo sua própria lógica. Os conteúdos, assim organizados, são repetido de forma linear e fragmentada, predominantemente por meio do método expositivo combinado com a realização de atividades que vão da cópia de parcelas de texto à resposta de questões, em que mais importa cumprir a tarefa, tanto para o aluno, quanto para o professor, do que estabelecer profícua relação com o conhecimento.

Os alunos precisam compreender os laços que envolvem a dominação hegemônica, bem como os meios e estratégias que utilizam para desenvolver um comando que aprofunde as diferenças sociais e aos poucos, atuar de maneira que transformem esta realidade. Uma formação sem dualidade de ensino e de condições de aprendizagem, integrado à vida social do sujeito, levando em consideração as suas necessidades e possibilidades.

Assim, o curso superior de Agronomia precisa trabalhar os conhecimentos básicos inerentes às atividades desempenhadas pelo engenheiro agrônomo, conhecer as estruturas e aplicações que



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

giram no entorno, estabelecendo relações de modo que se possa desenvolver nos estudantes o espírito crítico para as questões que se apresentam no mundo do trabalho e na sociedade atual, para que tenham condições de integrar-se efetivamente na profissão e na vida, posicionando-se de maneira crítica e emancipatória com relação às injustiças sociais e às ambiguidades profundas existentes entre as classes sociais, entre os dominantes e os dominados.

O curso de Agronomia do Instituto Federal Catarinense *Campus Videira*, preocupado com questões técnicas, científicas, econômicas, sociais, ambientais e éticas, abordará conteúdos referentes a estas temáticas em suas componentes curriculares. Para isto, o aluno será colocado em situações que estimulam o pensamento crítico, pautado na formação integral do egresso.

Sabe-se, que a construção do conhecimento não se dá de forma isolada, e que este é passível de transformações. Neste sentido, o aluno será estimulado, através da integração, visualizar elos de ligação entre as diferentes áreas de saber que integram a grade curso.

Para isto, será aplicada a metodologia mais adequada para o alcance do objetivo pretendido, podendo ser utilizadas; a Transdisciplinaridade, Pluridisciplinaridade, Disciplinaridade cruzada, Interdisciplinaridade, Transdisciplinaridade, Integração correlacionado diversas disciplinas, Integração através de temas, tópicos e ideias, Integração em torno de uma questão da vida prática e diária, Integração a partir de temas e pesquisa decididos pelos estudantes, Integração por meio de conceitos, Integração a partir da organização do trabalho em períodos históricos e/ou espaços geográficos, Integração do processo de ensino com base em instituições e grupos humanos, Integração por meio de descobertas e invenções ou a partir da organização do trabalho por meio das áreas do conhecimento.

O Instituto Federal Catarinense *Campus Videira*, cumprindo sua missão, estimula o desenvolvimento de atividades internas e externas, que contribuem para o desenvolvimento econômico, social e ambiental da região. Durante a realização do curso, o aluno será estimulado, através de editais internos externos, a participarem de projetos de pesquisa, extensão, bem como atividades voluntárias relacionadas à formação profissional e humana.

A formação profissional será constantemente estimulada, por meio de ações que colocarão o aluno em contato com o mundo do trabalho, podendo ser mencionadas; visitas técnicas, atividades em equipe, trabalhos em laboratório dos conteúdos básicos, específicos e profissionais, em especial, nas áreas de física, química e informática, como recomenda a resolução CNE 02/2019.



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

Serão estimulados, também, a realização de estágio obrigatório e voluntário, criação de empresas juniores e participação em incubadoras. Além disso, será oportunizado aos alunos, através de palestras, semanas acadêmicas e outros eventos, o contato com profissionais da área de Agronomia, com o intuito de aproxima-los da realidade do mercado de trabalho.

Sobre a assistência estudantil, os estudantes curso de Agronomia do IFC *Campus Videira* tem o direito de se inscreverem em programas de assistência estudantil para suprir as necessidades de transporte, alimentação e demais recursos necessários para o êxito escolar do estudante.

Esta ação busca gerar condições de permanência dos estudantes, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, promovendo a permanência e a conclusão dos estudos; reduzir as taxas de retenção e evasão escolar; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O *Campus* também oferece atendimento aos alunos que se encontrarem nas situações previstas no Decreto-Lei n.º 1.044/69 e na Lei n.º 6.202/75, enquanto perdurar comprovadamente a situação de exceção.

Para combater a evasão e a repetência dos estudantes, as seguintes estratégias são propostas:

- Acompanhamento da frequência dos acadêmicos para buscar resolução do problema;
- Atendimento individual e coletivo pelo SISAE, conforme a necessidade e encaminhamentos;
- Disponibilidade de serviço de monitoria e atendimento docente extraclasse;
- Orientação e formação continuada aos docentes;
- Revisão das práticas de ensino e procedimentos de avaliação;
- Trabalhar a relação docente-aluno para melhora do diálogo e
- Utilizar o ambiente virtual de aprendizagem para disponibilizar atividades e otimizar o processo.

4 OBJETIVOS DO CURSO

4.1 OBJETIVO GERAL

Formar profissionais de nível superior em Agronomia para atuarem nas diferentes áreas do setor Agropecuário, preservando os recursos ambientais envolvidos nos diferentes níveis da cadeia de produção, bem como, maximizar a utilização dos recursos financeiros e tecnológicos



disponíveis.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Os objetivos específicos serão apresentados por subárea do conhecimento:

4.2.1 Engenharia rural

- Compreender e desenvolver atividades de aquisição, produção, interpretação e análise de informações espaciais relacionadas aos recursos terrestres.
- Conhecer e utilizar ferramentas empregadas no desenho técnico e representar graficamente áreas e construções rurais.
- Operar instrumentos topográficos a fim de executar levantamentos topográficos planimétricos para a obtenção de informações que permitam a interpretação, a análise e a intervenção em áreas rurais.
- Conhecer e operar instrumentos topográficos a fim de executar levantamentos altimétricos e planialtimétricos para a obtenção de informações que permitam a interpretação, a análise e a intervenção em áreas rurais.
- Realizar o correto manejo da água, bem como otimizar o uso dos recursos ambientais, técnicos e financeiros empregados na prática da irrigação.
- Projetar, calcular e prever custos de projetos para a construção de instalações rurais, respeitando as necessidades zootécnicas e das culturas economicamente produzidas.
- Conhecer, recomendar e regular máquinas e implementos empregados na produção agrícola e pecuária.

4.2.2 Gestão rural

- Tomar decisões relacionadas a gestão rural de um negócio utilizando técnicas, ferramentas e teorias básicas da administração, como planejar, organizar, dirigir e controlar os processos produtivos e de gestão do empreendimento.



- Analisar os cenários econômicos, técnicas mercadológicas de comercialização e distribuição dos produtos.

4.2.3 Produção vegetal

- Conhecer as principais culturas de verão e inverno, assim como, planejar as várias fases da produção e dinamizar o uso racional dos fatores bióticos e abióticos no intuito de aumentar a produção e a produtividade das lavouras agrícolas.
- Conduzir e orientar os produtores rurais na implantação, condução e colheita das principais espécies de plantas cultivadas.
- Reconhecer as principais plantas ornamentais, assim como, sua utilização nos projetos paisagísticos.
- Executar técnicas de propagação de plantas (sexuada e assexuada) economicamente produzidas.
- Planejar, conduzir e acompanhar a comercialização de hortaliças, dinamizando a produção de acordo com as necessidades do mercado e a preferência do consumidor, tendo discernimento sobre a preservação dos recursos naturais e a responsabilidade na utilização de agroquímicos.
- Planejar, organizar, executar e monitorar a propagação, o cultivo, a manutenção e o manejo de florestas.

4.2.4 Produção animal

- Capacitar os estudantes para que possam, ao concluir o curso, planejar, administrar e dar assistência nos diferentes sistemas de produção animal, buscando a alta produtividade, o bem-estar animal e a minimização dos impactos ambientais.

4.2.5 Agroindústria

- Capacitar os egressos para atuarem junto a agricultura familiar por meio da compreensão dos processos de transformação dos produtos primários de origem animal e vegetal, com o intuito de agregar valor ao produto final, primando a qualidade e a segurança do alimento.



4.2.6 Solos

- Analisar e interpretar análises de solo, bem como recomendar corretas dosagens de adubos para correção nutricional.
- Reconhecer riscos de degradação do solo e propor práticas conservacionistas que objetivam a manutenção da qualidade química, física e biológica deste recurso natural.
- Gerenciar de forma responsável as lavouras, respeitando a capacidade de uso da terra para reduzir os riscos de erosão.

4.3 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO AO CURSO

Os requisitos e formas de acesso ao curso de agronomia ocorrerá de acordo com as normas estabelecidas em edital publicado pelo instituto federal catarinense, no portal do ingresso, disponível em <<http://ingresso.ifc.edu.br/>>

Em resumo o ingresso nos cursos superiores ocorre por meio de:

- **Exame Nacional do Ensino Médio/Sistema de Seleção Unificado (ENEM/SISU)** - O critério de seleção "Nota Geral do Enem" é destinado para os candidatos que concluíram o ensino médio, prestaram a prova do ENEM nos anos indicados no edital de seleção e queiram utilizar a média geral obtida no ano escolhido para concorrer à vaga. As normas do processo são estabelecidas em edital específico;
- **Edital Cadastro Reserva** – O Cadastro de Reserva de vagas consiste em uma lista de classificação (com base nas notas obtidas no Ensino Médio, conforme Histórico Escolar), da qual poderão ser convocados(as) candidatos(as) para preenchimento de vagas que surgirem até um mês após o início das aulas, após esgotadas as chamadas via SISU.
- **Edital Vagas Não-Ocupadas** - O Edital de Vagas Não-Ocupadas consiste em uma lista de classificação, da qual poderão ser convocados(as) candidatos(as) para preenchimento de vagas



que surgirem até um mês após o início das aulas, após esgotadas as chamadas via Sisu e Cadastro de Reserva;

- **Edital de Transferência Interna, Externa, Reintegração e Ingresso de Diplomados** - Ingresso conforme disponibilidade de vagas previstas em edital, conforme classificação dos candidatos.

5 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

5.1 POLÍTICAS DE ENSINO, EXTENSÃO, PESQUISA E INOVAÇÃO

5.1.1 Políticas de ensino

As políticas de ensino, que visam atender tanto a educação básica quanto o ensino superior, estão demarcadas pela atuação dos Institutos Federais. Estas trazem na sua concepção a educação profissional e tecnológica como um

processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio- históricas e culturais de poder (BRASIL, 2003, p.10).

Uma política de ensino ajustada aos princípios desta concepção pedagógica compreende a organização curricular dos Institutos Federais como um espaço ímpar de construção de saberes, cuja proposta se constrói através da verticalização dos currículos, possibilitando o diálogo simultâneo e de forma articulada entre educação básica e pós-graduação, trazendo a formação profissional como paradigma nuclear.

Desta maneira, os Institutos Federais, enquanto locus de oferta de educação de qualidade social nos diversos níveis e modalidades de ensino, precisam se relançar constantemente aos desafios de reconstruir, de redefinir conceitos e ações orientadoras visando o estabelecimento de novas práticas pedagógicas. Isso pressupõe políticas e ações que promovam a interdisciplinaridade, a contextualização de conhecimentos (gerais, éticos, humanos, técnicos e tecnológicos), a



investigação científica e a interação com as diversas instâncias sociais, objetivando dirimir as fragilidades e qualificar as comunidades locais e regionais.

As ações do Ensino propostas pelo Instituto Federal Catarinense estão reguladas pela Lei 11.892/2008, pelo Acordo de Metas e Compromissos firmado pelo MEC/SETEC e IFC, pelas metas definidas no Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) e pelos princípios pedagógicos definidos neste PDI.

5.1.2 Políticas de extensão

Os limites e possibilidades da Rede Federal de EPCT impactam diretamente o desenvolvimento da Extensão. Verificam-se desafios, avanços e possibilidades. Entre os avanços, destacam-se dois. Primeiramente, a institucionalização da atividade extensionista. É mister citar a Constituição Brasileira (1988), que preceitua a indissociabilidade entre o Ensino, a Extensão e a Pesquisa; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que confere importância às atividades extensionistas; e a destinação, feita pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), que destina 10% da creditação curricular a ações de extensão.

O segundo avanço relaciona-se com a priorização da Extensão em vários programas e investimentos do Governo Federal, entre os quais dois, desenvolvidos no âmbito do MEC, merecem destaque: o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) e o Programa de Educação Tutorial (PET). É preciso ressaltar, tendo em vista os espaços em que a extensão ainda não foi normatizada ou ainda não é implementada, sua relevância para a renovação da prática e métodos acadêmicos. Sem as ações extensionistas, está-se vulnerável à repetição dos padrões conservadores, que reiteram a endogenia, obstaculizando o cumprimento da missão dos Institutos Federais.

A implantação de normatizações próprias e a implementação de ações extensionistas, objetivando a promoção de transformações na Rede Federal de EPCT, devem ser orientadas pelo conceito e diretrizes da Extensão. Fruto de longo, amplo, aberto e continuado debate no âmbito do Fórum de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, bem como da experiência extensionista dos servidores do Instituto Federal Catarinense, apresenta-se o conceito de Extensão:



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

A extensão no âmbito do Instituto Federal Catarinense é um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que promove a interação entre as instituições, os segmentos sociais e o mundo do trabalho com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos, visando o desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.

Assim conceituada, a Extensão denota uma postura dos *Campus* do IFC nas sociedades em que se inserem. Seu escopo é o de natureza processual multifacetada, pretendendo promover transformações não somente na comunidade interna, mas também nos segmentos sociais com os quais interage. O conceito de Extensão e entendimentos pactuados no âmbito do FORPROEXT cumprem função sine qua non na orientação de nossa práxis extensionista. Ademais, à luz da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que instituiu a Rede Federal, são estas, destarte, as diretrizes propostas pelo Instituto Federal Catarinense:

- Interação dialógica: pretende-se fazer ações COM a comunidade. As relações entre o IFC e a comunidade são marcadas pelo diálogo, pois entende-se a importância do processo de troca entre os saberes popular e acadêmico. Dessa forma, nossa prática extensionista ocorre como ação de via dupla com os atores sociais que participam da ação.
- Indissociabilidade com o ensino e a pesquisa: promove-se uma nova visão de aprendizagem, integrando a ela o processo de produção do conhecimento, a qual é entendida como princípio intrínseco e essencial para formação acadêmica dos discentes. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (ensino) e de geração de conhecimento (pesquisa).
- Impacto e Transformação: entende-se que as atividades extensionistas constituem apporte decisivo para a formação humana do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as questões sociais, facilitando a apropriação de compromissos éticos e sociais; ademais, entende-se que as atividades de extensão atendem aos arranjos produtivos, culturais e sociais em consonância com a realidade das comunidades locais e regionais. Há forte caráter de promoção da autonomia da comunidade, principalmente daquelas em situação de vulnerabilidade social.
- Interdisciplinaridade: busca-se a integração de diferentes eixos tecnológicos, de áreas distintas do conhecimento, afirmando ações em convergência com as Áreas Temáticas cf. FORPROEXT:



Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho. Visa-se a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular;

- Avaliação formativa: propõe-se o acompanhamento processual e qualitativo das ações. É de fundamental importância a avaliação da sociedade sobre as atividades do IFC, bem como a análise do impacto da ação extensionista na transformação tanto da comunidade como do próprio IFC, que pode ser percebida pela criação de novos cursos, estágios e linhas de pesquisa.

5.1.3 Políticas de pesquisa

Um dos grandes desafios da educação profissional e tecnológica está na busca de caminhos que possibilitem viabilizar uma aprendizagem capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho. Assim, entende-se que a pesquisa na educação profissional estabelece uma estreita relação com o ensino e a extensão, uma vez que o ato de pesquisar permeia todas as ações e evolui em complexidade e rigor à medida que os níveis educativos se aprofundam, acompanhando o princípio da verticalidade.

Desta forma, no âmbito do IFC, a pesquisa é entendida como atividade indissociável do ensino e da extensão e visa à geração e à ampliação do conhecimento, estando necessariamente vinculada à criação e à produção científica e tecnológica, seguindo normas éticas em pesquisas preconizadas pela legislação vigente.

A integração da pesquisa com o ensino é concretizada por meio de estratégias pedagógicas contempladas nos currículos dos cursos, possibilitando aos discentes o envolvimento com métodos e técnicas de pesquisas e a compreensão das estruturas conceituais nas diferentes áreas do saber e de acordo com os diferentes níveis de formação. Da mesma forma, para acompanhar as tendências tecnológicas emergentes, a Instituição priorizará a formação continuada de profissionais pesquisadores, docentes e técnicos, por meio da realização de cursos de capacitação e de eventos para atualização e divulgação de resultados de pesquisas.

Nesse sentido, as diretrizes que orientam as ações da pesquisa, pós-graduação e inovação visam consolidar níveis de excelência nas atividades de pesquisa, especialmente nas aplicadas, por meio do estímulo ao desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas e à extensão de seus



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

benefícios à comunidade. Assim, os esforços são direcionados para que os conhecimentos produzidos possam contribuir com os processos locais e regionais, numa perspectiva de reconhecimento e valorização dos mesmos no plano nacional e global, bem como para que tenham caráter inovador, para buscar a melhoria contínua desses processos. As estratégias, consequentemente, buscam fortalecer e consolidar os grupos de pesquisa nas diversas áreas do conhecimento em que o IFC atua, de acordo com as demandas sociais, econômicas e culturais locais, e, ainda, criar as condições necessárias para a promoção da pós-graduação, especialmente em nível stricto senso.

As diversas ações necessárias, com o objetivo de incentivar, promover e fortalecer os programas e projetos de pesquisa, serão realizadas pelos *Campus* e pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, procurando-se favorecer o desenvolvimento integrado de pesquisas científicas e fortalecer os princípios da verticalidade e transdisciplinaridade. Para tanto, maior ênfase será dada ao reforço de um ambiente institucional para o desenvolvimento da pesquisa, por meio da definição de linhas de pesquisa por temas aglutinadores e abrangentes.

Desta forma, como diretrizes de Pesquisa do IFC para os próximos anos, buscar-se-á: a implementação de um programa permanente de fomento, avaliação e acompanhamento das atividades de pesquisa em suas diferentes modalidades, visando sustentar a produção intelectual institucionalizada; o apoio à formação, reorganização e consolidação de grupos de pesquisa que favoreçam a verticalização da produção do conhecimento, buscando iniciativas inovadoras, de acordo com diferentes demandas e expectativas, bem como a articulação entre as várias áreas do saber, potencializando o caráter intersetorial e interinstitucional da pesquisa; o estabelecimento de parcerias com institutos, universidades, centros de pesquisa e outras instituições nacionais e/ou internacionais, incluindo as organizações privadas, na área de pesquisa e desenvolvimento; o estímulo e apoio ao relacionamento com as agências de fomento, de forma a garantir o pleno desenvolvimento dos programas, projetos e atividades de pesquisa e de pós-graduação; o incentivo e apoio à melhoria da produção científica e do desempenho do corpo docente e discente; o estímulo à publicação e divulgação dos resultados de pesquisa em eventos afins, periódicos científicos, livros, manuais, bem como o registro de produtos, patentes e similares; dentre outras.



5.1.4 Políticas de inovação

No IFC a inovação é considerada resultado do trabalho conjunto entre ensino, pesquisa e extensão, e tem como objetivo o desenvolvimento de soluções tecnológicas para resolver problemas locais. A gestão da inovação é feita pelo Núcleo de Inovação Tecnológica, órgão centralizado na Reitoria e vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação.

A inovação pode ser tecnológica (criação ou melhoria de produtos e/ou processos), ou social (criação de produtos e técnicas desenvolvidos na interação com a comunidade e que representem efetivas soluções de transformação social).

Neste sentido, as políticas de inovação são focadas na consolidação da cultura de inovação, no apoio ao desenvolvimento de soluções técnicas para atendimento às demandas locais, na proteção do conhecimento institucional e na transferência das tecnologias à sociedade.

Para a consolidação da cultura de inovação, ou seja, a inovação na prática, a instituição promoverá ações de incentivo e financiamento de projetos de pesquisa e extensão tecnológica, cursos e palestras para a comunidade, para disseminar os conhecimentos na área, e o fortalecimento da estrutura física e de pessoal do Núcleo de Inovação Tecnológica, expandindo-o aos *Campus* e aproximando-o dos pesquisadores.

O desenvolvimento de soluções técnicas para atendimento às demandas locais está ligado às ações de Extensão, que atua no diagnóstico das necessidades regionais. Neste sentido, as ações serão voltadas para a intermediação entre as demandas identificadas (sociedade) e a capacidade institucional de atuação (IFC). Desta forma, a instituição fomentará a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação (PD&I) para o desenvolvimento social, no âmbito da tecnologia social, e aumento da competitividade do setor produtivo.

A proteção do conhecimento e a transferência de tecnologias desenvolvidas no IFC serão assegurados pelo trabalho constante do Núcleo de Inovação Tecnológica, por meio de controle das ações geradoras de tecnologia; de criação e monitoramento de indicadores de desenvolvimento tecnológico e inovação e de popularização da produção tecnológica institucional na rede pública de ensino, setor produtivo e demais setores da sociedade.

Desta forma, as políticas de inovação estão alinhadas com as políticas de pesquisa, extensão e ensino e têm como objetivo principal colaborar para o cumprimento do conjunto de finalidades do



IFC apresentados na sua Lei de criação.

5.2 POLÍTICAS DE APOIO AO ESTUDANTE

5.2.1 Assistência estudantil

A Política de Assistência Estudantil no IFC encontra-se vinculada à Coordenação-Geral de Políticas e Programas Estudantis na Pró-reitoria de Ensino. A mesma tem como objetivo promover o atendimento integral e interdisciplinar ao estudante, visando a colaborar com o processo de ensino-aprendizagem, a saúde, o bem-estar, a permanência e o êxito estudantil.

Esta Coordenação visa desenvolver programas e projetos que vão ao encontro das necessidades sociais dos estudantes, além de traçar estratégias de acesso e permanência na Instituição, principalmente daqueles oriundos de classes menos favorecidas socioeconomicamente, contribuindo, assim, para a efetivação da educação como um direito social.

O Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tem como objetivos democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; aumentar as taxas de retenção e diminuir as de evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. As ações do Programa devem contemplar as seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, lazer, apoio pedagógico, acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência.

Os *Campus* do IFC, através do Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE), desenvolvem ações de apoio, orientação, capacitação, inclusão e identificação das demandas sociais apresentadas pelos estudantes através de equipe multiprofissional, composta por profissionais das áreas de serviço social, psicologia, medicina, enfermagem, nutrição, psicologia, odontologia, entre outros.

A Política de Assistência Estudantil, articulada com os demais setores da Instituição, tem como objetivos duas linhas de ação:



- O atendimento a estudantes em vulnerabilidade social, por meio da viabilização de recurso financeiro que atenda as necessidades básicas para seu acesso, permanência e êxito dentro da instituição;
- O atendimento universalizado através da formação integral com ações destinadas a todos os estudantes.

5.3 POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

5.3.1 Educação inclusiva e atendimento educacional especializado

Há muito vem se discutindo institucionalmente a formulação de espaço para a promoção da diversidade e inclusão no âmbito do IFC, de forma a contemplar ações de inclusão nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e inovação, para a promoção do respeito à diversidade socioeconômica, cultural, étnico-racial, de gênero e de necessidades específicas, e para a defesa dos direitos humanos. Os núcleos mencionados no item anterior, são o resultado do esforço institucional neste sentido, os quais abordam as questões de diversidade e inclusão, afro-brasileiros e indígenas, de gênero e sexualidade, e de pessoas com necessidades específicas.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é uma das ações promovidas pelo NAPNE e que compõem o conjunto das ações de atendimento ao estudante do IFC. Regulamentado pela Portaria Normativa nº 04, de 29 de janeiro de 2018, é um dos responsáveis por promover a educação inclusiva. O AEE é o conjunto de atividades e recursos pedagógicos para a acessibilidade, organizados de forma complementar e/ou suplementar para a formação dos estudantes com necessidades específicas de acordo com o Decreto lei nº 7611/2011 e Resolução nº 015/Consuper, de 29 de abril de 2021.

As ações do AEE visam garantir o pleno acesso e a participação dos estudantes com necessidades nas atividades pedagógicas, por meio do atendimento às demandas específicas, a ser realizado em articulação com as demais políticas públicas, quando necessário, conforme estabelece a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, o Decreto lei nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 e o decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004.



Dentre os principais objetivos está o apoio ao desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos permitindo a diminuição das barreiras existentes no processo de ensino e aprendizagem, além de promover condições para a continuidade dos estudos em todos os níveis e em todas as etapas e modalidades de ensino. Para os estudantes no ensino superior será oferecido o atendimento do AEE, a garantia da terminalidade específica e a temporalidade diferenciada em consonância com a legislação vigente em nosso país.

São considerados público-alvo do AEE: estudantes com deficiência; estudantes com transtornos globais do desenvolvimento; estudantes com altas habilidades/superdotação e estudantes com necessidades específicas que necessitam de acompanhamento pedagógico contínuo. Não é obrigatória a apresentação de laudo ou outra documentação para o AEE. A necessidade de atendimento para o estudante é avaliada pela equipe de AEE, composta por pedagogo, psicólogo e professor de Educação Especial/AEE.

5.3.2 Núcleo de atendimento às pessoas com necessidades específicas (Napne)

O Napne é um órgão de assessoramento e encontra-se ligado, na Reitoria, à Pró-Reitoria de Ensino e, em cada *Campus*, diretamente à Direção-Geral. Atua no âmbito institucional interno e externo, assessorando as Direções de Desenvolvimento Educacionais dos *Campus* e participando dos movimentos comunitários. O Napne conta com um Regulamento Interno, aprovado pelo Conselho Superior. Apresenta como finalidades:

- Promover na Instituição a cultura da educação para a inclusão, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas.

Ao Napne compete:

- A disseminação da cultura da inclusão no âmbito do IFC através de projetos, assessorias e ações educacionais, contribuindo para as políticas de inclusão das esferas municipais, estadual e federal;
- Mediar as negociações e convênios com possíveis parceiros para atendimento das pessoas com necessidades específicas;
- Avaliar e propor diretrizes e metas a serem alcançadas, no tocante à Inclusão no IFC;



- Auxiliar na implementação de políticas de acesso e permanência dos alunos com necessidades educativas específicas, de acordo com a legislação vigente;

6 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

6.1 PERFIL DO EGRESO

O Engenheiro Agrônomo formado pelo Instituto Federal Catarinense *Campus Videira*, é um profissional habilitado para atuar nas diferentes etapas do processo de produção Agropecuária, responsável por otimizar o uso dos recursos ambientais envolvidos na produção, bem como, maximizar a eficiência dos recursos financeiros e tecnológicos disponíveis.

O egresso está habilitado a atuar de forma gerencial e operacional nas áreas de produção animal, produção vegetal, engenharia rural, agroindústria, solos e gestão rural.

No uso de suas atribuições, cabe ao Engenheiro Agrônomo aplicar de forma responsável, os conhecimentos técnicos, teóricos e práticos adquiridos, em consonância com os aspectos sociais, ambientais e econômicos, respeitando os arranjos produtivos locais da região onde atuará.

As habilitações do egresso do curso superior de Agronomia do Instituto Federal Catarinense *Campus Videira*, atendem as recomendações das atividades apresentadas no Artigo 1 da Resolução 218/1973, apresentadas no item 5 (Campo de atuação), deste Projeto Pedagógico.

Além disso, conforme a Resolução do CNE/CES 01/2006 (BRASIL, 2006, p. 2), que institui as diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em Engenharia Agronômica ou Agronomia e dá outras providências, em seu Art. 5º, enseja como perfil:

Art. 5º O curso de Engenharia Agronômica deve ensejar como perfil:

I - sólida formação científica e profissional geral que possibilite absorver e desenvolver tecnologia;

II - capacidade crítica e criativa na identificação e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade;

III - compreensão e tradução das necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como utilização racional dos recursos disponíveis, além da conservação do equilíbrio do ambiente; e

IV - capacidade de adaptação, de modo flexível, crítico e criativo, às novas situações.



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

E, ainda, conforme o Artigo Nº 03 da Resolução Nº 02 de 24 de abril de 2019, que institui as diretrizes curriculares nacionais do curso de graduação em Engenharia, o Egresso deverá:

“Art. 3º O perfil do egresso do curso de graduação em Engenharia deve compreender, entre outras, as seguintes características:

- I - ter visão holística e humanista, ser crítico, reflexivo, criativo, cooperativo e ético e com forte formação técnica;
- II - estar apto a pesquisar, desenvolver, adaptar e utilizar novas tecnologias, com atuação inovadora e empreendedora;
- III - ser capaz de reconhecer as necessidades dos usuários, formular, analisar e resolver, de forma criativa, os problemas de Engenharia;
- IV - adotar perspectivas multidisciplinares e transdisciplinares em sua prática;
- V - considerar os aspectos globais, políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e de segurança e saúde no trabalho;
- VI - atuar com isenção e comprometimento com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável.”

6.2 CAMPO DE ATUAÇÃO

Conforme estabelece os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura:

O Agrônomo ou Engenheiro Agrônomo atua, de forma generalista, no manejo sustentável dos recursos naturais, visando à produção agropecuária. Em sua atividade, desenvolve projetos de produção, transformação, conservação e comercialização de produtos agropecuários; organiza e gerencia o espaço rural; promove a conservação da qualidade do solo, da água e do ar. Controla a sanidade e a qualidade dos produtos agropecuários; desenvolve novas variedades de produtos; otimiza tecnologias produtivas e atua com as políticas setoriais. Coordena e supervisiona equipes de trabalho; realiza pesquisa científica e tecnológica e estudos de viabilidade técnico-econômica; executa e fiscaliza obras e serviços técnicos; efetua vistorias, perícias e avaliações, emitindo laudos e pareceres. Em sua atuação, considera a ética, a segurança e os impactos socioambientais.

Ainda de acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura, no que descreve o ambiente de atuação:

O Engenheiro Agrônomo atua na administração de propriedades rurais; em postos de fiscalização, aeroportos e fronteiras como agente de defesa sanitária; em órgãos públicos como agente de desenvolvimento rural, ou na padronização e classificação dos produtos agrícolas; em empresas de projetos agropecuários, rastreabilidade, certificação de alimentos, fibras e biocombustíveis; em indústrias de alimentos e insumos agrícolas; em empresas que atuam na gestão ambiental e do agronegócio; no setor público ou privado no controle de pragas e vetores em ambientes urbanos e rurais; em empresas e laboratórios de



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

pesquisa científica e tecnológica. Também pode atuar de forma autônoma, em empresa própria ou prestando consultoria.

A seguir, são apresentadas na íntegra as atribuições profissionais do Agrônomo ou Engenheiro Agrônomo descritas na Resolução 218/1973 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA:

- Atividade 01 - Supervisão, coordenação e orientação técnica;
- Atividade 02 - Estudo, planejamento, projeto e especificação;
- Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica;
- Atividade 04 - Assistência, assessoria e consultoria;
- Atividade 05 - Direção de obra e serviço técnico;
- Atividade 06 - Vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico;
- Atividade 07 - Desempenho de cargo e função técnica;
- Atividade 08 - Ensino, pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; extensão;
- Atividade 09 - Elaboração de orçamento;
- Atividade 10 - Padronização, mensuração e controle de qualidade;
- Atividade 11 - Execução de obra e serviço técnico;
- Atividade 12 - Fiscalização de obra e serviço técnico;
- Atividade 13 - Produção técnica e especializada;
- Atividade 14 - Condução de trabalho técnico;
- Atividade 15 - Condução de equipe de instalação, montagem, operação, reparo ou manutenção;
- Atividade 16 - Execução de instalação, montagem e reparo;
- Atividade 17 - Operação e manutenção de equipamento e instalação;
- Atividade 18 - Execução de desenho técnico.”

Na mesma legislação, de acordo com o Artigo Nº 5, compete ao Engenheiro Agrônomo:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a engenharia rural; construções para fins rurais e suas instalações complementares; irrigação e drenagem para fins agrícolas; fitotecnia e zootecnia; melhoramento animal e vegetal; recursos naturais renováveis; ecologia, agrometeorologia; defesa sanitária; química agrícola; alimentos; tecnologia de transformação (açúcar, amidos, óleos, laticínios, vinhos e



destilados); beneficiamento e conservação dos produtos animais e vegetais; zimotecnia; agropecuária; edafologia; fertilizantes e corretivos; processo de cultura e de utilização de solo; microbiologia agrícola; biometria; parques e jardins; mecanização na agricultura; implementos agrícolas; nutrição animal; agrostologia; bromatologia e rações; economia rural e crédito rural; seus serviços afins e correlatos.

6.3 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O PPC deve especificar os conteúdos básicos, profissionais e específicos, relacionados ao perfil do egresso. Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Agronomia (BRASIL, 2006, p. 3):

Art. 7º Os conteúdos curriculares do curso de Engenharia Agronômica ou Agronomia serão distribuídos em três núcleos de conteúdos, recomendando-se a interpenetrabilidade entre eles:

I - **O núcleo de conteúdos básicos** será composto dos campos de saber que forneçam o embasamento teórico necessário para que o futuro profissional possa desenvolver seu aprendizado. Esse núcleo será integrado por: Matemática, Física, Química, Biologia, Estatística, Informática e Expressão Gráfica.

II - **O núcleo de conteúdos profissionais essenciais** será composto por campos de saber destinados à caracterização da identidade do profissional. O agrupamento desses campos gera grandes áreas que caracterizam o campo profissional e agronegócio, integrando as subáreas de conhecimento que identificam atribuições, deveres e responsabilidades. Esse núcleo será constituído por: Agrometeorologia e Climatologia; Avaliação e Perícias; Biotecnologia, Fisiologia Vegetal e Animal; Cartografia, Geoprocessamento e Georreferenciamento; Comunicação, Ética, Legislação, Extensão e Sociologia Rural; Construções Rurais, Paisagismo, Floricultura, Parques e Jardins; Economia, Administração Agroindustrial, Política e Desenvolvimento Rural; Energia, Máquinas, Mecanização Agrícola e Logística; Genética de Melhoramento, Manejo e Produção e Florestal. Zootecnia e Fitotecnia; Gestão Empresarial, Marketing e Agronegócio; Hidráulica, Hidrologia, Manejo de Bacias Hidrográficas, Sistemas de Irrigação e Drenagem; Manejo e Gestão Ambiental; Microbiologia e Fitossanidade; Sistemas Agroindustriais; Solos, Manejo e Conservação do Solo e da Água, Nutrição de Plantas e Adubação; Técnicas e Análises Experimentais; Tecnologia de Produção, Controle de Qualidade e Pós-Colheita de Produtos Agropecuários.

III - **O núcleo de conteúdos profissionais específicos** deverá ser inserido no contexto do projeto pedagógico do curso, visando a contribuir para o aperfeiçoamento da habilitação profissional do formando. Sua inserção no currículo permitirá atender às peculiaridades locais e regionais e, quando couber, caracterizar o projeto institucional com identidade própria.

IV - Os núcleos de conteúdos poderão ser ministrados em diversas formas de organização, observando o interesse do processo pedagógico e a legislação vigente.

V - Os núcleos de conteúdos poderão ser dispostos, em termos de carga horária e de planos de estudo, em atividades práticas e teóricas, individuais ou em equipe, tais como:

- a) participação em aulas práticas, teóricas, conferências e palestras;
- b) experimentação em condições de campo ou laboratório;
- c) utilização de sistemas computacionais;



- d) consultas à biblioteca;
- e) viagens de estudo;
- f) visitas técnicas;
- g) pesquisas temáticas e bibliográficas;
- h) projetos de pesquisa e extensão;
- i) estágios profissionalizantes em instituições credenciadas pelas IES;
- j) encontros, congressos, exposições, concursos, seminários, simpósios, fóruns de discussões, etc.

6.3.1 Relação teoria e prática

O Curso superior de Agronomia do Instituto Federal Catarinense – *Campus Videira* procura contribuir na preparação dos estudantes para a cidadania, promovendo o aprimoramento dos valores humanos, das relações pessoais e comunitárias e principalmente da formação profissional de qualidade.

Neste sentido, dentre todas as atividades proporcionadas aos estudantes neste curso, existe a preocupação pela busca constante e efetiva da relação entre teoria e prática, possibilitando o contato, observação e vivência de diversas áreas de conhecimento dentro das particularidades do curso.

Sendo assim, no curso superior de Agronomia, a relação teoria e prática dar-se-á obrigatoriamente, através de atividades práticas em laboratórios ligados às competências gerais e específicas das áreas do saber, podendo também serem acrescentadas às práticas atividades de visitas técnicas, palestras de formação, projetos interdisciplinares, feiras de iniciação científica e extensão, dentre outras práticas e atividades relacionadas ao curso.

A relação teórico-prática será realizada de forma obrigatória nos componentes de física, química e informática, respeitando o inciso 3 do artigo 8 da resolução 02/2019 do conselho nacional de educação.

6.3.2 Prática profissional

O aluno será submetido à situações reais e fictícias que irão proporcioná-lo um contato com a realidade vivenciada pelo profissional intitulado Engenheiro Agrônomo. Para isso, serão realizados convênios com produtores, empresas ligadas ao setor, visitas técnicas e aulas práticas.



As atividades práticas serão realizadas dentro dos componentes curriculares com carga horária prevista na matriz curricular e por meio de estágios obrigatórios e não obrigatórios.

6.3.3 Interdisciplinaridade

No Brasil, o conceito de interdisciplinaridade passou a fazer parte do cenário educacional do país, a partir da LDB nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971) e mais fortemente com a nova LDB nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) e a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), influenciando o trabalho das escolas e dos professores para compreender o processo de ensino e aprendizagem como sistêmico e não como uma abordagem ou leitura estanque de conceitos e teorias.

Neste sentido, a interdisciplinaridade oferece uma perspectiva diferente diante do conhecimento, uma mudança de atitude em busca do contexto do conhecimento e do ser como pessoa integral. Visa, principalmente, garantir a construção de um conhecimento global, rompendo com os limites de cada disciplina. Ela implica na articulação de ações e dinâmicas que busquem um interesse comum.

6.3.3.1 Educação ambiental

De acordo com Decreto nº 4281/2002 e Resolução do CNE/CP nº2, de 15 de junho de 2012 (BRASIL, 2012) – Que Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental,

Art. 7º Em conformidade com a Lei nº 9.795, de 1999, reafirma-se que a Educação Ambiental é componente integrante, essencial e permanente da Educação Nacional, devendo estar presente, de forma articulada, nos níveis e modalidades da Educação Básica e da Educação Superior, para isso devendo as instituições de ensino promovê-la integradamente nos seus projetos institucionais e pedagógicos.

No Curso de bacharelado em agronomia a temática ambiental será desenvolvida nos componentes curriculares de Introdução à agronomia, Agroecologia, Biologia, Gênese e classificação do solo, Microbiologia agrícola, Manejo e utilização de pastagens, Manejo de plantas daninhas e Gestão ambiental.



O IFC também possui o Núcleo de Gestão Ambiental (NGA) com ação em todos os Campi, além de promover o debate do tema em semanas acadêmicas, ciclo de palestras, feiras acadêmicas, entre outros.

6.3.3.2 Educação étnico-racial

A Educação das Relações Étnico-Raciais, e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena pertinentes ao Curso de Agronomia, será tratada de acordo com a Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/ 2004 e Parecer CNE/CP 003/2004, sendo que a valorização dessas culturas será a base para o trabalho da questão étnica e racial. Os conteúdos relacionados a essa temática estão incluídos nos componentes curriculares de sociologia rural e nas atividades de formação inicial e continuada de professores.

6.3.3.3 Direitos humanos

Conforme parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012 que originou a Resolução CNE/CP nº 1 de 30/05/2012 – Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

“Art. 5º A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário”.

Em atendimento a Resolução do CNE/CP nº 1 de 30/05/2012, conteúdos referentes aos direitos humanos serão trabalhados no PPC nos componentes curriculares de Sociologia rural, Ética e legislação aplicada, bem como em eventos promovidos pelo *Campus* e na formação continuada de professores e técnicos.

6.4 MATRIZ CURRICULAR

O curso de Agronomia do Instituto Federal Catarinense *Campus Videira*, atende às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, que determina uma carga horária mínima de 3600 horas para este curso.



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

As atividades curricularizáveis de extensão e de pesquisa estão especificadas na matriz curricular do curso, como parte da carga horária de disciplina(s).

6.4.1 Matriz curricular para os ingressantes a partir de 2023

1º semestre								
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Núcleo	CH Presencial				CH Total
				CH Teórica	CH Prática	CH da Extensão	CH da Pesquisa	
AGB0701	Física	-	Básico	45	15	0	6	60
AGB0702	Matemática	-	Básico	60	0	0	6	60
AGB0703	Introdução à Agronomia	-	Essencial	30	0	0	3	30
AGB0704	Química Geral e orgânica	-	Básico	45	15	0	6	60
AGB0705	Biologia	-	Essencial	45	0	0	5	45
AGB0706	Desenho Técnico	-	Essencial	15	15	0	3	30
AGB0707	Ética e Legislação Aplicada	-	Essencial	30	0	0	3	30
Total				270	45	0	32	315

2º semestre								
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Núcleo	CH Presencial				CH Total
				CH Teórica	CH Prática	CH da Extensão	CH da Pesquisa	
AGB0708	Cálculo diferencial e integral	-	Básico	60	0	0	6	60
AGB0709	Química analítica	-	Básico	45	15	0	6	60
AGB0710	Anatomia e fisiologia Animal	-	Essencial	30	15	0	5	45
AGB0711	Zoologia Agrícola	-	Essencial	45	0	0	5	45
AGB0712	Gênese e Classificação do solo	-	Essencial	60	15	13	8	75
AGB0713	Morfologia Vegetal	-	Essencial	45	15	0	6	60
Total				330	45	23	39	345



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

3º semestre

Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Núcleo	CH Presencial				CH Total
				CH Teórica	CH Prática	CH da Extensão	CH da Pesquisa	
AGB0714	Botânica e Sistemática	-	Essencial	30	0	10	3	30
AGB0715	Estatística	-	Essencial	60	0	0	6	60
AGB0716	Bioquímica	-	Essencial	45	15	0	6	60
AGB0717	Agroecologia	-	Essencial	30	0	5	3	30
AGB0718	Microbiologia Agrícola	-	Essencial	45	15	0	6	60
AGB0719	Metodologia Científica	-	Essencial	15	15	0	30	30
AGB0720	Fertilidade e adubação do solo	-	Essencial	45	15	10	6	60
AGB0721	Agrometeorologia e climatologia	-	Essencial	30	15	0	5	45
	Total			285	60	15	62	375

4º semestre

Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Núcleo	CH Presencial				CH Total
				CH Teórica	CH Prática	CH da Extensão	CH da Pesquisa	
AGB0722	Fisiologia vegetal	-	Essencial	75	0	13	8	75
AGB0723	Topografia	-	Essencial	45	15	0	6	60
AGB0724	Genética	-	Essencial	45	0	8	5	45
AGB0725	Entomologia Geral	-	Essencial	45	15	10	6	60
AGB0726	Experimentação Agrícola	-	Essencial	30	15	0	45	45
AGB0727	Manejo e conservação do solo	-	Essencial	45	15	10	6	60
	Total			285	60	41	76	345

5º semestre

Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Núcleo	CH Presencial				CH Total
				CH Teórica	CH Prática	CH da Extensão	CH da Pesquisa	
AGB0728	Topografia II	-	Essencial	30	15	8	5	45
AGB0729	Hidrologia Agrícola	-	Essencial	45	0	8	5	45
AGB0730	Entomologia Agrícola	-	Essencial	45	15	10	6	60



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

AGB0731	Fitopatologia Geral	-	Essencial	60	0	10	6	60
AGB0732	Nutrição Animal	-	Essencial	45	15	10	6	60
AGB0733	Gestão de organização no Agronegócio	-	Essencial	45	15	10	6	60
	Total			270	60	56	34	330

6º semestre								
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Núcleo	CH Presencial				CH Total
				CH Teórica	CH Prática	CH da Extensão	CH da Pesquisa	
AGB0734	Hidráulica Agrícola	-	Essencial	45	15	0	6	60
AGB0735	Fitopatologia Agrícola	-	Essencial	60	0	10	6	60
AGB0736	Manejo e utilização de pastagens	-	Essencial	30	15	8	5	45
AGB0737	Geoprocessamento	-	Essencial	30	15	8	5	45
AGB0738	Plantas de lavoura I	-	Essencial	45	0	8	5	45
AGB0739	Suinocultura	-	Profissional Específico	30	15	8	5	45
AGB0740	Sociologia Rural	-	Essencial	30	0	5	3	30
	Total			270	60	47	35	330

7º semestre								
Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Núcleo	CH Presencial				CH Total
				CH Teórica	CH Prática	CH da Extensão	CH da Pesquisa	
AGB0741	Fruticultura de clima temperado	-	Profissional específica	60	0	10	6	60
AGB0742	Irrigação e drenagem	-	Essencial	45	15	10	6	60
AGB0743	Avicultura	-	Essencial	30	15	8	5	45
AGB0744	Economia e mercado agrícola	-	Essencial	30	15	8	5	45
AGB0745	Cooperativismo	-	Essencial	30	0	5	3	30
AGB0746	Olericultura	-	Essencial	45	30	13	8	75
AGB0747	Plantas de lavoura II	-	Essencial	30	15	8	5	45
	Total			270	90	62	38	360



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

8º semestre

Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Núcleo	CH Presencial				CH Total
				CH Teórica	CH Prática	CH da Extensão	CH da Pesquisa	
AGB0748	Fruticultura tropical e subtropical	-	Profissional específica	60	0	10	6	60
AGB0749	Bovinocultura de leite	-	Profissional específica	30	15	8	5	45
AGB0750	Tecnologia de produtos de origem vegetal	-	Profissional específica	30	15	8	5	45
AGB0751	Tecnologia e produção de sementes	-	Profissional específica	45	0	8	5	45
AGB0752	Empreendedorismo	-	Profissional específica	30	30	10	6	60
AGB0753	Mecanização Agrícola	-	Essencial	45	15	10	6	60
AGB0754	Construções e instalações rurais	-	Profissional específica	30	15	8	5	45
	Total			270	90	62	38	360

9º semestre

Código do SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	Núcleo	CH Presencial				CH Total
				CH Teórica	CH Prática	CH da Extensão	CH da Pesquisa	
AGB0755	Bovinocultura de corte	-	Profissional específica	30	15	8	5	45
AGB0756	Tecnologia de produtos de origem animal	-	Profissional específica	30	15	8	5	45
AGB0757	Floricultura, Plantas ornamentais e paisagismo	-	Essencial	30	15	8	5	45
AGB0758	Silvicultura	-	Essencial	30	15	8	5	45
AGB0759	Fisiologia e manejo Pós – Colheita	-	Essencial	45	0	8	5	45
AGB0760	Extensão Rural	-	Essencial	30	0	30	3	30
AGB0761	Manejo de plantas daninhas	-	Essencial	60	0	10	6	60
AGB0762	Melhoramento vegetal	-	Essencial	60	0	10	6	60
	Total			315	60	90	40	375



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

10º semestre

Código no SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH de orientação individual	CH Total
AGB0763	Trabalho de Conclusão de Curso	-	30	30

10º semestre

Código no SIGAA	Componentes Curriculares	Pré-requisito	CH de orientação individual	CH Total
AGB0764	Estágio Curricular Supervisionado	*	30	360

* Cursar 75% da carga horária obrigatória. Caberá à Coordenação do curso a verificação do percentual de disciplinas e carga horária cursada para a realização do estágio.

Síntese da Estrutura Curricular do Curso de Agronomia	CH
Carga horária teórica	2535
Carga horária prática	600
Atividades Curriculares Complementares	80
Carga horária mínima de optativas	90
Estágio Curricular Supervisionado	360
Trabalho de Conclusão de Curso	30
Curricularização da Extensão (como parte da carga horária de disciplina)	396
Curricularização da Pesquisa (como parte da carga horária de disciplina)	394
Carga horária Total do Curso	3695

6.4.2 Matriz curricular dos componentes curriculares optativos

Ao longo do curso, o acadêmico deverá escolher e cursar, no mínimo de 90 horas de disciplinas optativas. Será de responsabilidade da Coordenação do Curso, juntamente com o Núcleo Docente Estruturante do Curso, decidir sobre a periodicidade de oferta, número de vagas, além da inclusão de novas disciplinas, conforme necessidade.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Código do SIGAA	Componente Curricular	Pré-requisito	CH Teórica	CH Prática	CH EaD	CH Total
AGB0765	Marketing no Agronegócio	-	30	-	-	30
AGB0766	Geoestatística	-	30	-	-	30
AGB0767	Bem-estar animal	-	30	-	-	30
AGB0768	Biotecnologia vegetal	-	30	-	-	30
AGB0769	Plantas de lavoura III	-	30	-	-	30
AGB0770	Apicultura	-	30	-	-	30
AGB0771	Equídeocultura	-	30	-	-	30
AGB0772	Libras	-	30	-	-	30
AGB0773	Leitura e produção de textos acadêmicos	-	30	-	-	30
AGB0774	Inglês Instrumental	-	30	-	-	30
AGB0775	Segurança e saúde do trabalho I	-	30	-	-	30
AGB0776	Segurança e saúde do trabalho II	-	30	-	-	30
AGB0777	Gestão Ambiental	-	30	-	-	30

6.5 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

O curso de Agronomia do Instituto Federal Catarinense *Campus Videira*, atende às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, que determina uma carga horária mínima de 3600 horas para este curso.

A seguir, são apresentadas os componentes curriculares do curso de Agronomia do Instituto Federal Catarinense - *Campus Videira* e suas respectivas cargas horárias.

Matriz curricular por período

Semestre	Disciplina	Carga horária
1º	Física	60
	Matemática	60
	Introdução à Agronomia	30
	Química Geral e orgânica	60



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Biologia	45
	Desenho Técnico	30
	Ética e Legislação Aplicada	30
Subtotal		315
2°	Cálculo diferencial e integral	60
	Química analítica	60
	Anatomia e fisiologia Animal	45
	Zoologia Agrícola	45
	Gênese e Classificação do solo	75
	Morfologia Vegetal	60
Subtotal		345
3°	Botânica e Sistemática	30
	Estatística	60
	Bioquímica	60
	Agroecologia	30
	Microbiologia Agrícola	60
	Metodologia Científica	30
	Fertilidade e adubação do solo	60
Subtotal		375
4°	Fisiologia vegetal	75
	Topografia	60
	Genética	45
	Entomologia Geral	60
	Experimentação Agrícola	45
	Manejo e conservação do solo	60
Subtotal		345
5°	Topografia II	45
	Hidrologia Agrícola	45
	Entomologia Agrícola	60
	Fitopatologia Geral	60
	Nutrição Animal	60
	Gestão de organização no Agronegócio	60
Subtotal		330
6°	Hidráulica Agrícola	60



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Fitopatologia Agrícola	60
	Manejo e utilização de pastagens	45
	Geoprocessamento	45
	Plantas de lavoura I	45
	Suinocultura	45
	Sociologia Rural	30
	Subtotal	330
7º	Fruticultura de clima temperado	60
	Irrigação e drenagem	60
	Avicultura	45
	Economia e mercado agrícola	45
	Cooperativismo	30
	Olericultura	75
	Plantas de lavoura II	45
	Subtotal	360
8º	Fruticultura tropical e subtropical	60
	Bovinocultura de leite	45
	Tecnologia de produtos de origem vegetal	45
	Tecnologia e produção de sementes	45
	Empreendedorismo	60
	Mecanização Agrícola	60
	Construções e instalações rurais	45
	Subtotal	360
9º	Bovinocultura de corte	45
	Tecnologia de produtos de origem animal	45
	Floricultura, Plantas ornamentais e paisagismo	45
	Silvicultura	45
	Fisiologia e manejo Pós – Colheita	45
	Extensão Rural	30
	Manejo de plantas daninhas	60
	Melhoramento vegetal	60
	Subtotal	375
10º	Estágio curricular	360
	Trabalho de conclusão de curso	30
	Subtotal	390



Matriz curricular de disciplinas optativas

Disciplina	Carga horária
Gestão Ambiental	30
Marketing no Agronegócio	30
Geoestatística	30
Bem-estar Animal	30
Biotecnologia vegetal	30
Plantas de lavoura III	30
Apicultura	30
Equídeocultura	30
Libras	30
Leitura e produção de textos acadêmicos	30
Inglês Instrumental	30
Segurança e saúde do trabalho I	30
Segurança e saúde do trabalho II	30

Ressalta-se que a carga horária mínima para o curso de Bacharelado em Agronomia é de 3600 horas, incluindo as horas de estágio e complementares, conforme Resolução CNE/CES 02/2007 .

Núcleo de conteúdos	Carga horária	Porcentagem da matriz
Básicos	300	8,12
Profissionais Essenciais	2340	63,33
Profissionais Específicos	495	13,40
Optativas	90	2,44
Estágio curricular	360	9,74
Trabalho de conclusão de curso	30	0,81
Atividades complementares	80	2,16
Total	3695	100,00

6.6 AÇÕES DE PESQUISA E EXTENSÃO

O Instituto Federal Catarinense - *Campus Videira* oferece aos acadêmicos do curso superior



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

Bacharelado em Agronomia a oportunidade de participar de projetos de pesquisa e extensão. Esses projetos visam proporcionar um espaço de aprendizagem, contribuindo para a qualidade da formação dos estudantes, como a possibilidade de criar condições para o aprofundamento teórico e o desenvolvimento de habilidades relacionadas à área de formação.

A instituição oferece editais de fluxo contínuo e periódico para a submissão de propostas de projetos. A divulgação dos editais fica sob a responsabilidade das coordenações de pesquisa e extensão. Durante o curso, os alunos serão estimulados a participarem de editais de pesquisa e extensão, publicados através dos editais, e/ou de projetos integradores, que serão divulgados pela coordenação do curso, sempre no período das matrículas.

6.7 CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO E DA PESQUISA

De acordo com a Resolução do CNE/CES nº 07/2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação 2014 – 2024, as atividades acadêmicas de extensão devem ser desenvolvidas nos componentes curriculares do curso de graduação, considerando a formação do estudante, em consonância com os pressupostos previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e no Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Sendo assim, a curricularização da pesquisa e da extensão constitui-se como um processo interdisciplinar, de caráter educativo, cultural, científico, político e inovador, que visa proporcionar a interação entre a instituição de ensino e os demais setores da sociedade, através da construção e aplicação do conhecimento, articulando o ensino e a pesquisa.

O PPC de Bacharelado em Agronomia deve garantir no mínimo 10% da carga horária total do curso, para atividades curricularizáveis de pesquisa e de extensão, conforme estabelece a Resolução do CNE/CES 07/2018 e normativa interna do IFC.

A carga horária das atividades curricularizáveis de pesquisa e da extensão devem ser especificadas na matriz curricular do curso. Conforme normativa do IFC: As atividades desenvolvidas de forma integrada, articulada e de forma indissociável, serão contabilizadas simultaneamente para atendimento da carga horária prevista, tanto para curricularização da extensão, como da pesquisa. Não podem ser previstas atividades curricularizáveis de pesquisa e



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

extensão nos componentes Estágio Curricular e Atividades Curriculares Complementares.

No Curso de Bacharelado em Agronomia a carga horária das atividades curricularizáveis de pesquisa e extensão estão previstas como componente curricular específico e como parte da carga horária de componente curricular, conforme o quadro abaixo:

I - Como parte da carga horária de componente curricular.

Código	Componentes Curriculares	CH da Extensão	CH da Pesquisa	CH Total
AGB0701	Física	0	6	6
AGB0702	Matemática	0	6	6
AGB0703	Introdução à Agronomia	0	3	3
AGB0704	Química Geral e orgânica	0	6	6
AGB0705	Biologia	0	5	5
AGB0706	Desenho Técnico	0	3	3
AGB0707	Ética e Legislação Aplicada	0	3	3
AGB0708	Cálculo diferencial e integral	0	6	6
AGB0709	Química analítica	0	6	6
AGB0710	Anatomia e fisiologia Animal	0	5	5
AGB0711	Zoologia Agrícola	0	5	5
AGB0712	Gênese e Classificação do solo	13	8	18
AGB0713	Morfologia Vegetal	0	6	6
AGB0714	Botânica e Sistemática	10	3	13
AGB0715	Estatística	0	6	6
AGB0716	Bioquímica	0	6	6
AGB0717	Agroecologia	5	3	8
AGB0718	Microbiologia Agrícola	0	6	6
AGB0719	Metodologia Científica	0	30	30
AGB0720	Fertilidade e adubação do solo	10	6	16
AGB0721	Agrometeorologia e climatologia	0	5	5
AGB0722	Fisiologia vegetal	13	8	21
AGB0723	Topografia	0	6	6
AGB0724	Genética	8	5	13
AGB0725	Entomologia Geral	10	6	16
AGB0726	Experimentação Agrícola	0	45	45



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

AGB0727	Manejo e conservação do solo	10	6	16
AGB0728	Topografia II	8	5	13
AGB0729	Hidrologia Agrícola	8	5	13
AGB0730	Entomologia Agrícola	10	6	16
AGB0731	Fitopatologia Geral	10	6	16
AGB0732	Nutrição Animal	10	6	16
AGB0733	Gestão de organização no Agronegócio	10	6	16
AGB0734	Hidráulica Agrícola	0	6	6
AGB0735	Fitopatologia Agrícola	10	6	16
AGB0736	Manejo e utilização de pastagens	8	5	13
AGB0737	Geoprocessamento	8	5	13
AGB0738	Plantas de lavoura I	8	5	13
AGB0739	Suinocultura	8	5	13
AGB0740	Sociologia Rural	5	3	8
AGB0741	Fruticultura de clima temperado	10	6	16
AGB0742	Irrigação e drenagem	10	6	16
AGB0743	Avicultura	8	5	13
AGB0744	Economia e mercado agrícola	8	5	13
AGB0745	Cooperativismo	5	3	8
AGB0746	Olericultura	13	8	21
AGB0747	Plantas de lavoura II	8	5	13
AGB0748	Fruticultura tropical e subtropical	10	6	16
AGB0749	Bovinocultura de leite	8	5	13
AGB0750	Tecnologia de produtos de origem vegetal	8	5	13
AGB0751	Tecnologia e produção de sementes	8	5	13
AGB0752	Empreendedorismo	10	6	16
AGB0753	Mecanização Agrícola	10	6	16
AGB0754	Construções e instalações rurais	8	5	13
AGB0755	Bovinocultura de corte	8	5	13
AGB0756	Tecnologia de produtos de origem animal	8	5	13
AGB0757	Floricultura, Plantas ornamentais e paisagismo	8	5	13
AGB0758	Silvicultura	8	5	13
AGB0759	Fisiologia e manejo Pós – Colheita	8	5	13
AGB0760	Extensão Rural	30	3	33
AGB0761	Manejo de plantas daninhas	10	6	16



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

AGB0762	Melhoramento vegetal	10	6	16
	Total	396	394	790

Dessa forma, serão desenvolvidas 394 horas para curricularização da pesquisa (10,66% da carga horária total do curso) e 396h para curricularização da extensão (10,72% da carga horária total do curso) no Curso de Agronomia - Campus Videira, em atendimento a Resolução do CNE N° 07/2018 e Resolução do Consuper IFC N° 13/2022. A regulamentação das atividades curricularizáveis de pesquisa e extensão serão definidas e aprovadas pelo Colegiado de Curso, em Regulamento Específico.

6.8 LINHAS DE PESQUISA

A coordenação, os professores e técnicos estimularão o desenvolvimento de projetos nas seguintes linhas de pesquisas:

- Produção animal / Zootecnia (produção de ruminantes, produção de não ruminantes, forragicultura).
- Produção vegetal (botânica, biodiversidade e fisiologia vegetal, Fruticultura de Clima Temperado, Manejo do solo e de plantas em sistemas sustentáveis de produção, Processo de Ensino e aprendizagem da agropecuária, Recuperação, conservação e manejo de ecossistemas, melhoramento vegetal, agrometeorologia agrícola, agroecologia, fitopatologia, entomologia).
- Solos (Química do solo, física do solo, biologia do solo, manejo e conservação do solo, gênese do solo).
- Engenharia Rural (Manejo de irrigação, tecnologia de irrigação, agricultura mecanizada, ambiência animal).
- Desenvolvimento Rural (Sociologia rural, produção sustentável, economia).
- Gestão (Gestão de mercados, instituições e políticas no agronegócio).

6.9 ATIVIDADES CURRICULARES COMPLEMENTARES



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

Observações: As Resoluções sobre as Atividades Curriculares Complementares do IFC – Resolução 043/2013 e suas alterações foram revogadas pela nova Organização Didática. Agora, as ACCs estão contempladas no Anexo III da Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021. Porém, outras atividades, de ensino, pesquisa e extensão, não previstas no Anexo III da Resolução podem ser previstas no PPC de Agronomia, após aprovadas pelo Colegiado de Curso.

De acordo com o artigo 123 da Organização Didática do IFC – Resolução 010/2021 do Consuper, as atividades complementares são obrigatórias nos cursos de graduação. De forma a proporcionar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa, inovação e extensão, é obrigatória a realização de atividades curriculares complementares que incluam ensino, extensão, pesquisa e inovação.

No curso de Agronomia, os estudantes deverão, ao longo do curso, realizar no mínimo 80 horas de atividades complementares (a carga horária das atividades curriculares complementares deve corresponder de 2% a 10% da CH do total da carga horária da matriz curricular, conforme §3º do artigo 123 da Organização Didática do IFC).

Descrição das Atividades Curriculares Complementares

(Anexo III da Resolução 010/2021 do IFC)

I - Ensino

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Disciplinas cursadas com aprovação não previstas na estrutura curricular do curso	Documento oficial emitido pela instituição comprovando a aprovação da disciplina	Até 30 h
2	Semana acadêmica dos cursos, quando registrada em outros componentes curriculares do curso.	Declaração, certificados com carga horária especificada.	Até 30 h
3	Participação em atividades de monitoria ou projetos e programas de ensino, quando não computada em outros componentes curriculares do curso.	Declaração, certificados com carga horária especificada.	Até 30 h
4	Atividades realizadas em laboratórios e/ou oficinas do IFC, quando não obrigatória.	Declaração, certificados com carga horária especificada.	Até 30 h
5	Visita Técnica, associada a projetos de ensino, quando não computada em outros componentes curriculares do curso.	Declaração, certificados com carga horária especificada.	Até 30 h



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

6	Participação em cursos/minicursos relacionados à área afim do curso e de língua estrangeira.	Declaração, certificados com carga horária especificada.	Até 30 h
7	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de ensino com certificado de participação e/ou frequência.	Declaração, certificados com carga horária especificada.	Até 30 h
8	Apresentação de trabalhos em eventos que tenha relação com os objetos de estudo do curso.	cada apresentação	15h
9	Avaliação de projetos e trabalhos de ensino	cada avaliação	5h

II – Extensão

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Participação em programas ou projetos de extensão	Declaração, certificados com carga horária especificada.	Até 30 h
2	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de extensão com certificado de participação e/ou frequência.	Declaração, certificados com carga horária especificada.	Até 30 h
3	Apresentações de trabalhos relacionadas aos projetos e programas de extensão.	cada apresentação	15h
4	Visita Técnica, associada a atividade de extensão, quando não registrada em outros componentes curriculares do curso.	Declaração, certificados com carga horária especificada.	carga horária comprovada
5	Participação em ações sociais, cívicas e comunitárias.	cada participação	até 5h
6	Estágio não- obrigatório na área do curso formalizado pelo IFC.	Declaração, certificados com carga horária especificada.	carga horária comprovada
7	Exercício profissional com vínculo empregatício, desde que na área do curso.	cada mês	até 5h
8	Avaliação de projetos e trabalhos de extensão.	cada avaliação	5h

III – Pesquisa e Inovação

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Autoria e co-autoria em artigo publicado em periódico com <i>qualis</i> na área afim.	cada artigo	60h
2	Livro na área afim.	cada obra	90h



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

3	Capítulo de livro na área afim.	cada capítulo	60h
4	Publicação em anais de evento científico e artigo publicado em periódico sem <i>qualis</i> na área afim.	cada trabalho	15h
5	Apresentações de trabalhos relacionadas aos projetos e programas de pesquisa e inovação.	cada trabalho	15h
6	Participação em projeto ou programa de pesquisa e inovação.	Declaração, certificados com carga horária especificada.	carga horária comprovada
7	Participação como palestrante, conferencista, integrante de mesa-redonda, ministrante de minicurso em evento científico.	cada evento	15h
8	Participação na criação de Produto ou Processo Tecnológico com propriedade intelectual registrada.	cada projeto	60h
9	Participação como ouvinte em defesas públicas de teses, dissertações ou monografias.	Declaração, certificados com carga horária especificada.	carga horária comprovada
10	Participação em congressos, jornadas, simpósios, fóruns, seminários, encontros, palestras, festivais e similares de pesquisa com certificado de participação e/ou frequência.	Declaração, certificados com carga horária especificada.	carga horária comprovada
11	Visita Técnica associada a atividade de pesquisa e inovação, quando não registrada na carta horária da disciplina.	Declaração, certificados com carga horária especificada.	carga horária comprovada
12	Participação em cursos de qualificação na área de pesquisa científica, tecnológica e/ou inovação.	Declaração, certificados com carga horária especificada.	carga horária comprovada
13	Avaliação de projetos e trabalhos de pesquisa e inovação.	cada avaliação	5h

IV – Outras Atividades

Item	Atividades	Critério	Horas
1	Participação em órgão, conselho, comissão, colegiado e atividades de representação estudantil.	Declaração, certificados com carga horária especificada.	carga horária comprovada
2	Participação em eventos artísticos, esportivos e culturais quando não computada em outros componentes curriculares do curso.	Declaração, certificados com carga horária especificada.	carga horária comprovada



6.10 ATIVIDADES DE MONITORIA

O curso conta com programas de monitorias que visam fortalecer o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, auxiliando-os e esclarecendo dúvidas que não foram contempladas em sala de aula. Os programas de monitorias envolvem discentes pertencentes ao curso, ou não, em atividades didáticas, sob a supervisão do docente responsável pela disciplina, podendo ser realizadas de forma voluntária ou remuneradas e sem gerar vínculo empregatício. A demanda do número de vagas para monitoria será divulgada via edital A Resolução 066 do CONSUPER/2016, disponível em <http://consuper.ifc.edu.br/resolu/>, trata de forma detalhada dos objetivos, atribuições e trâmites do programa de monitorias.

6.11 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Conforme estabelece a Resolução do CNE 01/2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia Agronômica ou Agronomia, o Trabalho de Conclusão de Curso, é componente curricular obrigatório para integralização do curso, a ser realizado ao longo do último ano do curso (BRASIL, 2006, p. 4):

Art. 10. O trabalho de curso é componente curricular obrigatório, a ser realizado ao longo do último ano do curso, centrado em determinada área teórico-prática ou de formação profissional, como atividade de síntese e integração de conhecimento e consolidação das técnicas de pesquisa.

Parágrafo único. A instituição deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismo de avaliação, além das diretrizes e das técnicas de pesquisa relacionadas com sua elaboração.

Para realizar o trabalho de conclusão (TC), o discente deverá ter cursado e sido aprovado em, no mínimo, 75% da grade curricular curso. O estudante deverá procurar um professor orientador da área de interesse para conduzi-lo na elaboração e execução do trabalho. O TC poderá ser realizado individualmente ou em grupo, no formato de projeto, tendo como produto final, um artigo.



Observar, as orientações sobre o TCC na Organização Didática, previstas na Seção V:

Art. 180 O trabalho de conclusão de curso corresponde a uma produção acadêmica que sintetiza os conhecimentos e habilidades construídos durante o curso, sendo regulamentado no respectivo colegiado.

Parágrafo único. Os colegiados de curso devem regulamentar o trabalho de conclusão de curso, estabelecendo as condições adicionais para sua realização e anexar o regulamento ao PPC.

Art. 181 O trabalho de conclusão de curso é desenvolvido sob a orientação de um docente designado para esse fim, sendo possível a participação de um coorientador.

§ 1º O trabalho de conclusão de curso é necessariamente caracterizado como atividade de orientação individual ou coletiva a ser cumprida no período letivo definido no PPC e na matriz curricular.

§ 2º Trabalho de conclusão de curso com duração superior a um semestre pode ser registrado em mais de um período letivo, por meio de componentes curriculares distintos criados para este fim, ou, ter a duração estendida em um semestre, mediante solicitação do estudante e com anuência do colegiado, mantendo-se a matrícula no componente curricular até finalização do trabalho de conclusão de curso no período seguinte.

Art. 182 É facultada aos cursos, na elaboração do PPC, a previsão de contabilização de carga horária discente e docente para o trabalho de conclusão de curso.

Art. 183 A versão final do trabalho de conclusão de curso deve ser entregue na biblioteca do *campus*, em formato digital, conforme orientações do SIBI (Sistema Integrado de Bibliotecas do IFC).

6.12 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

6.12.1 Estágio curricular supervisionado obrigatório

O estágio curricular obrigatório apresenta-se como um elo de ligação entre a formação profissional e o mundo do trabalho, sob a orientação de professores com conhecimentos compatíveis às atividades propostas ao aluno/estagiário, considerando as competências atribuídas ao egresso.

O discente, para solicitar o estágio curricular supervisionado obrigatório, deve ter cursado no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das disciplinas obrigatórias da matriz curricular do curso, e obtido aprovação em tais disciplinas. A carga horária mínima do estágio será de 360 horas, podendo ser realizado após deferimento pelo setor responsável, em até três estabelecimentos diferentes.

O estágio curricular supervisionado é obrigatório para a conclusão do curso de Agronomia conforme a lei no 5.540/68 e decreto de Regulamentação nº 4.807/75 do Ministério de Educação e



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

Cultura e Resolução no 48/76 e 50/76 do Conselho Federal de Educação, Parecer 1898/75 e 2911/76 que tratam dos conteúdos de Engenharia e Resolução 01/2006 da CES/CNE/ME, e demais normas do IFC, dentre elas o Regimento Geral dos Estágios e o Regulamento do Estágio do *Campus* e do Curso.

O aluno possui a liberdade para escolher a área de atuação e a empresa que deseja realizar o estágio, devendo estar devidamente conveniada a esta instituição de ensino. O IFC *Campus* Videira possui um banco de dados com empresas conveniadas para a realização dos estágios, podendo ainda serem realizadas novas parcerias.

Conforme estabelece o artigo 8º da Resolução do CNE 01/2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Engenharia Agronômica ou Agronomia, o Estágio Curricular Supervisionado, é componente curricular obrigatório para integralização do curso.

Art. 8º O estágio curricular supervisionado deverá ser concebido como conteúdo curricular obrigatório, devendo cada instituição, por seus colegiados acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º Os estágios supervisionados são conjuntos de atividades de formação, programados e diretamente supervisionados por membros do corpo docente da instituição formadora e procuram assegurar a consolidação e a articulação das competências estabelecidas.

§ 2º Os estágios supervisionados visam a assegurar o contato do formando com situações, contextos e instituições, permitindo que conhecimentos, habilidades e atitudes se concretizem em ações profissionais, sendo recomendável que suas atividades se distribuam ao longo do curso.

§ 3º A instituição poderá reconhecer atividades realizadas pelo aluno em outras instituições, desde que estas contribuam para o desenvolvimento das habilidades e competências previstas no projeto de curso.

6.12.2 Estágio curricular não obrigatório

O aluno poderá realizar estágios não obrigatórios, em qualquer fase do curso, ficando sob sua responsabilidade e da empresa concedente os trâmites para a formalização do mesmo. Vale ressaltar que não é de responsabilidade do Instituto Federal Catarinense todo e quaisquer problemas relacionados a direitos trabalhistas, acidentes de trabalho, que por ventura ocorram durante a realização de estágio não obrigatório.

Os estudantes que realizarem estágio não obrigatório poderão solicitar que tais horas sejam validadas como horas do estágio obrigatório. No entanto, caberá ao NDE do Curso analisar e



aprovar a validação de tais horas.

7 AVALIAÇÃO

7.1 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM E DA ASSIDUIDADE

Art. 199 - A avaliação da aprendizagem acadêmica é um processo pedagógico que permite a autocompreensão por parte do sistema de ensino, por parte do docente em relação ao seu trabalho e, por fim, a autocompreensão do estudante, ao tomar consciência em relação ao seu limite e necessidades de avanço no que diz respeito a sua aprendizagem e alcance do perfil do egresso, expressos no rendimento acadêmico e assiduidade.

Art. 200 A aprovação está condicionada à obtenção do rendimento acadêmico mínimo exigido na avaliação da aprendizagem e na assiduidade.

Art. 201 Cabe cumulativamente ao docente, coordenação de curso, Colegiado de Curso e/ou Conselho de Classe a análise dos resultados obtidos pelos estudantes ao longo do período letivo, bem como dos prováveis motivos que originaram tais resultados, a fim de repensarem a metodologia, a prática pedagógica, as estratégias de ensino e o acompanhamento do processo de aprendizagem dos estudantes.

DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM DISCIPLINAS

Art. 202 Entende-se por rendimento acadêmico o resultado da participação do estudante nos procedimentos e instrumentos avaliativos desenvolvidos em cada componente curricular. Parágrafo único. Os registros do rendimento acadêmico são realizados pelo docente individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados.

Art. 203 - As avaliações da aprendizagem, considerando as finalidades das avaliações, quais sejam diagnosticar o rendimento da aprendizagem bem como propor formas de sanar o rendimento inferior à média, devem verificar o desenvolvimento dos conhecimentos e versar sobre os objetivos e conteúdos propostos no programa do componente curricular.

Art. 204 - Para o processo avaliativo, devem ser utilizados instrumentos diversificados pelo docente, que deve considerar a sistemática de avaliação definida no PPC, de acordo com a natureza do componente curricular e especificidades da turma.

Art. 205 - O docente deve, no ato da devolução do instrumento de avaliação ao estudante, discutidos os resultados obtidos em cada procedimento e instrumento de avaliação, esclarecendo as dúvidas relativas às notas, aos conhecimentos, às habilidades, aos objetivos e aos conteúdos avaliados. Parágrafo único. O docente deve devolver o instrumento de avaliação ao estudante no prazo de até 20 (vinte) dias letivos após a realização da avaliação.

Art. 206 - O rendimento acadêmico nas disciplinas e módulos deve ser expresso em valores numéricos de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, após o arredondamento da segunda casa decimal.

Art. 209 - O rendimento acadêmico de cada ciclo avaliativo é calculado a partir dos rendimentos acadêmicos nas avaliações da aprendizagem realizadas no ciclo, cálculo este definido previamente pelo docente e divulgado no plano de ensino do componente curricular, de acordo com o PPC.

Parágrafo único. O número das avaliações da aprendizagem aplicadas em cada ciclo pode variar, de acordo com as especificidades do componente curricular e o plano de ensino, devendo ser no mínimo duas avaliações.



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

Art. 210 -Nos cursos subsequentes, concomitantes e de graduação o estudante que obtiver aproveitamento abaixo da média, em quaisquer dos componentes curriculares, tem direito a reavaliação da aprendizagem, sendo ao longo do processo ou no exame final.

Art. 211 A reavaliação da aprendizagem deve estar contemplada no PPC, no Plano de Ensino e no diário de turma.

Art. 212 O registro da nota da reavaliação da aprendizagem podem ocorrer:

- I - após cada avaliação; ou
- II - ao final de cada ciclo.

§ 1º A reavaliação da aprendizagem no curso Técnico Integrado ocorrerá na forma de recuperação paralela.

§ 2º O resultado obtido na reavaliação, quando maior, substituirá a nota reavaliada.

§ 3º Cada estrutura curricular de curso deve adotar somente uma forma de reavaliação, devendo estar expressa nos PPC's.

Art. 214 O estudante com falta sem justificativa no dia da realização da avaliação, não tem direito à reavaliação, quando:

- I - não realizou a atividade avaliativa, quando a reavaliação ocorrer após cada avaliação;
- II - não realizou nenhuma das atividades avaliativas, quando a reavaliação ocorrer ao final de cada unidade.

Art. 215 É obrigatória a divulgação do rendimento acadêmico do ciclo conforme Calendário Acadêmico.

§ 1º A divulgação dos rendimentos acadêmicos deve ser obrigatoriamente feita por meio do sistema oficial de registro e controle acadêmico, sem prejuízo da possibilidade de utilização de outros meios adicionais.

§ 2º No ato da divulgação do rendimento acadêmico de uma unidade, o docente já deve ter registrado no sistema oficial de registro e controle acadêmico a frequência do estudante naquela unidade.

§ 3º O rendimento acadêmico só é considerado devidamente divulgado quando atendidos os requisitos do *caput* e dos parágrafos 1º e 2º.

Art. 216 É permitido ao estudante, mediante requerimento fundamentado, solicitar revisão de rendimento acadêmico obtido em qualquer instrumento de avaliação da aprendizagem, inclusive recursos quanto às reavaliações.

§ 1º A revisão de rendimento acadêmico é requerida à Coordenação de Curso, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contado este prazo a partir da entrega do instrumento avaliativo.

§ 2º A revisão de rendimento acadêmico é realizada por uma comissão formada por 3 (três) servidores (1 membro da equipe pedagógica designada pela DEPE e dois docentes, sendo, no mínimo, um deles da área do conhecimento), indicados pela Coordenação de Curso, sendo vedada a participação dos docentes que corrigiram a avaliação em questão.

§ 3º O resultado da revisão de rendimento acadêmico deve ser comunicado ao docente do componente curricular e ao estudante e encaminhado à coordenação do curso, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após publicação do resultado, em relato sumário.

§ 4º Não cabe recurso da decisão da comissão de revisão do rendimento acadêmico.

Art. 217 -Em cada componente curricular, a média parcial é calculada pela média aritmética dos rendimentos escolares obtidos em cada unidade.

Parágrafo único. A média parcial é divulgada simultaneamente com a divulgação do resultado do rendimento acadêmico da última unidade.

Art. 218 - É considerado aprovado o estudante que atender os seguintes critérios:

- I - ter média parcial igual ou superior a 7,0 (sete).

Art. 219 - O estudante que não atingir os critérios de aprovação definidos no item I do artigo 218 tem direito a realização do exame para que seja feita a reposição das notas, atendido o critério de aprovação por assiduidade, sendo que a média final para aprovação



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

deve ser maior que, ou igual a 5,0 (cinco), resultante da seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Media Final} = \text{Media do Período} + \text{Nota do Exame Final}}{2} \geq 5,0$$

Art. 220 O estudante que realizar reavaliação da aprendizagem e não atingir os critérios de aprovação definidos nesta seção é considerado reprovado.

Art. 221 Nos cursos EJA-EPT, Subsequente, Concomitante, Graduação e Pós-graduação o estudante pode cursar os componentes curriculares em que tenha reprovado em tempo concentrado de, no mínimo, 20% (vinte por cento) da carga horária, desde que atendidos os objetivos da disciplina e que essa medida esteja prevista no PPC.

Art. 222 Caso o estudante não possa comparecer às aulas em dia de atividades avaliativas, mediante justificativa, pode requerer nova avaliação.

§ 1º O pedido de nova avaliação deve ser protocolado na CRACI no prazo de 3 (três) dias úteis após o fim do impedimento;

§ 2º Cabe a CRACI analisar e dar parecer do pedido de nova avaliação e, caso deferido o pedido, encaminhar ao professor do componente curricular, para agendamento da nova avaliação.

§ 3º O pedido de nova avaliação deve conter a justificativa e os documentos comprobatórios da ausência.

§ 4º São considerados documentos comprobatórios da ausência: atestado ou comprovantes de atendimento médico ou clínico, declaração de participação em atividade de representação oficial (artística, desportiva, científica, militar, eleitoral ou de ordem jurídica), declaração atualizada do líder religioso nos casos de guarda religiosa e outros documentos previstos em legislação.

§ 5º Casos não contemplados no §4º devem ser encaminhados ao colegiado de curso para análise e deliberação.

DA AVALIAÇÃO DA ASSIDUIDADE EM DISCIPLINAS E MÓDULOS

Art. 223 Entende-se por assiduidade do estudante a frequência às aulas e demais atividades presenciais exigidas em cada componente curricular

Art. 224 O estudante deve ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) para aprovação.

Art. 225 Nos componentes curriculares ou módulos presenciais, a presença de cada estudante é registrada por sua frequência em cada hora- aula.

Art. 226 Não existe abono de faltas, ressalvados os casos previstos em lei e situações caracterizadas nesta OD como Regime de Exercício Domiciliar.

Art. 227 É permitido ao estudante, mediante requerimento fundamentado e com as devidas comprovações, solicitar revisão do registro de frequência em um ciclo avaliativo.

§ 1º A revisão do registro de frequência é requerida no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contando a partir da divulgação da frequência do respectivo ciclo avaliativo.

§ 2º A solicitação da revisão do registro de frequência é analisada pela Coordenação do Curso e docente responsável pelo componente curricular.

DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM ATIVIDADES ACADÊMICAS

Art. 231 O critério de aprovação para as atividades autônomas e para as atividades de orientação individual que têm rendimento acadêmico sob a forma numérica é definido no PPC.

Art. 232 As disposições relativas à avaliação da aprendizagem para as disciplinas e módulos aplicam-se às atividades coletivas, podendo o PPC estabelecer normas adicionais, não contrárias a OD.

Art. 233 Nas atividades acadêmicas que requerem o cumprimento pelo estudante de uma carga horária pré-determinada e que não são ministradas sob a forma de aulas, tais como



estágios caracterizados como atividades de orientação individual, a aprovação com componente curricular depende da integralidade de toda a carga horária exigida.

Art. 234 As disposições relativas à avaliação da assiduidade para as disciplinas e módulos aplicam-se às atividades coletivas que formam turmas e prevem aulas, podendo o PPC estabelecer normas adicionais, não contrários a OD.

7.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Sistema de Avaliação Institucional do IFC orientar-se-á pelo dispositivo de Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior), representada na instituição pela Comissão Permanente de Avaliação (CPA), que tem suas diretrizes orientadas pela Resolução nº 069/2014 do Consuper/IFC.

7.2.1 Avaliação externa

A avaliação do curso será realizada pelo Instituto Nacional de Desempenho de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), uma Autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

A avaliação externa se fará por meio de visitas in loco de comissões externas e pela análise dos resultados obtidos pelos alunos no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), de acordo com a Lei No 10.861, de 14 de abril de 2004, e por meio de comissões especializadas. Poderão ser consultados, também, egressos e representantes da comunidade, sobre o grau de satisfação referente ao curso ofertado.

7.2.1 Avaliação interna

A avaliação institucional é realizada através da Comissão Própria de Avaliação (CPA) do IFC, a qual tem por objetivo contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, tomada de decisões, redirecionamento das ações, otimização dos processos e a excelência dos resultados, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa. A CPA é constituída pelas Comissões Locais de Avaliação – CLA de cada Câmpus.

No Campus Videira, a CPA é constituída por representantes docentes, discentes, técnico-



administrativos e representantes da sociedade civil.

O Curso de Agronomia do *Campus Videira* utiliza os indicadores e resultados das avaliações interna e externa para o aprimoramento de suas atividades e atendimento dos objetivos presentes na proposta pedagógica do curso. Sendo assim, são utilizados os resultados obtidos através da avaliação interna: avaliações in loco do curso, estabelecidos de acordo com a Lei nº 10.861/2004, bem como dos resultados obtidos através do Exame Nacional dos Estudantes – ENADE. Já com relação a avaliação interna são utilizados os resultados obtidos através da autoavaliação institucional, através da CPA do IFC.

Conforme a Organização Didática do IFC, o NDE do Curso deverá acompanhar, junto a coordenação do curso e CPA/CLA os processos de avaliação interna e externa, de forma de contribuir com ações de desenvolvimento do curso.

Após a aplicação dos instrumentos de avaliação, os resultados obtidos serão apreciados pelo colegiado e NDE do curso. Em seguida, com o intuito de mitigar os problemas identificados, serão estabelecidas as estratégias de ação, com metas condizentes aos recursos humanos e financeiros da instituição.

7.3 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS

Observar as orientações estabelecidas na Organização Didática dos Cursos do IFC, Seção II:

Art. 406 - Os estudos realizados por estudantes em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras ou em outros cursos do IFC são passíveis de aproveitamento.

§ 1º O aproveitamento de componentes curriculares somente se dará entre componentes curriculares cursados no mesmo nível de ensino, ou do nível maior para o menor, exceto para os cursos técnicos integrados.

§ 2º Os cursos a que se refere o *caput* deste artigo devem ser legalmente reconhecidos ou autorizados para que se proceda o aproveitamento.

Art. 407 O requerimento do interessado, solicitando aproveitamento de estudos, deve ser protocolado na CRACI e instruído com:

I - histórico escolar original, no qual constem os componentes curriculares cursados com suas respectivas cargas horárias, frequência e resultados obtidos;

II - programa dos componentes curriculares, contendo ementário, cursados com aprovação;

III - documento comprobatório de autorização ou reconhecimento do curso, quando realizado no Brasil;

§ 1º Quando se tratar de documento oriundo de instituição estrangeira, é obrigatória a tradução.

§ 2º Os componentes curriculares devem ser registrados com código e carga horária dos



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

seus correspondentes no IFC, com a menção de que foram aproveitados sendo atribuídas nota, frequência e período letivo do deferimento.

Art. 408 O pedido de aproveitamento de estudos é encaminhado ao coordenador do curso, que solicitará parecer do docente do componente curricular e submeterá à homologação do colegiado de curso.

§ 1º O docente e colegiado de curso analisarão se o programa do componente curricular cursado na instituição de origem atende objetivos da ementa e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente a ser aproveitado.

§ 2º É permitida a combinação de mais de um componente curricular cursado na instituição de origem, ou de partes deles, para atender as condições de aproveitamento, sendo registrada no histórico escolar do estudante o resultado da média aritmética dos componentes aproveitados.

Art. 409 Os componentes curriculares cursados no IFC que possuírem equivalência registrada no PPC do curso e no sistema acadêmico, são aproveitados automaticamente de acordo com as informações constantes no sistema oficial de registro e controle acadêmico.

Parágrafo único. Para estudos realizados no próprio IFC, quando os componentes curriculares não possuírem equivalências previstas no PPC do curso, o estudante pode solicitar aproveitamento ao coordenador de curso, de acordo com os prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

Art. 406 Os estudos realizados por estudantes em outras intuições de ensino nacionais ou estrangeiras ou em outros cursos do IFC são passíveis de aproveitamento.

§ 1º O aproveitamento de componentes curriculares somente se dará entre componentes curriculares cursados no mesmo nível de ensino, ou do nível maior para o menor, exceto para os cursos técnicos integrados.

§ 2º Os cursos a que se refere o caput deste artigo devem ser legalmente reconhecidos ou autorizados para que se proceda o aproveitamento.

Art. 407 O requerimento do interessado, solicitando aproveitamento de estudos, deve ser protocolado na RACI e instruído com:

I - histórico escolar original, no qual constem os componentes curriculares cursados com suas respectivas cargas horárias, frequência e resultados obtidos;

II - programa dos componentes curriculares, contendo ementário, cursados com aprovação;

III - documento comprobatório de autorização ou reconhecimento do curso, quando realizado no Brasil;

§ 1º Quando se tratar de documento oriundo de instituição estrangeira, é obrigatória a tradução.

§ 2º Os componentes curriculares devem ser registrados com código e carga horária dos seus correspondentes no IFC, com a menção de que foram aproveitados sendo atribuídas nota, frequência e período letivo do deferimento.

Art. 408 O pedido de aproveitamento de estudos é encaminhado ao coordenador do curso, que solicitará parecer do docente do componente curricular e submeterá à homologação do colegiado de curso.

§ 1º O docente e colegiado de curso analisarão se o programa do componente curricular cursado na instituição de origem atende objetivos da ementa e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente a ser aproveitado.

§ 2º É permitida a combinação de mais de um componente curricular cursado na instituição de origem, ou de partes deles, para atender as condições de aproveitamento, sendo registrada no histórico escolar do estudante o resultado da média aritmética dos componentes aproveitados.

Art. 409 Os componentes curriculares cursados no IFC que possuírem equivalência registrada no PPC do curso e no sistema acadêmico, são aproveitados automaticamente de acordo com as informações constantes no sistema oficial de registro e controle acadêmico.

Parágrafo único. Para estudos realizados no próprio IFC, quando os componentes curriculares não possuírem equivalências previstas no PPC do curso, o estudante pode



solicitar aproveitamento ao coordenador de curso, de acordo com os prazos estabelecidos no calendário acadêmico.

7.4 AVALIAÇÃO DE EXTRAORDINÁRIO SABER

A Avaliação de extraordinário saber traz a possibilidade do estudante solicitar dispensa em cursar um ou mais componentes curriculares previstos no PPC de Agronomia de acordo com os critérios estabelecidos na Seção III da Organização Didática dos Cursos do IFC – Resolução 010/2021 Consuper/IFC.

Seção III Da Avaliação do Extraordinário Saber

Art. 411 A Avaliação do Extraordinário Saber é um instrumento de flexibilização curricular, que permite aos discentes a dispensa de cursar um ou mais componentes curriculares do curso, exceto dos cursos técnicos integrados.

Parágrafo único. Constitui Avaliação do Extraordinário Saber:

I - A utilização de experiências vivenciadas pelo estudante fora da Instituição, anterior à matrícula nesta e no decorrer da duração do curso, que o tenham levado à apropriação de conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades; ou

II - A demonstração, por parte do estudante com elevado desempenho intelectual e/ou com altas habilidades, de profundo conhecimento de componente curricular do curso em que esteja matriculado.

Art. 412 O estudante interessado pode requerer a Avaliação do Extraordinário Saber de componentes curriculares do curso que estiverem sendo ofertados no período letivo vigente.

§ 1º O estudante não pode solicitar a Avaliação do Extraordinário Saber em componentes curriculares nos quais estiver sido reprovado, seja por frequência ou nota.

§ 2º A solicitação da aplicação do instrumento deve obedecer o prazo previsto em calendário acadêmico.

§ 3º O estudante só pode solicitar a Avaliação do Extraordinário Saber relativa a determinado componente curricular se estiver cumprido com aprovação o(s) pré-requisito(s) do mesmo, quando houver.

§ 4º A Avaliação do Extraordinário Saber em cada componente curricular é concedida ao estudante apenas uma vez.

§ 5º Não é concedido o direito à realização da Avaliação do Extraordinário Saber nos componentes curriculares: Estágio Curricular Supervisionado, Monografia, Trabalho de Conclusão de Curso, Projetos e Práticas como Componente Curricular.

Art. 413 O estudante interessado em prestar a avaliação, deve encaminhar requerimento ao Coordenador do Curso, protocolando junto à RACI, de acordo com o calendário acadêmico, justificando que possui os conhecimentos necessários para a solicitação de Avaliação de Extraordinário Saber.

Art. 414 A RACI encaminhará o requerimento para análise da Coordenação de Curso que decidirá pelo deferimento ou indeferimento das solicitações em até 5 (cinco) dias úteis.

Parágrafo único. Todos os requerimentos que estiverem em desacordo com o artigo 412 devem ser indeferidos.

Art. 415 Em caso de requerimento deferido, a Banca Examinadora será designada pelo



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

Diretor Geral por meio de Portaria ou instância equivalente, por solicitação da Coordenação de Curso, e composta por 01 (um) membro da equipe pedagógica indicada pela DEPE e por 2 (dois) docentes de área correlata.

Art. 416 Cabe à Banca Examinadora:

I - estabelecer o programa da avaliação oral, prática ou escrita do desempenho, contendo conteúdos programáticos e referências bibliográficas básicas, devendo a avaliação ocorrer em até 30 (trinta) dias após o deferimento;

II - definir as características e a duração das avaliações do estudante;

III - definir critérios de avaliação oral, prática ou escrita do desempenho do estudante;

IV - elaborar e aplicar a avaliação oral, prática ou escrita e avaliar o desempenho do discente, atribuindo-lhe uma nota na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez);

V - solicitar documentos comprobatórios de experiência prática, quando as atividades previstas na disciplina oferecerem riscos de segurança para o estudante e membros da banca.

VI - lavrar ata final do exame do desempenho extraordinário, onde constará a média aritmética das etapas avaliativas, nome do estudante e identificação do componente curricular, encaminhando-a juntamente com a avaliação corrigida, devidamente assinada por seus integrantes, à RACI, no prazo de 5 (cinco) dias úteis após o resultado. A banca examinadora comunicará a Coordenação de Curso o resultado da avaliação.

§ 1º A banca examinadora, ao definir o programa e a abrangência da avaliação de desempenho a ser aplicada, tomará como referência o estabelecido nos programas dos componentes curriculares nos quais o discente busca dispensa.

§ 2º Nos casos em que o estudante deseja aproveitamento no componente curricular em que estiver matriculado, a finalização do processo de avaliação deve ocorrer dentro do prazo de ajuste de matrícula do mesmo período, conforme calendário acadêmico.

§ 3º Caso haja mais de uma solicitação para o mesmo componente curricular a avaliação deve ocorrer de forma conjunta.

Art. 417 Na Avaliação do Extraordinário Saber a nota mínima para aprovação é definida de acordo com o sistema de avaliação do curso.

8 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA

Todos os diplomas, certificados, históricos escolares e demais documentos relacionados à vida escolar dos estudantes do IFC *Campus Videira* serão emitidos pela coordenação de registros acadêmicos e deverão explicitar o título da formação certificada.

Terá direito ao recebimento de diploma todo estudante que concluir com aproveitamento todos os componentes curriculares do curso e realizar o estágio curricular obrigatório dentro do prazo estabelecido, conforme orientações do Projeto Pedagógico de Curso e/ou departamento de estágio. Para a colação de grau e entrega do diploma deverão ser observadas as datas previstas no calendário acadêmico. A solicitação da segunda via do diploma poderá ser realizada de acordo com o Artigo 24 da PORTARIA NORMATIVA Nº 7/2021.

Alunos em condições especiais, desde que comprovada esta condição por profissional competente, após lograr êxito em atividades a eles designadas, podem ser certificados por resolução



institucional específica.

9 EMENTÁRIO

9.1 Componentes Curriculares Obrigatórios

1º SEMESTRE

Componente Curricular	Física	Carga Horária	60h
Ementa	Trabalho. Energia. Conservação de energia. Mecânica dos fluidos. Hidrostática e hidrodinâmica. Termodinâmica. Fundamentos de eletrodinâmica e eletromagnetismo.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. Fundamentos da Física, vol. 1. 8^a ed. Rio de Janeiro, LTC, 2009.• HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. Fundamentos da Física, vol. 2. 8^a ed. Rio de Janeiro, LTC, 2009.• HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. Fundamentos da Física, vol. 3. 8^a ed. Rio de Janeiro, LTC, 2009.• HALLIDAY, D., RESNICK, R., WALKER, J. Fundamentos da Física, vol. 4. 8^a ed. Rio de Janeiro, LTC, 2009.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• NUSSENZVEIG, H. M. (Herch Moyses). Curso de física básica: 1: mecânica. 4. ed. São Paulo: E. Blucher, 2002.• NUSSENZVEIG, H. M. (Herch Moyses). Curso de física básica: 2: fluidos, oscilações e ondas, ca--lor. 4.ed. rev. São Paulo: E. Blucher, 2002.• NUSSENZVEIG, H. M. (Herch Moyses. Curso defisica basica: 3: eletromagnetismo. São Paulo, SP: E. Blucher, 1997. 323 p.• NUSSENZVEIG, H. M. (Herch Moyses). Curso de física básica: 4 --ótica, relatividade, física quântica. São Paulo: E. Blücher, 1998. 437p.		

Componente Curricular	Matemática	Carga Horária	60h
Ementa	Operações numéricas. Regras de sinais. Frações. Razões e proporções.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Regras de três simples e composta. Conjuntos numéricos. Expressões algébricas, equações, inequações e funções. Porcentagem e cálculo de juros. Trigonometria. Geometria espacial.
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BOULOS, Paulo. Pré- cálculo. São Paulo: Pearson Education, Makron Books 101 p. ISBN 9788534610414.• DOLCE, Osvaldo; POMPEO, José Nicolau. Fundamentos de matemática elementar 10: geometria espacial, posição e métrica. 6. ed. São Paulo: Atual, 2005. 440 p. ISBN 9788535705492.• FERREIRA, Rosangela Sviercoski. Matemática aplicada às ciências agrárias: análise de dados e modelos. Viçosa: Ed. UFV, 1999. 333 p.• IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar, 3: trigonometria. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 311 p. ISBN 9788535716849 (broch.).• IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar, 1: conjuntos, funções. 9. ed. São Paulo: Atual, 2013. 410 p. ISBN 9788535716801 (broch.).• IEZZI, Gelson. Fundamentos de matemática elementar 6: complexos, polinômios e equações. 7. ed. São Paulo: Atual, 2005. 250 p. ISBN 9788535705485.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• ANTON, Howard; BIVENS, Irl; STEPHEN, Davis. Cálculo: volume I. 10. ed. Porto Alegre: Bookman, 2014. xii; 680 p. ISBN 9788582602256 (broch.).• BOULOS, Paulo. Cálculo diferencial e integral: volume 1. São Paulo: Pearson Education, 2014. Makron Books, 380 p. ISBN 9788534610414.• HUGHES-HALLETT, Deborah et al. Cálculo e aplicações. São Paulo: E. Blücher, c1999. XII, 329 p. ISBN 9788521201786.• LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica. 3. Ed. São Paulo: HARBRA, c1994. 2 v. ISBN 8529400941 (v.1).

Componente Curricular	Introdução à Agronomia	Carga Horária	30h
Ementa	O curso de agronomia no Instituto Federal Catarinense. História da agricultura e da agronomia. Produção agropecuária, desenvolvimento e meio ambiente. O Engenheiro Agrônomo e a legislação profissional. Ética, perfil e atuação profissional. Órgãos de representação profissional da categoria.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• ABOUD, A. C. S.; Introdução à Agronomia. 1. ed. Interciênciia. 2013. 644 p. ISBN: 9788571933040.• BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. 11. ed. ampl. e rev. Petrópolis: Vozes, 2009. 159 p. ISBN 9788532618191(broch.).• CUNHA, B. P.; AUGUSTIN, S. Diálogos de Direito Ambiental Brasileiro - Volume I. Editora Educs 2012 253 p. ISBN 9788570616814.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• ABI-EÇAB, P. C; KURKOWSKI, R. F. Resumo de Direito Ambiental. Editora JH Mizuno - 2020 333 ISBN 9786555260113.• BARBARULO, A. Direito Ambiental: Do Global ao Local. Global Editora 2011 160. ISBN 9788575553305.• MATTHES, R. Manual de Direito Ambiental. Editora Rideel 2020 184 p. ISBN 9786557380208.• NALINI, J. R. Ética ambiental. 3. ed., rev., ampl. Campinas: Millennium, 2010. xlvii, 422 p. ISBN 9788576252085.• SCHMID, M. L. Licenciamento Ambiental. Contentus 2020 48. ISBN 9786557452301.

Componente Curricular	Química Geral e Orgânica	Carga Horária	60h
Ementa	Segurança, equipamentos e operações gerais de laboratório. Estrutura da matéria. Teoria atômica dos elementos e suas propriedades. Ligações químicas. Estequiometria. Funções orgânicas e inorgânicas. Isomeria.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• ATKINS, P.W; JONES, L. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. Ed. Porto Alegre: Bookmann, 2012.• RANGEL, R. N. Práticas de físico-química. 3 ed. ver. e ampl. São Paulo: Edgar Blucher, 2006.• RUSSEL, J.B; Química geral. 2 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2014. v. 1• RUSSEL, J.B; Química geral. 2 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2014. v. 2• SOLOMONS, T.W.G; FRYHLE, C.B. Química orgânica. 12 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2011.v.1• SOLOMONS, T.W.G; FRYHLE, C.B. Química orgânica. 9 ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 2011.v.2		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">ATKINS, P. W.; DE PAULA, J. Físico-química: volume 2. 9 ed. Rio de Janeiro: livros Técnicos e Científicos, 2012. 459p.DAVIDSON, E. R. Modern electronic Structure theory and applications in organic chemistry. Singapura: Word Scientific. 1997.LEVINE, I. N. Físico-química. 6 ed. Rio de janeiro: LTC, 2012 2v. I.SANTOS, N. Problemas de físico-química: IME-ITA-Olimpíadas. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2007.SLABAUGH, W. H., PARSONS, T. D. Química Geral – Segunda Edição. Livros Técnicos e Científicos, 1982, s. Paulo.
---------------------------	--

Componente Curricular	Biologia	Carga Horária	45h
Ementa	Noções sobre origem da vida e evolução. Classificação dos seres vivos. A teoria celular: as células e as funções celulares. Ácidos nucleicos e código genético. Fotossíntese, quimiossíntese, respiração e fermentação		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">ALBERTS, B.; BRAY, D.; HOPKIN, K.; JOHNSON, A.; LEWIS, J.; RAFF, M.; ROBERTS, K.; WALTER, P. Fundamentos da Biologia Celular. 3ª Ed. Porto Alegre: Artmed. 2011.JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. Biologia celular e molecular. 8a ed. Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 2005.NELSON, D. L.; COX, M. M.; LEHNINGER, A. L. Princípios de bioquímica de Lehninger. 5ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. xxx, 1273 p.RAVEN, P. H.; EVERET, R. F.; EICHHORN, S. E. Biologia vegetal. 7ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. xxii, 831 p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">AZEVEDO, C. Biologia Celular e Molecular, Lidel - Edições Técnicas, Lisboa, 1999.KARP, G. Cell and Molecular Biology: Concepts and Experiments, 4th Ed. John Wiley & Sons, Inc, New York, 2004.LODISH, H.; BERK, A.; ZIPURSKY, S. L.; MATSUDAIRA, P.; BALTIMORE, D., & DARNELL, J. Biologia Celular e Molecular.5a ed. Ed. Artmed. 2005.PURVES, W. K.; ORIANS, H.; HELLER, C.; SADAVA, D. Life, the science of biology. 7th ed. Sinauer Associates, inc, W. H. Freeman and Company. USA. 2004.RICHAU, J. Biologia: moléculas, células e processos. Universida-		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	de Lusófona, Lisboa. 2012. • ROBERTIS, E.; HIB, J. Bases da Biologia Celular e Molecular , 3 ^a ed. Guanabara Koogan SA. 2001. • TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia vegetal . Porto Alegre: Artmed, 3ed. 2004.
--	---

Componente Curricular	Desenho Técnico	Carga Horária	30h
Ementa	Dobras, margens e legendas; Normas aplicadas ao desenho técnico; Projeções Ortogonais; Cotagem; Regras de cotagem; Símbolos e convenções; Escalas; Hatchuras; Linhas de corte; Cortes; Seções; Perspectivas; Software CAD; Comandos de desenho, edição, cotamento e visualização; Sistemas de coordenadas; Teclas e funções; Ambiente de trabalho; Detalhamento de desenho; Arquivamento de dados e plotagem.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BALDAM, Roquemar de Lima; COSTA, Lourenço. Autocad 2010: utilizando totalmente. São Paulo: Érica, c2009. 520p.• SILVA, Arlindo. Desenho técnico moderno. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2006. xviii, 475 p.• SPECK, Henderson José; PEIXOTO, Virgílio Vieira. Manual básico de desenho técnico. 9. ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2016. 206 p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10068: Folha de desenho - Layout e dimensões. 1987. Disponível em:<http://www.abnt.org.br>. Acesso em: 22 set. 2017.• ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10582: Apresentação da folha para desenho. 1988. Disponível em:<http://www.abnt.org.br>. Acesso em: 22 set. 2017.• ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 13142: Desenho técnico - dobramento de papel. 1999. Disponível em:<http://www.abnt.org.br>. Acesso em: 22 set. 2017.• ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 8196: Emprego de escalas em desenho técnico. 1999. Disponível em:<http://www.abnt.org.br>. Acesso em: 22 set. 2017.• KATORI, R. AutoCAD 2011: modelando em 3D e recursos adicionais. São Paulo: Senac São Paulo, 2010. KATORI, R. AutoCAD 2014: projetos em 2D. São Paulo: Senac São Paulo, 2014.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	Ética e Legislação Aplicada	Carga Horária	30h
Ementa	Conceitos básicos de Direito Ambiental. Princípios que norteiam o Direito Ambiental. Função social da propriedade rural. Discriminação de Terras devolutas. Acordos e Tratados Internacionais de Interesse da Legislação Agrária. Da Reforma Agrária.. A Política Nacional de Recursos Hídricos. Reparação de danos ambientais. Previdência e Trabalhador Rural. Direitos humanos conexos ao Direito Ambiental. Ética profissional.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BARBIERI, José Carlos. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da agenda 21. 11. ed. ampl. e rev. Petrópolis : Vozes, 2009. 159 p. ISBN 9788532618191(broch.).• NALINI, José Renato. Ética ambiental. 3. ed., rev., ampl. Campinas: Millennium, 2010. xlvii, 422 p. ISBN 9788576252085.• SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL. Coletânea de legislação de recursos hídricos do Estado de Santa Catarina. 3. ed. Florianópolis: DIO-ESC, 2013. 445 p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BENJAMIN, Antônio Herman de Vasconcellos e. Introdução ao direito ambiental brasileiro. In: Congresso Internacional de Direito Ambiental. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.• CANOTILHO, José Joaquim Gomes; LEITE, José Rubens Morato. (Orgs.). Direito constitucional ambiental brasileiro. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.• DERANI, Cristiane. Direito ambiental econômico. São Paulo: Max Limonad, 1997.• FERREIRA, Heline Sivini. Política Ambiental Constitucional. In: CANOTILHO, José Joaquim Gomes Canotilho; LEITE, José Rubens Morato. (Orgs.). Direito constitucional ambiental brasileiro. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.• LEITE, José Rubens Morato. (Coord.). Manual de Direito Ambiental. São Paulo: Saraiva, 2015.• LOUBET, Luciano Furtado. Licenciamento ambiental: a obrigatoriedade da adoção das melhores técnicas disponíveis (MTD). Belo Horizonte: Del Rey, 2014.• SOARES, Guido Fernando Silva. A proteção internacional do meio ambiente. Barueri, SP: Manole, 2003.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

2º SEMESTRE

Componente Curricular	Cálculo Diferencial e Integral	Carga Horária	60h
Ementa	Funções de variáveis reais. Limites e continuidade. Derivadas e aplicações. Integral indefinida, definida e aplicações.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• FLEMMING, Diva Marília; GONÇALVES, Mirian Buss. Cálculo A: funções, limite, derivação e integração. 6. ed. rev. ampl. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 448 p. ISBN 9788576051152.• HUGHES-HALLETT, Deborah; MARKS, Elliot J (Coord). Cálculo de uma variável. 3. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, c2004. XII. 509 p. ISBN 8521613903 (broch.).• IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos.; MACHADO Nilson José. Fundamentos de matemática elementar 8: limites, derivadas, noções de integral .6a Ed. São Paulo, SP: Atual, 2005.263p. ISBN 9788535705478.• STEWART, James. Cálculo. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. 2v. ISBN 9788522106608 (v.1).		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• ANTON, Howard; BIVENS, Irl; STEPHEN, Davis. Cálculo. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2007. 680 p. 2v. ISBN 9788560031634 (v.1).• GUIDORIZZI, Hamilton L. Um curso de cálculo. 5a Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 4v. ISBN 9788521612803 (v.2).• GUIDORIZZI, Hamilton L. Um curso de cálculo. 5a Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011.4v. ISBN 9788521612599 (v.1).• LEITHOLD, Louis. O cálculo com geometria analítica. 3. ed. São Paulo: HARBRA, c1994. 2 v. ISBN 8529400941 (v.1).		

Componente Curricular	Química Analítica	Carga Horária	60h
Ementa	Fórmulas, equações químicas e soluções. Gravimetria. Equilíbrio químico de ácidos e bases. Volumetria de neutralização, precipitação, óxido-redução, complexação e suas implicações no uso agrícola. Comportamento químico dos compostos de nitrogênio, fósforo, potássio, alumínio, cálcio, magnésio e de enxofre.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• ATKINS, P. W.; JONES, Loretta. Princípios de química: questionando a vida moderna e o meio ambiente. 5. ed. Porto Alegre: Bookman, 2012. xxii, 922 p.)		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<ul style="list-style-type: none">• VOGEL, Arthur Israel. Análise química quantitativa. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. 462 p.)• HARRIS, Daniel C.; LUCY, Charles A. (colab.). Análise química quantitativa. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. xvii, 774 p.)
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• GREENBERG, Arthur. Uma breve história da química: da alquimia às ciências moleculares modernas. São Paulo, SP: Edgard Blücher, 2009. XVIII, 377 p.• POSTMA, James M.; ROBERTS JR., Julian L.; HOLLENBERG, J. Leland. Química no laboratório. 5. ed. São Paulo: Manole, 2009. 546p.• RANGEL, Renato N. Práticas de fisico-química. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Edgar Blücher, 2006. XVII, 316 p• RUBINGER, Mayura Marques Magalhães; BRAATHEN, Per Christian. Ação e reação: ideias para aulas especiais de química. Belo Horizonte: RHJ, 2012. 292 p.• RUSSEL, J.B; Química geral. 2 ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2014. v. 1)

Componente Curricular	Zoologia Agrícola	Carga Horária	45h
Ementa	Introdução à zoologia. Principais filos de interesse agrícola: Protozoa, Platyhelminthes, Nematoda, Mollusca, Annelida, Arthropoda e Chordata - Subfilo Vertebrata. Doenças parasitárias animais e vegetais.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• GARCIA, F.R.M. Zoologia Agrícola: manejo ecológico de pragas. 3. Ed. Porto Alegre: Rigel, 2008. 256 p.• HICKMAN, C.P. ET AL. Princípios integrados de zoologia. 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. 846 p.• MORAES, G. J. de; FLECHTMANN, C.H.W. Manual de acarologia: acarologia básica e ácaros de plantas cultivadas no Brasil. Ribeirão Preto: Holos. 288 p.• ORR, R. T. 1986. Biologia de vertebrados. Ed. ROCA, São Paulo, 580 p.• WEISCHER, B.; BROWN, D. J. F. Conhecendo os nematóides: nematologia geral. Sofia: Pensoft, 2000. 209 p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• CHAMAS, C.L.M. Histologia Embriologia Zoologia. 2 ed. São Paulo, Livraria Nobel, 1976, 155 p.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<ul style="list-style-type: none">• COSTA-RIBEIRO, C.S.; DA ROCHA, R. M. Invertebrados: manual de aulas práticas. 2. Ed. Ribeirão Preto: Holos, 2006. 226 p.• DELLA LUCIA, T.M.C.; JÚNIOR, R.R.; DE OLIVEIRA, M.C.. Zoologia dos Invertebrados II – Mollusca a Echinodermata (manual de laboratório). 1. Ed. Viçosa: UFV, 2004. 193 p.• HARDON, E.; WEHN, R. Zoologia Geral. F.C. GULBERKIAN, ED. Lisboa, 3 ed., 1978.• NEVES, D.P. ET AL. 2005. Parasitologia humana. 11. Ed. São Paulo: Atheneu, 2008. 428 p.• SOLENSSEN, B. Acidentes por animais peçonhentos: reconhecimento, clínica e tratamento. São Paulo: Atheneu, 1996. 138 p.• STOGER, T. I.; USINGER, R.L. Zoologia Geral. 5.ed. Tradução de FROCHLICH, c. g., CORREA, D.D. e SCHLENZ, E. São Paulo: interamericana, 1965. 759 p• URGUHART, G. M. et al. Parasitologia veterinária. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. 273 p.
--	--

Componente Curricular	Anatomia e Fisiologia Animal	Carga Horária	45h
Ementa	Introdução ao estudo das espécies zootécnicas. Princípios anatômicos, fisiológicos e metabólicos gerais dos animais domésticos.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• GOUGH, Alex. Diagnóstico diferencial na medicina veterinária de pequenos animais. São Paulo: ROCA, 2009. XXIII, 447 p.• KOSLOSKI, Gilberto Vilmar. Bioquímica dos ruminantes. 3ª edição. Santa Maria: Ed. UFSM, 2016. 212p.• REECE, William O. Anatomia funcional e fisiologia dos animais domésticos. 3. ed. São Paulo: ROCA, 2008. xi, 468 p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BALL, P. J. H.; PETERS, A. R. Reprodução em bovinos. 3. ed. São Paulo: ROCA, 2006. 232 p.• CUNNINGHAM, James G; KLEIN, Bradley G. Tratado de fisiologia veterinária. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. xvi, 710 p.• NELSON, David L.; COX, Michael M.; LEHNINGER, Alberto L. Princípios de bioquímica de Lehninger. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. xxx, 1273 p.• RADOSTITS, O. M. et al. Clínica veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2002. Xxix, 1737.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	Gênese e Classificação dos Solos	Carga Horária	75h
Ementa	Histórico, evolução e importância da ciência do solo. Processos de formação do solo. Material de origem e sua relação com a potencialidade agrícola dos solos. Caracterização e identificação de classes de solos. Pedogênese e sua relação com o relevo e o ambiente. Atributos químicos e físicos do solo.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">LEPSCH, I. F. Formação e conservação dos solos - 2^a ed. Editora Oficina de Textos 2010 216. ISBN 9788579750083.LEPSCH, I. F. 19 Lições de Pedologia. Editora Oficina de Textos 2011 458. ISBN 9788579750298.MALAVOLTA, E. Adubos & adubações. São Paulo: Nobel, 2002. 200 p. ISBN 8521310749.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">EMBRAPA SOLOS. Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. 3. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2013. 351 p. ISBN 9788570351982.KIEHL, E. J. Manual de Edafologia – Relações solo-planta. PIRACICABA-SP: Livroceres, 1979.SCHNEIDER, P.; KLAMT, E. Morfologia do solo: subsídios para caracterização e interpretação de solos a campo. Guaíba: Agrolivros, 2007. 66 p. ISBN 9788598934112.TROEH, F. R.; THOMPSON, L. M. Solos e Fertilidade do solo. São Paulo: Andrei, 2007.		

Componente Curricular	Morfologia Vegetal	Carga Horária	60h
Ementa	Morfologia de órgãos vegetativos e reprodutivos de pteridófitas, gimnospermas e angiospermas. Histologia e anatomia vegetal.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">CASTRO, P. R. C.; KLUGE, R. PERES. Manual de Fisiologia Vegetal –Teoria e Prática. Livroceres. 2005. 650p.CUTTER, Elizabeth Graham. Anatomia vegetal. 2. ed. São Paulo: ROCA, 2002. 2 v. ISBN 8572410112ESAU, Katherine. Anatomia das plantas com sementes. São Paulo: E. Blucher, Ed. da USP, 1974. 293 p.FERRI, Mário Guimarães (Coord.). Fisiologia vegetal. 2. ed. rev. e atualizada. São Paulo: E.P.U., c1979.GONÇALVES, E.G. & LORENZI, H. 2007. Morfologia Vegetal: Organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>vasculares. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda. 448p.</p> <ul style="list-style-type: none">• SOUZA, V. C. & LORENZI, H. Botânica Sistemática: Guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008. 704p.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• DAMIÃO FILHO, C. F.; MÔRO, F. V. Morfologia vegetal. 2^a Ed. Jaboticabal:FUNEP/UNESP. 2005.• FERRI, M.G. 1999. Botânica: morfologia interna das plantas (anatomia). Nobel 9^a ed.• MARENCO, R. A.; LOPES, N. F. Fisiologia Vegetal. Viçosa: UFV, 2005. 451p.• SOUZA, V.C.; FLORES T.B.; LORENZI, H. Introdução à botânica: morfologia. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2013. 223p.

3º SEMESTRE

Componente Curricular	Agrometeorologia e Climatologia	Carga Horária	45h
Ementa	Introdução à Climatologia Agrícola. Fatores que influenciam no clima e suas influências sobre os vegetais e animais. Composição e dinâmica da Atmosfera. Estações Meteorológicas. Elementos do clima de importância agropecuária. Balanço Hídrico. Zoneamento agroclimático. Classificações Climáticas		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• AYOADE, J. O. Introdução a Climatologia para os Trópicos. 6^A ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2• MOTA, Fernando Silveira da. Meteorologia agrícola. 4. ed. São Paulo, SP: Nobel, 1979• PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, A. R. Agrometeorologia: Fundamentos e Aplicações Práticas. Guaíba: Agropecuária, 20• TUBELIS, A. Conhecimentos Práticos sobre Clima e Irrigação.- Viçosa: Aprenda Fácil, 2001.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária. Atlas do zoneamento agroclimático [do] Estado de Santa Catarina. Florianópolis, SC, Pallotti, 1978. 27f : il.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<ul style="list-style-type: none">MONTEIRO, Carlos Augusto de Figueiredo. Clima e excepcionalismo: conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico. Florianópolis, SC: Ed. da UFSC, 1991. 241.MULLER, Pedro Bernardo. Bioclimatologia aplicada aos animais domésticos. 3. ed., rev. e atual. Porto Alegre: Sulina, 1989. 262 p.PEREIRA, A. R.; ANGELOCCI, A. R. Agrometeorologia: Fundamentos e Aplicações Práticas. Guaíba: Agropecuária, 20.VAREJÃO-SILVA, Mário Adelmo. Meteorologia e Climatologia. Recife: Versão digital, 2005. Disponível em:https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3887570/.../Meteorologia_Climatologia.pdf
--	--

Componente Curricular	Botânica Sistemática	Carga Horária	30h
Ementa	Sistemática das gimnospermas e angiospermas. Sistemas de classificação. Nomenclatura botânica. Coleções botânicas. Uso e elaboração de chaves analíticas. Caracterização de famílias e espécies vegetais de interesse agronômico.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">CASTRO, P. R. C.; KLUGE, R. PERES. Manual de Fisiologia Vegetal –Teoria e Prática. Livroceres. 2005. 650p.CUTTER, Elizabeth Graham. Anatomia vegetal. 2. ed. São Paulo: ROCA, 2002. 2 v. ISBN 8572410112ESAU, Katherine. Anatomia das plantas com sementes. São Paulo: E. Blucher, Ed. da USP, 1974. 293 p.FERRI, Mário Guimarães (Coord.). Fisiologia vegetal. 2. ed. rev. e atualizada. São Paulo: E.P.U., c1979.GONÇALVES, E.G. & LORENZI, H. 2007. Morfologia Vegetal: Organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda. 448p.SOUZA, V. C. & LORENZI, H. Botânica Sistemática: Guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum, 2008. 704p		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">FREITAS, Denise de et al. Uma abordagem interdisciplinar da botânica no ensino médio. São Paulo: Moderna, 2012. 160 p. (Contidiano escolar Ação docente). ISBN 9788516082451.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<ul style="list-style-type: none">• LORENZI, Harri. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil: volume 2. 3. ed. Nova Odessa, SP: Plantarum, 2009. 384 p. ISBN 8586714320.
--	---

Componente Curricular	Estatística	Carga Horária	60h
Ementa	Conceitos básicos, natureza e métodos em estatística. Séries e gráficos estatísticos. Distribuição de frequências. Medidas de tendência central, dispersão e variabilidade. Medidas de assimetria e curtose. Probabilidade e inferência.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• CRESPO, Antonio Arnot. Estatística fácil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 218 p.• DOWNING, Douglas; CLARK, Jeff. Estatística aplicada. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. xvi, 351 p.• LARSON, Ron; FARBER, Elizabeth. Estatística aplicada. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. xiv, 637 p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• MONTGOMERY, Douglas C.; RUNGER, George C; HUBELE, Norma Faris. Estatística aplicada à engenharia. 2. ed. São Paulo: LTC, c2004. 335 p.• MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 6. ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. 540 p.• OLIVEIRA, Magno Alves de. Probabilidade e estatística: um curso introdutório. Brasília, DF: IFB, 2011. 166 p.• SMAILES, Joanne; MCGRANE, Angela. Estatística aplicada à administração com Excel. São Paulo: Atlas, 2002. 321 p.• TRIOLA, Mario F. Introdução à estatística. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2008. xviii, 696p.		

Componente Curricular	Bioquímica	Carga Horária	60h
Ementa	Introdução à bioquímica. Estrutura e catálise: água, equilíbrio ácido-base e tampões. Aminoácidos e proteínas. Enzimas, coenzimas e vitaminas. Cinética enzimática. Bioenergética. Metabolismo de		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	carboidratos, Lipídios e aminoácidos. Fosforilação oxidativa.
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• NELSON, D.L. & COX, M.M. LEHNINGER. Princípios de Bioquímica; 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.• CAMPBELL, M.K.; FARREL, S.O. Bioquímica – bioquímica básica, 1^a ed., Thomson, 263p. 2006.• BERG, J.M; TYMOCZKO, J; STRYER, L. Bioquímica. 7. ed. Rio-de Janeiro : Guanabara Koogan, 2014.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• DEY, P. M.; HARBONE, J. B. (eds). Methods in plant biochemistry. London, Academic Press, v.1-9, 1993.• HARBONE, J.B. Phytochemical Methods: a guide to modern techniques of plant analysis. 2º ed. London, Chapman & Hall, 288p. 1991.• CHAMBEL, P.C.; HARVEY, R.A.; Ferrier, D.R. Bioquímica ilustrada, 3^a ed., Editora Artmed, 447p. 2007.• HIRANO, Z.M.B. Bioquímica - manual prático. Edifurg, Blumenau, 2008.

Componente Curricular	Agroecologia	Carga Horária	30h
Ementa	Princípios e processos agroecológicos. Sistemas alternativos de produção. Policultivos. Teoria da trofobiose. Manejo ecológico do solos, de pragas, doenças e plantas ruderais. Caldas e biofertilizantes. Compostagem. Transição agroecológica. Certificação. Educação ambiental.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• ALTIERI, M. (2002) Agroecologia: Bases científicas para uma agricultura sustentável. Agropecuária, Guaíba/RS. 592p.• AQUINO, A. M. de; ASSIS, R. L. de. Agroecologia: princípios e técnicas para uma agricultura orgânica sustentável. Brasília – DF, Embrapa Informação Tecnológica, 2005. 517p.• GLIESSMAN, S.R. (2009) Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. 4a ed. UFRGS, Porto Alegre, RS. 654 pp.• KHATOUNIAN, C.A. (2001) A reconstrução ecológica da agricultura. Agroecológica, Botucatu, SP. 348 p.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<ul style="list-style-type: none">• ODUM, E. P. 1913. Ecologia. (Supervisor da tradução Ricardo Iglesias Rios; tradução et al . Biologia Vegetal Christopher J. Tribe). - (reimpr.). - Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009. 434 p.• PRIMAVESI, A. O manejo ecológico do solo: agricultura em regiões tropicais. São Paulo, Nobel, 2002. 541p.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• ALTIERE, M.; SILVA, E. N.; NICHOLLS, C. I. O papel da biodiversidade no manejo de pragas. Ribeirão Preto: Holos, 2003.• BOHLEN, P.J. & HOUSE, G.J. (2009) Sustainable agroecosystem management: integrating ecology, economics, and society. Taylor & Francis, Boca Raton.• BURG, I. C.; MAYER, P. H. Alternativas ecológicas para prevenção e controle de pragas e doenças. Francisco Beltrão: Grafit, 1999. 153p.• CHABOUESSOU, Francis. Plantas doentes pelo uso de agrotóxicos: a teoria da trofobiose. / Francis Chaboussou; tradução de Maria José Guazzelli. – Porto Alegre: L&PM, 1987. 256p. il.• DAROLT, M. R. Agricultura Orgânica: inventando o futuro. Londrina:IAPAR, 2002. 250p.• EPAMIG. Agricultura Alternativa. Informe Agropecuário, Belo horizonte, v. 22, n. 212, 2001.• KIEL, E. J. Fertilizantes orgânicos. São Paulo, Agronômica Ceres, 1985. 492p.• PINHEIRO, S.; BARRETO, S. B. “MB-4”: agricultura sustentável, trofobiose e biofertilizantes. Fundação Junquira Candiru/MIBASA, 1996. 273 p.• PINHEIRO, S.; NASR, N. Y.; LUZ, D. A agricultura ecológica e a máfia dos agrotóxicos no Brasil. Porto Alegre: Edições dos Autores, 1993. 355 p.• SOUZA, J. L. de; RESENDE, P. Manual de horticultura orgânica. Viçosa: Aprenda Fácil Editora, 2006. 823p.• SOUZA, J. L. de. Agricultura orgânica: tecnologias para a produção de alimentos saudáveis. Vitória: Incaper, 2005. V.2. 257p.• THEO COLBORN, D. D.; MYERS, J. P. O futuro roubado.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Tradução de Cláudia Buchweitz. I&PM. 1997. 353 p. • THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA, J. N. Agroecologia: um novo caminho para extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
--	---

Componente Curricular	Microbiologia Agrícola	Carga Horária	60h
Ementa	Histórico e importância da microbiologia. Caracterização geral de bactérias, fungos e vírus. Reprodução e nutrição microbiana. Técnicas de isolamento, observação, cultivo e manutenção de microrganismos. Estudo de microrganismos do solo e em processos industriais e ambientais.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• CARDOSO, E.J.B.N. et al. Microbiologia do solo. Campinas, Soc. Bras. De Ciência do Solo, 1992.• MADIGAN, M.T.; MARINKO, J.M.; PARKER, J. Microbiologia de Brock. 10. ed., Prentice Hall, São Paulo, 2004. 983 p.• PELCZAR, M.; REID,R.; KRIEG, N.R.. Microbiologia. Conceitos e aplicações. São Paulo, Makron Books, v. 1 e 2, 1996.• SIQUEIRA, J. O. Biotecnologia do Solo. Fundamentos e perspectivas. Brasília, MEC, 1988.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• HUDSON, H.J. Fungal biology. Edward Arnold Ed. 1986.• PRESCOTT, L.M. et al. Microbiology (3a Edition). London:WCB, 1996. 935 p.• SCHWAN-ESTRADA, K.R.F. Manual de Aulas Práticas de Microbiologia Agrícola. UEM, 2010. 73 p.• SILVA FILHO, G. N.; OLIVEIRA, V.L. Microbiologia – Manual de aulas práticas. 2. Ed. rev. - Florianópolis, Editora da UFSC. 2007. 157 p.• SLONCZEWSKI, J.L.; FOSTER, J.W. Microbiology: an evolving Science. New York: W.W.Norton, 2008. 1096 p.		

Componente Curricular	Metodologia Científica	Carga Horária	30h
Ementa	O papel da ciência na sociedade. Tipos de conhecimentos. Métodos e		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>técnicas de pesquisa. Aplicações de editores de texto, planilhas eletrônicas, gráficos e softwares de apresentação para trabalhos e relatórios acadêmicos. Projeto de pesquisa experimental e não experimental. Pesquisa quantitativa e qualitativa. Normas ABNT. Direitos autorais.</p>
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• APPOLINÁRIO, Fábio. Dicionário de metodologia científica: um guia para a produção do conhecimento científico. São Paulo: Atlas, 2007. 300 p.• AZEVEDO, Celina Borges. Metodologia científica: ao alcance de todos. 2. ed. Barueri: Manole, 2009. 48 p. ISBN 9788520428979.• BASTOS, Lília da Rocha. Manual para a elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003. xii, 222 p. ISBN 9788521613565.• CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007. 162 p. ISBN 8576050476.• DMITRUK, Hilda B. Cadernos metodológicos 1: diretrizes de metodologia científica. 5. ed. Chapecó: Argos, 2001. 121 p. ISBN 8575350080.• GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.• MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica. 5. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2008. 312 p. ISBN 9788522447626.• MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia científica: ciência e conhecimento científico, métodos científicos, teoria, hipóteses e variáveis, metodologia jurídica. 6. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2011. 314 p. ISBN 9788522466252.• PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 17. ed. Campinas: Papirus, 2012. 127 p. (Magistério. Formação e trabalho pedagógico). ISBN 9788530806071.• SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. rev. e ampl. São Paulo: Cortez, 200?. 304 p.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• ALMEIDA, Mário de Souza. Elaboração de projeto, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo: Atlas, 2011. 80 p.• CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto da. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007. 162 p.• LUCKMANN, Luiz Carlos; ROVER, Ardinete; VARGAS, Marisa.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>Diretrizes para elaboração de trabalhos científicos: apresentação, elaboração de citações e referências de trabalhos científicos. 4. ed. Joaçaba: Unoesc, 2010. 104 p.</p> <ul style="list-style-type: none">• MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 297 p.• PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática. 17. ed. Campinas: Papirus, 2012. 127 p.
--	--

Componente Curricular	Fertilidade e Adubação do Solo	Carga Horária	60h
Ementa	Conceitos em fertilidade do solo. Acidez do solo. Fertilidade natural, potencial e atual e sua posição no contexto sócio-econômico no estado e no país; critérios de essencialidade; função dos elementos essenciais na planta; leis da fertilidade; Amostragem de solo para análise de fertilidade; acidez do solo e sua correção; salinidade do solo e sua correção; Matéria orgânica do solo; macronutrientes;; micronutrientes; avaliação da Fertilidade do Solo; recomendação de adubação.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BARBOSA, C. A. Manual de Análise Química de Solo e Fertilizantes. VIÇOSA: Agro Juris. 2009.• KIEHL, E. J. Manual de Edafologia – Relações solo-planta. PIRACICABA-SP: Livroceres, 1979.• TROEH, F. R.; THOMPSON, L. M. Solos e Fertilidade do solo. São Paulo: Andrei, 2007.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• LEPSCH, I.F. Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Campinas, 175p. 1983.• MAZUCHOWSKI, J.Z. & DERPSCH, R. Guia de preparo do solo para culturas anuais mecanizadas. ACARPA. Curitiba, 68p. 1984.• MONTOYA, L.J. Aspectos da economicidade do manejo do solo em plantio direto. IAPAR, Londrina, 19p. 1984. (Informe de pesquisa, 57).• MUZILLI, O. et alii. Adubação verde. IN: IAPAR Manual agropecuário para o Paraná. Cap. 3, p.77-97, 1980.• ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. Proteger y producir - conservación del suelo para el desarrollo. FAO, Roma, 40p. 1984.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<ul style="list-style-type: none">• UFSM. SUDESUL-SA. Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado de Santa Catarina.• UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. 1º Simpósio de manejo do solo e plantio direto no sul do Brasil e IIIº Simpósio de Conservação do Solo do Planalto. Anais. Passo Fundo, 226p.
--	--

4º SEMESTRE

Componente Curricular	Fisiologia vegetal	Carga Horária	75h
Ementa	Relações hídricas. Transporte e translocação de água e solutos. Nutrição mineral. Fotossíntese e respiração. Hormônios e reguladores vegetais. Movimentos em plantas. Fisiologia do crescimento e desenvolvimento das plantas. Fisiologia do estresse.		
• Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• CASTRO, Paulo R. C.; KLUGE, Ricardo Alfredo (Coord.). Ecofisiologia de cultivos anuais: trigo, milho, soja, arroz e mandioca. Rio de Janeiro: Nobel, 1999. 126 p. ISBN 8521310781• CASTRO, Paulo R. C.; KLUGE, Ricardo Alfredo; PERES, Lázaro E. P. Manual de fisiologia vegetal: teoria e prática. Piracicaba, SP: Agronômica Ceres, 2005. 640p. ISBN 8531800447• EPSTEIN, Emanuel; BLOOM, Arnold J. q d. Nutrição mineral de plantas: princípios e perspectivas. 2. ed. Londrina: Planta, 2006. 403 p. ISBN 8599144030.• FERNANDES, Manlio Silvestre (ed.). Nutrição mineral de plantas. 2. ed. Viçosa: SBCS, 2018. 670 p. ISBN 9788586504235.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• CUTTER, Elizabeth Graham. Anatomia vegetal. 2. ed. São Paulo: ROCA, 2002. 2 v. ISBN 8572410112• ESAU, Katherine. Anatomia das plantas com sementes. São Paulo: E. Blucher, Ed. da USP, 1974. 293 p.• GONÇALVES, E.G. & LORENZI, H. 2007. Morfologia Vegetal: Organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora Ltda. 448p.• MARENCO, R. A.; LOPES, N. F. Fisiologia Vegetal. Viçosa: UFV, 2005. 451p.• SOUZA, V. C. & LORENZI, H. Botânica Sistemática: Guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II. Nova Odessa, SP:		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Instituto Plantarum, 2008. 704p
--	---------------------------------

Componente Curricular	Topografia	Carga Horária	60h
Ementa	Conceitos e divisão da topografia. Conceitos de escala, grandezas lineares, angulares e de superfície. Noções de erros. Instrumentos topográficos. Métodos de leituras de ângulos e distâncias. Métodos de levantamento planimétrico. Cálculo de poligonais. Cálculo de área. Desenho de plantas. Memorial descritivo. Métodos de divisão e demarcação de áreas. Locação de obras para fins agrícolas. Noções de posicionamento por GNSS.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de Textos, c2008. 143 p.• MCCORMAC, Jack C.; SARASUA, Wayne; DAVIS, William J.. Topografia. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. 414 p.• SILVA, Arlindo. Desenho técnico moderno. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2006. xviii, 475 p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BALDAM, Roquemar de Lima; COSTA, Lourenço. Autocad 2010: utilizando totalmente. São Paulo: Érica, c2009. 520p.• BORGES, Alberto de Campos. Exercícios de topografia. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: E. Blucher, 1975. 192 p.• CASACA, João Martins; MATOS, João Luís de; DIAS, José Miguel Baio. Topografia geral. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 208 p.• ESPARTEL, Lélis. Curso de topografia. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1977. 655p.• GOMES, Edaldo; SILVA JUNIOR, Lucílio Barbosa da. Medindo imóveis rurais com GPS. Brasília, DF: LK, 2001. 136 p.• MCCORMAC, Jack C. Topografia. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 391 p.• MONICO, João Francisco Galera. Posicionamento pelo GNSS: descrição, fundamentos e aplicações. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2008. 476 p.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	Genética	Carga Horária	45h
Ementa	Bases de biologia molecular e informação genética, penetrância e expressividade; mutação, alterações cromossômicas em animais e vegetais; herança mendeliana, polialelia, pleiotropia, interações gênicas, herança genética, genética relacionada com o sexo, herança extra-cromossônica, ligação, permuta e mapas genéticos. Elementos transponíveis e silenciamento gênico.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">ALBERTS, Bruce et al. Fundamentos da biologia celular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. xx, 843 p. (Biblioteca Artmed). ISBN 9788536324432.GRIFFITHS, Anthony J. F. Introdução à genética. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998. 856 p. ISBN 8527704633.TORRES, Alcides Di Paravicini. Melhoramento dos rebanhos: (noções fundamentais). 5. ed. São Paulo: Nobel, 1997. 399 p. (Biblioteca rural). ISBN 8521300107 (broch.).		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">CRUZ, Cosme Damião. Princípios de genética quantitativa. Viçosa: UFV, 2005. 394 p. ISBN 857269207X.OTTO, Priscila Guimarães. Genética básica para veterinária. 4. ed. São Paulo: ROCA, 2006. xii, 284 p. ISBN 9788572416320.RAMALHO, Magno Antonio Patto; SANTOS, João Bosco dos; Pinto, Cesar Augusto Brasil Pereira. Genética na Agropecuária, 3. Ed. São Paulo: Globo, 1994, 359 p. ISBN 8225006777		

Componente Curricular	Entomologia geral	Carga Horária	60h
Ementa	Introdução e princípios básicos da entomologia. Morfologia externa, anatomia interna e fisiologia. Dinâmica populacional dos insetos. Reprodução, metamorfose, desenvolvimento, taxonomia e classificação dos insetos das principais ordens de interesse agrícola. Coleta, montagem e conservação de insetos. Coleção entomológica. Acarologia.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">BUENO, V. H. P. Controle biológico de pragas: produção massal e controle de qualidade. 2. ed. Lavras: UFLA, 2009. 429 p. ISBN 9788587692696.CHARLES A. TRIPLEHORN; NORMAN F. JOHNSON. Estudo dos Insetos: Tradução da 7^a edição de Borror and DeLong's Introduction to the Study of Insects - 2^a edição brasileira, 2nd Edition. se-		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>cond edition. Brazil: 1 online resource. ISBN 9788522124978.</p> <ul style="list-style-type: none">• GALLO, D.; et al. Entomologia agrícola. Piracicaba, SP: FEALQ, 2002. xv, 920 p. (Biblioteca de ciências agrárias Luiz de Queiroz). ISBN 8571330115.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BORÉM, A.; SCHEEREN, P. L. TRIGO: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 260 p. ISBN 9788572695220.• CARNEIRO, J. E.; PAULA JÚNIOR, T. J. (Ed.). Feijão: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 384 p. ISBN 9788572695138.• FORNASIERI FILHO, D. Manual da cultura do milho. Jaboticabal: FUNEP, 2007. 574 p. ISBN 9788578050061• SCAGLIA, J. A. P. Manual de Entomologia Forense. Editora JH Mizuno 2018 406. ISBN 9788577892839.

Componente Curricular	Experimentação Agrícola	Carga Horária	45h
Ementa	Fundamentos de estatística experimental. Delineamentos experimentais. Análise de variância. Testes para comparação de médias. Interpretação de resultados de experimentos agrícolas. Correlação e regressão.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• CRESPO, Antonio Arnot. Estatística fácil. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. 218 p.• LARSON, Ron; FARBER, Elizabeth. Estatística aplicada. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010. xiv, 637 p.• RESENDE, Marcos Deon Vilela de. Genética quantitativa no melhoramento de fruteiras. Editora Interciência 2014 298.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• VIEIRA, S. Estatística Experimental. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 185p.• ANDRADRE, D.F.; OGLIARI, P.J. Estatística para Ciências Agrárias e Biológicas. UFSC, 438p. 2007.• BEIGUELMAN, B. Curso Prático de Bioestatística, 5^a. Ed. FUNPEC, 274p. 2002.• BUSSAB, W.O. Estatística Básica: métodos quantitativos. 5 ed. São Paulo: Atual, 1994. 321p.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<ul style="list-style-type: none">• FONSECA, J.S. da. Estatística Aplicada. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1985. 273p.
--	--

Componente Curricular	Manejo e Conservação do Solo	Carga Horária	60h
Ementa	Aspectos econômicos, sociais e ambientais da conservação do solo; Erosão; Sistemas de manejo do solo; Práticas conservacionistas; planejamento do uso da terra; Aptidão de solos agrícolas.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BARBOSA, C. A. Manual de Análise Química de Solo e Fertilizantes. VIÇOSA: Agro Juris, 2009.• KIEHL, E. J. Manual de Edafologia – Relações solo-planta. PIRACICABA-SP: Livroceres, 1979.• TROEH, F. R.; THOMPSON, L. M. Solos e Fertilidade do solo. São Paulo: Andrei, 2007.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• LEPSCH, I.F. Manual para levantamento utilitário do meio físico e classificação de terras no sistema de capacidade de uso. Sociedade Brasileira de Ciência do Solo. Campinas, 175p. 1983.• MAZUCHOWSKI, J.Z. & DERPSCH, R. Guia de preparo do solo para culturas anuais mecanizadas. ACARPA. Curitiba, 68p. 1984.• MONTOYA, L.J. Aspectos da economicidade do manejo do solo em plantio direto. IAPAR, Londrina, 19p. 1984. (Informe de pesquisa, 57).• MUZILLI, O. et alii. Adubação verde. IN: IAPAR Manual agropecuário para o Paraná. Cap. 3, p.77-97, 1980.• ORGANIZACION DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA AGRICULTURA Y LA ALIMENTACIÓN. Proteger y producir - conservación del suelo para el desarrollo. FAO, Roma, 40p. 1984.• UFSM. SUDESUL-SA. Levantamento de reconhecimento dos solos do Estado de Santa Catarina• UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO. 1º Simpósio de manejo do solo e plantio direto no sul do Brasil e IIIº Simpósio de Conservação do Solo do Planalto. Anais. Passo Fundo, 226p.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

5º SEMESTRE

Componente Curricular	Topografia II	Carga Horária	45h
Ementa	Altimetria. Instrumentos de levantamento altimétrico. Métodos gerais de nivelamento. Desenho da planta altimétrica. Planialtimetria. Métodos de levantamento planialtimétrico. Demarcação de linhas de nível e desnível. Seções transversais. Estudo dos erros.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de Textos, c2008. 143 p.MCCORMAC, Jack C.; SARASUA, Wayne; DAVIS, William J.. Topografia. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2017. 414 p.SILVA, Arlindo. Desenho técnico moderno. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2006. xviii, 475 p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">BALDAM, Roquemar de Lima; COSTA, Lourenço. Autocad 2010: utilizando totalmente. São Paulo: Érica, c2009. 520p.BORGES, Alberto de Campos. Exercícios de topografia. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: E. Blucher, 1975. 192 p.CASACA, João Martins; MATOS, João Luís de; DIAS, José Miguel Baio. Topografia geral. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. 208 p.ESPARTEL, Lélis. Curso de topografia. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1977. 655p.GOMES, Edaldo; SILVA JUNIOR, Lucílio Barbosa da. Medindo imóveis rurais com GPS. Brasília, DF: LK, 2001. 136 p.MCCORMAC, Jack C. Topografia. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2010. 391 p.MONICO, João Francisco Galera. Posicionamento pelo GNSS: descrição, fundamentos e aplicações. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2008. 476 p.		

Componente Curricular	Hidrologia Agrícola	Carga Horária	60h
Ementa	Ciclo hidrológico. Bacias hidrográficas. Processamento de dados meteorológicos. Balanço hídrico. Precipitação. Interceptação.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Evapotranspiração. Infiltração e água no solo. Escoamento. Hidrologia estatística. Regularização da vazão. Legislação e gestão dos recursos hídricos.
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• ALBUQUERQUE, P. E. P., DURÃES, F. O. M. Uso e manejo de irrigação. 1ª ed. Embrapa, 2008.• BERNARDO, S. Manual de irrigação. 5ª Ed. Viçosa, MG; Universidade Federal de Viçosa, 2006. 596p.• DAKER, A. Irrigação e Drenagem: a água na agricultura. 7ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988. 528p.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• CRUCIANI, D.E. A Drenagem na Agricultura. São Paulo: Nobel, 1986. 337p.• FRIZZONE, J. A.; ANDRADE Jr., A. S.; SOUZA, J. L. M.; ZOCOLER, J. L. Planejamento de Irrigação: Análise de Decisão de Investimento. Brasília: Embrapa, 2005.• MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L. F. Irrigação: Princípios e Métodos. 2a ed. Viçosa: Editora UFV, 2007, 358 p.• MILLAR, A. A. Drenagens de terras agrícolas. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1987. 521p.• REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. Barueri: Manole. 2004. 478p.

Componente Curricular	Entomologia Agrícola	Carga Horária	60h
Ementa	Conceito e importância de insetos-praga. Tipos de danos causados por insetos-praga. Principais pragas das culturas de importância econômica. Métodos de controle de insetos-praga. Manejo integrado de pragas. Modo de ação de inseticidas/acaricidas e toxicologia.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BUENO, Vanda Helena Paes. Controle biológico de pragas: produção massal e controle de qualidade. 2. ed. Lavras, MG: UFLA, 2009. 429 p. ISBN 9788587692696• GALLO, Domingos et al. Entomologia agrícola. Piracicaba, SP: FEALQ, 2002. xv, 920 p. (Biblioteca de ciências agrárias Luiz de Queiroz ; 10). ISBN 8571330115• GARCIA, Flávio Roberto Mello. Zoologia agrícola: manejo ecológico de pragas. 3. ed. Porto Alegre: Rigel, 2008. 256 p. ISBN 8573490770 (broch.).		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BORÉM, A.; SCHEEREN, P. L. TRIGO: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 260 p. ISBN 9788572695220.• CARNEIRO, J. E.; PAULA JÚNIOR, T. J. (Ed.). Feijão: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 384 p. ISBN 9788572695138.• CRUZ, J. C. et al. Milho: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 338 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas). ISBN 9788573835267.• FORNASIERI FILHO, D. Manual da cultura do milho. Jaboticabal: FUNEP, 2007. 574 p. ISBN 9788578050061.• SEDIYAMA, T.; SILVA, F.; BORÉM, A. (Ed.). Soja: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 333 p. ISBN 9788572695190.
----------------------------------	---

Componente Curricular	Fitopatologia Geral	Carga Horária	60h
Ementa	História da Fitopatologia. Importância das doenças de plantas. Natureza e classificação das doenças. Relações ecológicas entre microorganismos. Agentes causais. Mecanismos de resistência e defesa das plantas às enfermidades.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• AMORIM, L.; REZENDE, J.A.M.; BERGAMIM FILHO, A. Manual de Fitopatologia: Princípios e Conceitos. v.1, 4 ed. São Paulo: Ceres, 2011.• BLUM, L. E. B. Fitopatologia: o estudo das doenças de plantas. 1 ed. Brasília: Otimismo, 2006.• KIMATI, H. et al. Eds. Manual de fitopatologia: doenças das plantas cultivadas. V. 2. São Paulo: Editora Agronômica Ceres. v.2. 4. ed. São Paulo: Editora, 2011.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BARBOSA, L.C.A. Os pesticidas, o homem e o meio ambiente. Viçosa: Editora UFV. 2004• BERGAMIN FILHO, A.; KIMATI, H.; AMORIM, L. eds. Manual de fitopatologia: princípios e conceitos. V. 1. São Paulo: Editora Agronômica Ceres. v. 1. 3. ed. São Paulo: Editora Agronômica Ceres, 1995.• MIZUBUTI, E.S.G.; MAFFIA, L.A. Introdução à Fitopatologia. Viçosa: UFV, 2007.• VALE,F. X. R.; JESUS JUNIOR, W. C.; ZAMBOLIM, L. Epidemiologia aplicada ao manejo de doenças de plantas. Belo Horizonte: Perfill, 2004. 531p.• ZAMBOLIM, L.; JESUS JUNIOR, W.C; PEREIRA, O.L O essencial		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>al da fitopatologia: agentes causais. V. 1. Viçosa: UFV. 2012.</p> <ul style="list-style-type: none">• ZAMBOLIM, L.; JESUS JUNIOR, W.C; PEREIRA, O.L. O essencial da fitopatologia: agentes causais. V. 2. Viçosa: UFV. 2012
--	---

Componente Curricular	Nutrição Animal	Carga Horária	60h
Ementa	Composição química dos alimentos. Carboidratos, lipídios, proteínas, compostos nitrogenados proteicos e não proteicos e aminoácidos essenciais na nutrição animal. Metabolismo energético. Minerais, vitaminas e principais aditivos. Exigências nutricionais dos animais domésticos. Formulação de rações para os animais monogástricos e ruminantes. Legislação da nutrição animal.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• ANDRIGUETTO, José Milton et al. Nutrição animal: volume 1 : as bases e os fundamentos da nutrição animal, os alimentos. São Paulo: Nobel, 2002. 395 p.• ANDRIGUETTO, José Milton. Nutrição animal: volume 2 : alimentação animal (nutrição animal aplicada). 3. ed. São Paulo: Nobel, c1983.• VALVERDE, Claudio Cid. 250 rações balanceadas para suíños: como calcular ração balanceada, manejo alimentar e exigências nutricionais para todas as fases da vida. Guaíba: Agropecuária, 1997. 114 p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• ALIMENTAÇÃO das criações na seca. Brasília, DF: Embrapa, 2006. (ABC da Agricultura Familiar 2006). BERCHIELLI, Telma Terezinha; PIRES, Alexandre Vaz, OLIVEIRA, Simone Gisele. Nutrição de Ruminantes. Jaboticabal: Funep, 2011. 616p.• BERTECHINI, Antônio Gilberto. Nutrição de Monogástricos. Lavras :Editora UFLA/FAEPE, 2004. 450p. PEREIRA, Fernando do Amaral (COORD.). Criação de caprinos e ovinos. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. (ABC da agricultura familiar ; 19).• ROSTAGNO, Horacio Santiago et al. Composição de alimentos e exigências nutricionais. Tabelas brasileiras para aves e suíños, v. 3, 2011.• SAKOMURA, Nilva Kazue; SILVA, José Humberto Vilar da; COSTA, Fernando Guilherme Perazzo; FERNANDES, João Batista Kuchenborger; HAUSCHILD, Luciano. Nutrição de Não Ruminantes. 1. ed. Jaboticabal: Funep, 2014. 678p.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	Gestão de Organizações do Agronegócio	Carga Horária	60h
Ementa	Importância da visão sistêmica e processo de tomada de decisão nas Organizações Rurais. História e evolução das teorias administrativas. Características peculiares do setor agropecuário. Funções administrativas: planejamento, organização, direção e controle. Marketing. Gestão de Pessoas. Gestão Financeira. Gestão da Produção. Gestão da Qualidade. Gestão Ambiental. Noções de contabilidade. Noções de legislação tributária. Noções de legislação trabalhista. Técnicas e ferramentas de gestão mais utilizadas no processo de tomada de decisões.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BATALHA, Mario Otávio (coord.). Gestão agroindustrial: GEPAI : Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.• KOTLER, Philip. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. 303 p.• PORTER, Michael E. Estratégia competitiva. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2004. 409 p.• ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à Economia. 18. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2000.• SILVA, Roni Antônio Garcia da. Administração Rural: Teoria e prática. Curitiba: Juruá, 2009.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• CALLADO, Antônio André Cunha (Org). Agronegócio. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 203 p. ISBN 9788522461554.• NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Evaristo M. Agronegócio do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005. 152 p.• SANTOS, Gilberto José dos et al. Administração de Custos na Agropecuária. 4. ed. São Paulo/SP: Atlas, 2009.		

6º SEMESTRE

Componente Curricular	Hidráulica Agrícola	Carga Horária	60h
Ementa	Hidrostática: pressão, empuxo e instrumentos de medição. Hidrodinâmica: vazão, regimes de escoamento, tipos de movimento e Teorema de Bernoulli. Hidrometria. Escoamento em condutos forçados e condutos livres e perdas de carga. Distribuição de água por gravidade. Estações elevatórias, bombas hidráulicas e carneiro hidráulico. Princípios básicos e aspectos construtivos de pequenas barragens de terra.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">ALBUQUERQUE, P. E. P., DURÃES, F. O. M. Uso e manejo de irrigação. 1ª ed. Embrapa, 2008.BERNARDO, S. Manual de irrigação. 5ª Ed. Viçosa, MG; Universidade Federal de Viçosa, 2006. 596p.DAKER, A. Irrigação e Drenagem: a água na agricultura. 7ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988. 528p.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">CRUCIANI, D.E. A Drenagem na Agricultura. São Paulo: Nobel, 1986. 337p.FRIZZONE, J. A.; ANDRADE Jr., A. S.; SOUZA, J. L. M.; ZOCOLER, J. L. Planejamento de Irrigação: Análise de Decisão de Investimento. Brasília: Embrapa, 2005.MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L. F. Irrigação: Princípios e Métodos. 2a ed. Viçosa: Editora UFV, 2007, 358 p.MILLAR, A. A. Drenagens de terras agrícolas. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1987. 521p.REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. Barueri: Manole. 2004. 478p.

Componente Curricular	Fitopatologia Agrícola	Carga Horária	60h
Ementa	Epidemiologia. Quantificação de doenças. Diagnose das principais doenças de culturas agrícolas. Métodos de controle e manejo integrado de doenças. Modos de ação e seletividade dos produtos químicos para controle de fitopatógenos. Receituário Agronômico.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">AMORIM, L.; REZENDE, J.A.M.; BERGAMIN FILHO, A; CAMARGO, L.E.A. Manual de Fitopatologia: Doenças de plantas cultivadas. 4ª ed. Vol 2. Piracicaba: Ceres, 2016. 810p.FONSECA, E. M. S.; ARAUJO, R. C. Fitossanidade. 1. São Paulo 2015. ISBN 9788536515205.KIMATI, H. et al. Eds. Manual de fitopatologia: doenças das plantas cultivadas - Volume 2. São Paulo: Editora Agronômica Ceres. v.2. 4. ed. 2011.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">AGRIOS, G. N. Plant pathology. 5th. ed. Amsterdam: Elsevier, 2005. 922 p. ISBN 9780120445653.BARBOSA, L. C. A. Os pesticidas, o homem e o meio ambiente. Viçosa: Editora UFV. 2004.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<ul style="list-style-type: none">• KÄMPF, A. N. Produção comercial de plantas ornamentais. 2. ed. Guaíba: Agrolivros, 2005. 254 p. ISBN 859893402.• STRANGE, R. N. Introduction to plant pathology. New York: Wiley, 2003. xvi,464p. ISBN 0470849738.
--	---

Componente Curricular	Manejo e Utilização de Pastagens	Carga Horária	45h
Ementa	Características gerais das plantas forrageiras e dos ecossistemas pastoris. Ecofisiologia do ambiente pastoril, morfogênese, anatomia e qualidade nutricional. Manejo de pastagens, métodos de pastoreio e planejamento forrageiro. Implantação e manejo fitotécnico das espécies forrageiras. Conservação de forragem. Ecologia do pastejo e comportamento animal; Sistemas integrados de produção agropecuária.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. 6a ed. São Paulo: Ícone, 2008. 355p. (Coleção Brasil agrícola).• CUTTER, E.G. Anatomia vegetal. 2a ed. São Paulo: ROCA, 2002. 2 v.• MACHADO, L.C.P.; GERALDO, A. Nutrição animal fácil. Bambuí: Edição do autor, 2011. 96p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• ALCÂNTARA, P.B.; BUFARAH, G. Plantas forrageiras: gramíneas e leguminosas. São Paulo: Nobel, 1999. 162p.• BARBOSA, R.A.(Ed). Morte de pastos de braquiárias. Mato Grosso do Sul: Embrapa Gado de Corte, 2006. 206p.• BISSANI, C.A. Adubação e calagem de plantas forrageiras: tecnologias para produção de leite. Florianópolis: Epagri, 1997. 48p. (EPAGRI. Boletim técnico; 89.). NUSSIO, L.G.;• DALL'AGNOL, M.; QUADROS, F.L.F. Principais forrageiras para o Planalto de Santa Catarina. 1a ed. Florianópolis: Epagri, 1997. 51p. (EPAGRI. Boletim técnico; 86). WINTER, E.J. A água, o solo e a planta. São Paulo: E.P.U., 1976. 169 p• FORNASIERI FILHO, D. Manual da cultura do milho. Jaboticabal: FUNEP, 2007. 574p. NUERNBERG, N.J.;• PENATII, M.A. Guia para produção de silagem. Uberlândia: Sementes Agroceres, 1999. 48p. VIDOR, M.A.;		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	Geoprocessamento	Carga Horária	45h
Ementa	Princípios físicos e elementos de interpretação. Sistemas de sensoriamento remoto. Sensores e produtos. Interpretação de imagens e monitoramento de recursos terrestres. Georreferenciamento de imóveis rurais, cartografia e geoprocessamento. Sistemas de informações geográficas e sistema de navegação global por satélites.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de Textos, c2008. 143 p.• MOREIRA, Maurício Alves. Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação. 4. ed. Viçosa: Ed. da UFV, 2011. 422 p.• SILVA, Arlindo. Desenho técnico moderno. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, c2006. xviii, 475 p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• FLORENZANO, Teresa Gallotti. Iniciação em sensoriamento remoto: imagens de satélite para estudos ambientais. 2. ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2007. 101p.• J. A. LORENZZETTI. Princípios físicos de sensoriamento remoto. Editora Blucher 2015 294. ISBN 9788521208365.• MONICO, João Francisco Galera. Posicionamento pelo GNSS: descrição, fundamentos e aplicações. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2008. 476 p. ISBN 9788571397880.• PAULO ROBERTO FITZ. Geoprocessamento sem complicações. Editora Oficina de Textos 2008 160. ISBN 9788586238826.• TAVEIRA, Bruna Daniela de Araujo; CUBAS, Monyra Gutterville. Geoprocessamento: fundamentos e técnicas. Editora Intersaber 2020 201. ISBN 9786555177879.		

Componente Curricular	Plantas De Lavoura I	Carga Horária	45h
Ementa	Características agronômicas, potencialidades e cultivo das principais culturas de outono-inverno. Morfologia e estádios fenológicos do desenvolvimento das plantas. Respostas fisiológicas aos fatores de produção. Manejo fitotécnico e fitossanitário. Colheita, beneficiamento e armazenamento. Custos de produção.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• CASTRO, P. R. C.; KLUGE, R. A. Ecofisiologia de cultivos anuais		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>ais: trigo, milho, soja, arroz e mandioca. Rio de Janeiro: Nobel, 1999. 126p. ISBN 8521310781.</p> <ul style="list-style-type: none">• OSÓRIO, E. A. A cultura do trigo. São Paulo, SP: Globo, 1992. 218p. (Coleção do Agricultor; grãos). ISBN 85-250-0764-1• TRIGO: do plantio à colheita. Viçosa:UFV, 2015. 260p.
• Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BAIER, A.C.; FLOSS, E.L.; AUDE, M.I.S. As labouras de Inverno-1: aveia, triticale, centeio, alpiste, colza. 2ª Ed. São Paulo: Globo, c1988. 172p. (Coleção do agricultor.).• BALDANZI, A. As labouras de inverno 2: cevada, tremoço, linho, lentilha.. Rio de Janeiro: Globo, 1988. 184 p. (Coleção do agricultor. Sul Publicações Globo Rural).• FLOSS, E.L. A Cultura da Aveia. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo -Biblioteca Central -Hemeroteca, 1982. 51 p. (Boletim técnico, n. 01).• GASSEN, D.N.. Insetos associados à cultura do trigo no Brasil. Passo Fundo: EMBRAPA, CNPT, 1984. 39 p. (Circular Técnica (Embrapa Trigo) ; 3.).• MALAVOLTA, E. Manual de calagem e adubação das principais culturas. São Paulo: Agronômica Ceres, 1987. 496 p. (Ceres; 36).• MEHTA, Y.P. Doenças do trigo e seu controle. São Paulo: Agronômica Ceres: Summa Phytopathologica, 1978. 190 p.

Componente Curricular	Suinocultura	Carga Horária	45h
Ementa	História e importância da suinocultura. Principais raças e linhagens suínas. Alimentação, nutrição, reprodução, sanidade, biosseguridade e melhoramento genético. Instalações e equipamentos. Sistemas de criação e manejo zootécnico e custos de produção. Bem-estar animal aplicado à suinocultura. Manejo dos dejetos suínos. Legislação.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• AMARAL, Armando Lopes do et al. Boas práticas de produção de suínos. Concórdia, SC: Embrapa, 2006. 60 p.• SEGANFREDO, Milton Antonio (Ed.). Gestão ambiental na suinocultura. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 302p.• VALVERDE, Claudio Cid. 250 rações balanceadas para suínos: como calcular ração balanceada, manejo alimentar e exigências nutricionais para todas as fases da vida. Guaíba: Agropecuária, 1997. 114 p.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE SUÍNOS. Produção de suínos: teoria e prática. 1a ed. Brasília: ABCS, 2014. 908p. Disponível em: http://www.abcs.org.br/attachments/-01_Livro_producao_bloq.pdf. Acesso em 18 mar 2019.• CARAMORI JÚNIOR, João Garcia; SILVA, Athaíde Batista da. Manejo de leitões: da maternidade à terminação. 2. ed. - Brasília, DF: LK Editora e Comunicação, 2006. 80 p. (Tecnologia Fácil ; 10). Manual Brasileiro de Boas Práticas Agropecuárias na Produção de Suínos/Revisão técnica Armando Lopes do Amaral ... [et al.] . - Brasília: ABCS; MAPA; Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2011. 140p. Disponível em:http://www.abcs.org.br/images/stories/pdf/manual-boaspraticas-suino-web.pdf . Acesso em 19 mar 2019.• OLIVEIRA, Clemário Gerson de. Instalações e manejos para suinocultura empresarial. São Paulo: Ícone, 1997. 96 p.• RADOSTITS, O. M. et al. Clínica veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2002. xxix, 1737 p. I
----------------------------------	---

Componente Curricular	Sociologia Rural	Carga Horária	30h
Ementa	Conceitos de sociologia e antropologia. A formação do espaço agrário brasileiro. Relações étnico-raciais. História e cultura afro-brasileira e indígena. Educação em direitos humanos. Os movimentos sociais no meio rural. Formas sociais de produção. A questão da terra e a reforma agrária. O processo histórico de modernização da agricultura brasileira. Pluriatividade e multifuncionalidade.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• ALMEIDA, J.; LAMARCHE, H. (Org.). A construção social de uma nova agricultura: tecnologia agrícola e movimentos sociais no sul do Brasil. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 214p.• AUED, B.W.; PAULILO, M.I.S. (Org.). Agricultura familiar. Florianópolis: Insular, 2004. 325 p.• COSTA, C. Sociologia: introdução a ciência da sociedade. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010. 488 p.• FERRÉOL, G; NORECK, J. P. Introdução à sociologia. São Paulo, SP: Ática, 2007. 208p.• LIMA, A. P. de; BASSO, N.; NEUMANN, P. S. ADMINISTRAÇÃO da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores. 3ª ed. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005. 221p.• SELL, C. E. Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber. 7. ed.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2015. 176p. • VASCONCELOS, A. Manual compacto de sociologia . 2.ed. São Paulo: Rideel, 2010. 200p.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• ABRAMOVAY, R. Juventude e agricultura familiar: desafios nos novos padrões sucessórios. Brasília, DF: UNESCO, 1998. 101p.• SANTANA, M.A.; RAMALHO, J.R. Sociologia do trabalho no mundo contemporâneo. 3^a ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010. 62p.• SANTILLI, J. Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores. São Paulo: Peirópolis, 2009. 519 p.• SILVESTRO, M. L. Os impasses sociais da sucessão hereditária na Agricultura Familiar. Florianópolis: Brasília: 2001. 122p.• SILVA, J. G. da. Tecnologia e agricultura familiar. 2. ed. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 238 p.• OLINGER, G. Êxodo rural: campo ou cidade. Florianópolis: ACARESC, 1991. 108p.

7º SEMESTRE

Componente Curricular	Fruticultura de Clima Temperado	Carga Horária	60h
Ementa	Importância da fruticultura de clima temperado. Planejamento e implantação de pomares. Ecofisiologia e fisiologia das frutíferas temperadas. Propagação e manejo fitotécnico das principais frutíferas de clima temperado.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• A CULTURA da maçã. Brasília, DF: Embrapa-SPI, 1994. 107 p. (Coleção Plantar. Série vermelha fruteiras, 19). ISBN 8585007257.• AGUSTÍ FONFRÍA, Manuel et al. Ameixa, cereja, damasco e pêssego: técnicas avançadas de desbaste, anelamento e fitorreguladores na produção de frutos de primeira qualidade. Porto Alegre: Cinco Continentes, c1999. 91 p. ISBN 9788586466052 (broch.).• ANTUNES, Luís Eduardo Corrêa; HOFFMANN, Alexandre (ed.). Pequenas frutas: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa, 2012. 194 p. (Coleção 500 Perguntas, 500 respondidas). ISBN 9788573834093.• CASTRO, Luis Antonio Suita de et al. A Cultura da ameixeira. Brasília, DF: Serviço de Produção de Informação, 1994. 67 p. (Coleção Plantar. Série Vermelha ; 9). ISBN 8585007141 (broch.).• CASTRO, Luis Antonio Suita de et al., Henrique Pessoa dos (ed.). Fruticultura em ambiente protegido. Brasília, DF: Embrapa,		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>2012. 278 p. ISBN 9788570351128.</p> <ul style="list-style-type: none">• CHOUDHURY, Mohammad Menhazudin. Uva de mesa: pós-colheita. Brasília, DF: Embrapa, 2001. 55 p. (Frutas do Brasil ; 12). ISBN 8573831103.• FABICHAK, Irineu. O pomar caseiro. São Paulo: Liv. Nobel, 1986-1999. 83p. ISBN 8521303882 (broch.).• GALLOTTI, Gilson José Marcinichen <i>et al.</i> Doenças da videira e seu controle em Santa Catarina. 2. ed. Florianópolis: Epagri, 2004. 90 p. (EPAGRI. Boletim técnico, 51).• GOMES, Pimentel. Fruticultura brasileira. 13. ed. São Paulo: Nobel, [2007]. 446 p. ISBN 9788521301264.• IUCHI, Vera Lúcia; NAVA, Gilberto; IUCHI, Takeshi. Distúrbios fisiológicos e desequilíbrios nutricionais em macieira. Florianópolis: Epagri, 2001. 74 p. ISBN 858501444X• JARA AYALA, Fernando de la. Amora, framboesa, groselha, kiwi, mirtilo e sua comercialização. Porto Alegre: Cinco Continentes, 1999. 57p. ISBN 8586466069.• MANICA, Ivo. Fruticultura em áreas urbanas: arborização com plantas frutíferas, o pomar doméstico. Porto Alegre: Cinco Continentes, 1997. 154 p• MANICA, Ivo; ICUMA, Ivone M.; JUNQUEIRA, Keize P.; JUNQUEIRA, Nilton Tadeu Vilela. Pomar doméstico-caseiro-familiar: frutas de primeira qualidade na família 365 dias do ano. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2006. 112 p. ISBN 9788586466304.• MEDEIROS, Carlos Alberto B.; RASEIRA, Maria do Carmo B. A cultura do pessegueiro. Brasília, DF: Embrapa-SPI; Pelotas: EMBRAPA-CPACT, 1998. 351 p. ISBN 8573830352.• NACHTIGALL, Gilmar Ribeiro (Ed.). Maçã: produção. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 171 p. (Frutas do Brasil ; 37). ISBN 8573832169.• NORMAS técnicas para cultivo da Videira em Santa Catarina. 2. ed. Florianópolis: Epagri, 2005. 67 p. (Sistemas de Produção 33).• PENTEADO, Sílvio Roberto. Enxertia e poda de fruteiras: como fazer mudas e podas. 2. ed. Campinas: do autor, 2010. 192 p. ISBN 9788561348021.• PÊSSEGO: fitossanidade. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. 53 p. (Frutas do Brasil ; n. 50). ISBN 8573832010• PRODUÇÃO de morangos em sistema de base ecológica. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2010. 57 p (ABC da agricultura familiar, 26). ISBN 9788573834949 (broch.).• RASEIRA, Maria do Carmo B; PEREIRA, José Francisco Martins;
--	--



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>CARVALHO, Flávio Luiz Carpena (ed.). Pessegueiro. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 776 p. ISBN 9788570353719.</p> <ul style="list-style-type: none">SOUZA, Paulo Vitor Dutra de; MARODIN, Gilmar Arduino Bettio; BARRADAS, Carlos Iguassú Nogueira. Cultura do quivi. Porto Alegre: Cinco Continentes, 1996. 104 p.STEINBERG, Emerson. Pêssego e nectarina. São Paulo: Nobel, 1989. 64 p. (Campo & cidade; 42). ISBN 81521306156 (broch.).UVA de mesa: produção aspectos técnicos. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2001. 128 p. (Frutas do Brasil ; 13). ISBN 8573831138.UVA: o produtor pergunta, a Embrapa responde. 1. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2008. 202 p. (500 perguntas, 500 respostas.). ISBN 9788573834406.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">AGUSTÍ FONFRÍA, Manuel et al. Ameixa, cereja, damasco e pêssego: técnicas avançadas de desbaste, anelamento e fitorreguladores na produção de frutos de primeira qualidade. Porto Alegre: Cinco Continentes, c1999. 91 p. ISBN 9788586466052.ANDRADE, Eliane Rute de. Doenças do pessegueiro e da ameixeira e seu controle no Estado de Santa Catarina. Florianópolis: Epagri, 1995. 52 p. (Boletim Técnico EPAGRI 71.).CASTRO, Luis Antonio Suita de et al. A Cultura da ameixeira. Brasília, DF: Serviço de Produção de Informação, 1994. 67 p. (Coleção Plantar. Série Vermelha ; 9). ISBN 8585007141EMPRESA CATARINENSE DE PESQUISA AGROPECUARIA. Manual da cultura da macieira. Florianópolis: EMPASC, 1986. 562 p. ISBN 8585014156EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA. Normas técnicas para cultivo de quivi no Sul do Brasil. Florianópolis: Epagri, 1996. 38 p. (Sistemas de produção ; 25).JARA AYALA, Fernando de la. Amora, framboesa, groselha, kiwi, mirtilo e sua comercialização. Porto Alegre: Cinco Continentes, 1999. 57p. ISBN 8586466069.PÊSSEGO: fitossanidade. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. 53 p. (Frutas do Brasil ; n. 50). ISBN 8573832010.SOUZA, Paulo Vitor Dutra de; MARODIN, Gilmar Arduino Bettio; BARRADAS, Carlos Iguassú Nogueira. Cultura do quivi. Porto Alegre: Cinco Continentes, 1996. 104 p.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	Irrigação e Drenagem	Carga Horária	60h
Ementa	Introdução a irrigação e drenagem. Usos e qualidade da água para irrigação. Sistema água-solo-planta-atmosfera. Dinâmica da água no solo e necessidade de água das culturas. Métodos, avaliação e manejo de sistemas de irrigação. Projetos de irrigação. Sistemas e manejo da drenagem dos solos.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">ALBUQUERQUE, P. E. P., DURÃES, F. O. M. Uso e manejo de irrigação. 1ª ed. Embrapa, 2008.BERNARDO, S. Manual de irrigação. 5ª Ed. Viçosa, MG; Universidade Federal de Viçosa, 2006. 596p.DAKER, A. Irrigação e Drenagem: a água na agricultura. 7ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1988. 528p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">CRUCIANI, D.E. A Drenagem na Agricultura. São Paulo: Nobel, 1986. 337p.FRIZZONE, J. A.; ANDRADE Jr., A. S.; SOUZA, J. L. M.; ZOCOLER, J. L. Planejamento de Irrigação: Análise de Decisão de Investimento. Brasília: Embrapa, 2005.MANTOVANI, E. C.; BERNARDO, S.; PALARETTI, L. F. Irrigação: Princípios e Métodos. 2a ed. Viçosa: Editora UFV, 2007, 358 p.MILLAR, A. A. Drenagens de terras agrícolas. Rio de Janeiro: McGraw-Hill, 1987. 521p.REICHARDT, K.; TIMM, L. C. Solo, planta e atmosfera: conceitos, processos e aplicações. Barueri: Manole. 2004. 478p.		

Componente Curricular	Avicultura	Carga Horária	45h
Ementa	História e importância da avicultura. Principais raças e linhagens avícolas. Alimentação, nutrição, reprodução, sanidade, biosseguridade e melhoramento genético. Instalações e equipamentos. Sistemas de criação, manejo zootécnico e viabilidade econômica. Bem-estar animal aplicado à avicultura. Manejo dos dejetos avícolas. Legislação.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">ALBINO, L. F. T. et al. Criação de frango e galinha caipira: avicultura alternativa. 2a ed. rev. e ampl. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005. 208p. BAÊTA, F.C.;SOUZA, C.F. Ambiência em edificações rurais: Conforto ani-		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>mal. 2a ed. Viçosa: UFV, 2010. 269p.</p> <ul style="list-style-type: none">• COTTA, T. Galinha: Produção de ovos. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002. 208 p.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• ALBINO, L. F. T.; TAVERNARI, F. C. Produção e manejo de frangos de corte. Viçosa:UFV, Série Didática, 2008. 88p.• COTTA, T. Produção de pintinhos: manual prático. Viçosa: Aprenda Fácil, 2002. 191 p.• GONÇALVES, P.B.D. et al. Biotécnicas Aplicadas à Reprodução Animal. 2^a ed. São Paulo: Roca, 2008.

Componente Curricular	Economia e Mercado Agrícola	Carga Horária	45h
Ementa	Conhecimentos básicos de economia. Fundamentos da teoria macro e microeconômica. Estrutura e política dos mercados agrícolas. Comercialização e formação de preços agrícolas.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BATALHA, Mario Otávio (coord.). Gestão agroindustrial: GEPAI : Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.• BUARQUE, Cristóvam; JAVIER OCHOA, Hugo (Clb.). Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Elsevier, 1984. 266 p.• ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 922 p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BATALHA, Mario Otávio. Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 3. ed. São Paulo: Atlas, c1996.• FROEHLICH, José Marcos; DIESEL, Vivien (Coord). Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos. 2. ed. Ijuí: UNIJUI, 2009. (04 volumes)• NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Evaristo M. Agronegócio do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005. 152 p.• HUNT, E. K. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Campus, 2005. xxiv, 512 p.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	Cooperativismo	Carga Horária	75h
Ementa	<p>O surgimento da doutrina cooperativista. Cooperação no setor agropecuário e suas formas. Panorama das cooperativas no mundo e no Brasil. A doutrina cooperativista e a simbologia do cooperativismo. A gestão e a legislação de cooperativas no Brasil.</p> <p>Representação do sistema cooperativo. Os objetivos do cooperativismo. Sistemas cooperativos brasileiros. Problemas e perspectivas do cooperativismo brasileiro.</p>		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BATALHA, Mario Otávio (coord.). Gestão agroindustrial: GEPAI : Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009.• CENZI, Neri Luiz. Cooperativismo: desde as origens ao projeto de Lei de reforma do sistema cooperativo brasileiro. Curitiba: Ju-ruá, c2009. 171 p.• EMBRAPA. Como organizar uma associação. Brasília, DF: Em-brapa Informação Tecnológica, c2006. 45 p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• AMATO N. J. Redes de cooperação produtiva e clusters regionais para pequenas e médias empresas. São Paulo: Atlas, 2000.• DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, c2012. 260 p.• EMBRAPA. Como organizar uma associação. Brasília, DF: Em-brapa Informação Tecnológica, c2006. 45 p.• SANTOS, A; GOUVEIS, F. H. C.; VIEIRA, P. S.. Contabilidade das sociedades cooperativas. São Paulo: Atlas, 2008 . 292p• WISNIEVSKI, G.. Manual de Contabilidade das Sociedades Cooperativas.		

Componente Curricular	Olericultura	Carga Horária	75h
Ementa	<p>Introdução e Importância da Olericultura no Brasil. As principais famílias de hortaliças e as principais espécies em cada família. Origem e Difusão. Produção de mudas de hortaliças via sexuada e assexuada. Manejo fitotécnico e fitossanitário das principais hortaliças (do transplante à colheita). Cultivo de plantas aromáticas. Cultivo Protegido. Cultivo orgânico de hortaliças. Comercialização de hortaliças.</p>		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• FILGUEIRA, F. A. R. ABC da olericultura: guia da pequena horta.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>São Paulo, SP: Agronomica Ceres, 1987. 164 p.</p> <ul style="list-style-type: none">• FILGUEIRA, F. A. R. Manual de olericultura: cultura e comercialização de hortaliças. 2^a ed. ampl. e rev. São Paulo: Agronomica Ceres, 1981. 2v.• SOUZA, J. L. RESENDE, P. Manual de horticultura orgânica. Editora Aprenda Fácil, 2^a ed atualizada e ampliada, Viçosa – MG. 817p.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• ALBERONI, R. B. Hidroponia: como instalar e manejá-lo plantio de hortaliças dispensando o uso do solo. São Paulo: Nobel, 2004. 102 p. ISBN 8521309708.• ANDRIOLI, J. L. Olericultura geral: princípios e técnicas. Santa Maria: UFSM, 2002. 158 p. ISBN 8573910356.• CLEMENTE, F. M. V. T.; HABER, Lenita Lima (Ed.). Horta em pequenos espaços. Brasília, DF: Embrapa, 2012. 56 p. ISBN 9788570350473.• HENZ, G. P.; ALCANTARA, F. A.; RESENDE, F.V.; Coleção 500 perguntas e 500 respostas ex.1 – Produção orgânica de hortaliças. O produtor pergunta, a Embrapa responde. Editora Embrapa Informação Tecnológica. Brasília DF, 2007. 308p.• TORRES, M. A. P.; TORRES, P. G. V. Guia do horticultor: faça você mesmo sua horta para grandes ou pequenos espaços. Porto Alegre: Rigel, 2009. 200 p. ISBN 9788573490855

Componente Curricular	Plantas de Lavoura II	Carga Horária	45h
Ementa	Características agronômicas, potencialidades e cultivo das principais culturas de primavera - verão. Morfologia e estádios fenológicos do desenvolvimento das plantas. Respostas fisiológicas aos fatores de produção. Manejo fitotécnico e fitossanitário. Colheita, beneficiamento e armazenamento. Custos de produção.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• CRUZ, José Carlos (Ed. et al.). Milho: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 338 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas).• FEIJÃO: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 384 p.• SOJA: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 333 p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• CASTRO, P.R.C.; KLUGE, R.A. Ecofisiologia de cultivos anuais: trigo, milho, soja, arroz e mandioca. Rio de Janeiro: Nobel, 1999.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>126p</p> <ul style="list-style-type: none">• EMBRAPA MILHO E SOJA. Milho para silagem: tecnologias, sistemas e custo de produção. Sete Lagoas: EMBRAPA/CNPMS, 1991. 85 p. (EMBRAPA-CNPMS Circular técnica 14).• MALAVOLTA, E. Manual de calagem e adubação das principais culturas. São Paulo: Agronômica Ceres, 1987. 496 p. (Ceres; 36).• MOREIRA, J.A.A.; STONE, L.F.; BIAVA, M.(Ed.). Feijão: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2003. 203 p. (500 perguntas, 500 respostas).• SEDIYAMA, Tuneo; SILVA, Felipe; BORÉM, Aluízio (Ed.). Soja: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2015. 333 p. ISBN 9788572695190.
--	---

8º SEMESTRE

Componente Curricular	Fruticultura Tropical e Subtropical	Carga Horária	60h
Ementa	Importância da fruticultura tropical e subtropical. Planejamento e implantação de pomares. Ecofisiologia e fisiologia das frutíferas tropicais e subtropicais. Propagação e manejo fitotécnico das principais frutíferas tropicais e subtropicais.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• A CULTURA da goiaba. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa-SPI, 2010. 180 p. (Coleção Plantar ; 66). ISBN 9788573834925.• A CULTURA do mamão. 3. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. 119 p. (Coleção plantar, n. 65). ISBN 9788573834352 (broch.).• ANTUNES, Luís Eduardo Corrêa; HOFFMANN, Alexandre (ed.). Pequenas frutas: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa, 2012. 194 p. (Coleção 500 Perguntas, 500 respostas). ISBN 9788573834093.• BORGES, Ana Lucia et al. A cultura da banana. 3. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 110 p. (Plantar. Série Vermelha: fruteiras). ISBN 8573833785 (broch.).• CHAVARRIA, Geraldo; SANTOS, Henrique Pessoa dos (ed.). Fruticultura em ambiente protegido. Brasília, DF: Embrapa, 2012. 278 p. ISBN 9788570351128.• COMO cultivar a bananeira. Brasília, DF: Embrapa, 2006. 22 p. (ABC da Agricultura Familiar 6). ISBN 8573833432.• COMO plantar abacaxi. Brasília, DF: Embrapa, 2006. 22 p (ABC		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>da Agricultura Familiar 2).</p> <ul style="list-style-type: none">• CORDEIRO, Zilton José Maciel. BRASIL. Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Banana: produção : aspectos técnicos. Brasília, DF: Embrapa, 2000. 143 p. (Frutas do Brasil, 1). ISBN 8573830700 (broch.).• CUNHA, Getulio Augusto Pinto da; CONRADO REINHARDT, Domindo Haroldo. A propagação do abacaxizeiro. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 59 p. (Plantar. Série Vermelha: fruteiras, 52). ISBN 8573833726 (broch.).• FABICHAK, Irineu. O pomar caseiro. São Paulo: Liv. Nobel, 1986-1999. 83p. ISBN 8521303882 (broch.).• FONSECA, Nelson et al. A cultura da manga. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 63 p. (Plantar. Série Vermelha: fruteiras ; 53). ISBN 8573833718 (broch.).• FONSECA, Nelson; CUNHA, Getulio Augusto Pinto da. Produção de mudas de mangueira. 2. ed. rev. Brasília, DF: Embrapa, 2014. 50 p. (Coleção Plantar- Série Vermelha Fruteiras 54). ISBN 8573833777.• GOMES, Pimentel. Fruticultura brasileira. 13. ed. São Paulo: Nobel, [2007]. 446 p. ISBN 9788521301264.• LIMA, Adelise de Almeida et al. A cultura do maracujá. 3. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, c2006. 124 p. (Coleção plantar ; 51.). ISBN 8573833742.• MAMÃO: o produtor pergunta, a Embrapa responde. 2.ed. atual. Brasília, DF: Embrapa, 2013. 170 p. (500 perguntas, 500 respostas.). ISBN 9788570352460.• MANICA, Ivo. Abacaxi: do plantio ao mercado. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2000. 122 p. ISBN 8586466115.• MANICA, Ivo. Fruticultura em áreas urbanas: arborização com plantas frutíferas, o pomar doméstico. Porto Alegre: Cinco Continentes, 1997. 154 p.• MANICA, Ivo. Goiaba: do plantio ao consumidor: tecnologia de produção, pós-colheita, comercialização. Porto Alegre: Cinco continentes, 2001. 119 p. ISBN 8586466174.• MANICA, Ivo; ICUMA, Ivone M.; JUNQUEIRA, Keize P.; JUNQUEIRA, Nilton Tadeu Vilela. Pomar doméstico-caseiro-familiar: frutas de primeira qualidade na família 365 dias do ano. Porto Alegre: Cinco Continentes, 2006. 112 p. ISBN 9788586466304.• MARACUJÁ: o produtor pergunta e a Embrapa responde. 1. ed. Brasília, DF: EMBRAPA, 2016. 341 p. (Coleção 500 perguntas 500 respostas). ISBN 9788570356178.
--	---



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<ul style="list-style-type: none">• PENTEADO, Sílvio Roberto. Enxertia e poda de fruteiras: como fazer mudas e podas. 2. ed. Campinas: do autor, 2010. 192 p. ISBN 9788561348021.• RITZINGER, Cecília Helena Silvino Prata; SOUZA, José da Silva (org). Mamão: fitossanidade. Brasília, DF: EMBRAPA Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000. 91 p. (Frutas do Brasil; 11).• SANTOS FILHO, Hermes Peixoto; MAGALHÃES, Antonia Fonseca de Jesus; COELHO, Ygor da Silva (Ed.). Citros: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa, 2005. 221 p. (500 perguntas, 500 respostas). ISBN 857383319X.• TEIXEIRA, Cyro Gonçalves et al. Abacate: cultura, matéria-prima, processamento e aspectos econômicos. 2. ed. Campinas: ITAL/CTC, 1991. 250 p. (Frutas tropicais ; 8).
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BORGES, Ana Lucia et al. A cultura da banana. 3. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 110 p. (Plantar. Série Vermelha: fruteiras). ISBN 8573833785• CUNHA, Getulio Augusto Pinto da; CONRADO REINHARDT, Domindo Haroldo. A propagação do abacaxizeiro. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006.. 59 p. (Plantar. Série Vermelha: fruteiras ; 52). ISBN 8573833726.• DRUMOND, Marcos Antônio. Fruticultura irrigada: o produtor pergunta, a Embrapa responde / editores técnicos Elder Manoel de Moura Rocha, Marcos Antônio Dumont. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 274 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas). ISBN 9788573835106.• FARIA, Alba Rejane Nunes et al. A cultura do mamão. 3. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2009. 119 p. (Coleção plantar, n. 65). ISBN 9788573834352• FONSECA, Nelson et al. A cultura da manga. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2006. 63 p. (Plantar. Série Vermelha: fruteiras ; 53). ISBN 8573833718• LIMA, Adelise de Almeida et al. A cultura do maracujá. 3. ed. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, c2006. 124 p. (Coleção plantar ; 51.). ISBN 8573833742

Componente Curricular	Bovinocultura de Leite	Carga Horária	45h
Ementa	História e importância da bovinocultura leiteira no Brasil e no mundo.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	Principais raças leiteiras. Alimentação, nutrição, reprodução, sanidade, biosseguridade e melhoramento genético. Instalações e equipamentos. Sistemas de produção, ordenha e controle leiteiro, manejo zootécnico e custos de produção. Bem-estar animal aplicado à bovinocultura leiteira. Manejo dos dejetos. Legislação.
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• AUAD, Alexander Machado. Manual de Bovinocultura de leite. Brasília, DF: LK Editora, 2010. 608 p.• GONÇALVES, Paulo Bayard Dias; FIGUEIREDO, José Ricardo de; FREITAS, Vicente José de Figueiredo. Biotécnicas aplicadas à reprodução animal. 2. ed. São Paulo: ROCA, 2008. 395 p.• LEDIC, Ivan Luz. Manual de bovinotecnia leiteira: alimentos : produção e fornecimento. 2. ed. São Paulo: Varela, 2002. 160 p.• PEIXOTO, Aristeu Mendes; MOURA, José Carlos de; FARIA, Vidal Pedroso de. Bovinocultura leiteira: fundamentos da exploração racional. 3. ed. Piracicaba: FEALQ, 2000. 580p.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• KINGHORN, Brian; WERF, Julius van der; RYAN, Margaret (Ed.). Melhoramento animal: uso de novas tecnologias: um livro para consultores, criadores, professores e estudantes de melhoramento genético animal. Piracicaba: FEALQ, 2006. 367 p.• LOPES, Marcos Aurélio; VIEIRA, Paulo de Figueiredo. Criação de bezerros leiteiros. Jaboticabal: FUNEP, 1998. 69 p.• OLIVEIRA, Márcia Cristina de Sena. Doenças infecciosas em sistemas intensivos de produção de leite. São Carlos, Embrapa Pecuária Sudeste, 2006. 25 p. (Documentos (Embrapa Pecuária sudeste) 50).• OLIVEIRA, Mauro Dal Secco de. Cria e recria de bovinos leiteiros. Jaboticabal: FUNEP, 2001. 180 p.• TRONCO, Vania Maria. Manual para inspeção da qualidade do leite. 4. ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2010. 203 p.

Componente Curricular	Tecnologia de Produtos de Origem Vegetal	Carga Horária	45h
Ementa	Aspectos históricos e importância da tecnologia de produtos de origem vegetal. Estrutura e composição dos alimentos. Microbiologia, tecnologia, processamento e conservação de produtos de origem vegetal. Higiene e controle de qualidade. Legislação.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• EVANGELISTA, J. Tecnologia de alimentos. 2. ed. São Paulo: Básicas Atheneu, 1992. 652 p.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<ul style="list-style-type: none">• FELLOWS, P. Tecnologia do processamento de alimentos: princípios e prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. 602 p.• LUENGO, R. F. A.; CALBO, A. G. (ed.). Pós-colheita de hortaliças: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 251 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas). ISBN 9788573835229.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• CENCI, S. A. (ed.). Processamento mínimo de frutas e hortaliças: Tecnologia, qualidade e sistemas de embalagem. Rio de Janeiro: EMBRAPA Agroindústria de Alimentos, 2011. 144 p. ISBN 9788562158049. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/83610/1/Livro -Processamento-Minimo.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.• FERNANDES, C. A. L. L. P; TEIXEIRA, E. M.; TSUZUKI, N; MARTINS, R. M. Produção Agroindustrial. 1. São Paulo 2015 ISBN 9788536516516.• GAVA, A. J. Princípios de tecnologia de alimentos. São Paulo: Nobel, 1984. 284 p.• LOVATEL, J. L.; COSTANZI, A. R.; CAPELLI, R. Processamento de frutas e hortaliças. Caxias do Sul: EDUCS, 2004. 189 p. ISBN 8570612826.

Componente Curricular	Tecnologia e Produção de Sementes	Carga Horária	45h
Ementa	Importância das sementes. Embriologia, fisiologia, composição química, maturação, dormência, germinação e deterioração das sementes. Campos de produção, beneficiamento, armazenamento e análise da qualidade de sementes. Legislação para produção e comercialização de sementes.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• CARVALHO, N.M.; NAKAGAWA, J. Sementes – Ciência, Tecnologia e Produção. Jaboticabal (SP): Editora FUNEP, 2012. 590p. ISBN 978-85-7805-090-0• SEDIYAMA, T. Tecnologias de produção de sementes de soja / Tuno Sedyama. Londrina: Mecenas, 2013. 352 p. ISBN 8589687119.• BRANCALION, P. H. S.; RODRIGUES, R. R; GANDOLFI, S. Restauração florestal. Editora Oficina de Textos 2015 434. ISBN 9788579750199.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BRASIL. Decreto nº 5.153, Diário Oficial da União, Brasília. 23 de julho de 2004 – Aprova o regulamento da Lei nº 10.711• BRASIL. Lei nº 10.711, de 5 de agosto de 2003 – Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas. Diário Oficial da União, Brasília. 06/08/2003, Seção 1, Página 1.• BRASIL. Ministério Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Brasil. Secretaria e Defesa Agropecuária. Manual de análise sanitária de sementes. Brasília: MAPA, 2009. 200p.• BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária Abastecimento. Brasil. Secretaria de Defesa Agropecuária. Regras para análise de sementes. Brasília: MAPA, 2009. 395p.• FRANÇA NETO, J. B.; HENNING, A. A. et al. Tecnologia da produção de semente de soja de alta qualidade. Londrina: EMBRAPA - CNPSO, 2016. 82 p. (Embrapa Soja. Documentos 380). Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/51223/1/Documentos-380-OL1.pdf. Acesso em: 6 ago. 2020.
----------------------------------	--

Componente Curricular	Empreendedorismo	Carga Horária	60h
Ementa	Conceito de empreendedorismo. Definição e características do Comportamento empreendedor. Tipos de empreendedores. Fatores que inibem o empreendedorismo. Criatividade. Oportunidades de negócios. Modelos de Negócios. Startups no Brasil. Ferramentas de gestão estratégica. Inovação e Competitividade. Classificação de Empresas. Plano de Negócios. Desafios e perspectivas do Empreendedorismo no Brasil.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BERNARDI, Luiz Antonio. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 330 p.• DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios : como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. 299 p. (16 exemplares).• DORNELAS, José Carlos Assis. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, c2012. 260 p.• ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 20. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 922 p.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BATALHA, Mario Otávio (Coord.). Gestão agroindustrial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 770 p.• BUARQUE, Cristóvam; JAVIER OCHOA, Hugo (Clb.). Avaliação econômica de projetos: uma apresentação didática. Rio de Janeiro: Elsevier, 1984. 266 p.• MARCOS HASHIMOTO. ESPIRITO EMPREENDEDOR NAS ORGANIZAÇÕES. 3. São Paulo 2013 (disponível online)• NEVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Décio; NEVES, Eva-risto M. Agronegócio do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2005. 152 p.
----------------------------------	---

Componente Curricular	Mecanização Agrícola	Carga Horária	60h
Ementa	Conjuntura e histórico da mecanização agrícola. Dimensionamento, avaliação e adequação de máquinas e conjuntos mecanizados. Análise operacional e econômica. Planejamento da mecanização agrícola. Segurança do trabalho.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS (BRASIL). Manual de uso correto de equipamentos de proteção individual. Campinas: Linea Creativa, 2009. 26 p.• SILVEIRA, G. M. As máquinas para colheita e transporte. São Paulo: Globo, 1991. 184 p.• SILVEIRA, G. M. Preparo do solo: implementos corretos. Rio de Janeiro: Globo, 1988. 243 p. ISBN 8521309201: (broch.).		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BERETA, C. C. Tração animal na agricultura. São Paulo: Nobel, 1988. 103p.• MACHADO, A. L. T.; REIS, A. V.; MORAES, M. L. B.; ALONÇO, A. S. Máquinas para preparo do solo, semeadura, adubação e tratamentos culturais. Pelotas: UFPEL, 2002. 221 P.• MAZUCHWSKI, J. Z. Guia de preparo do solo para culturas anuais mecanizadas. Curitiba: ACARPA, 1984. 65p.• NUNES, L. F. B. Aração e gradeação a tração mecânica em áreas terraceadas. Brasília: SENAR, 1985. 32p.• ROCHA, A. C. Manual do professor de mecânica agrícola. Rio de Janeiro: Superintendência do ensino agrícola e veterinário, 1967.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	Construções e Instalações Rurais	Carga Horária	45h
Ementa	Conceitos e características das construções e instalações rurais; Importância da disciplina no curso técnico em agropecuária; Materiais utilizados nas edificações rurais; Resistência de materiais; Elementos de construção; Cálculo de material para construções; Fundações; Uso de madeira nas construções rurais; Principais instalações rurais; Planejamento de uma obra; Noções de desenho técnico; Orçamento; Memorial descritivo.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BAÊTA, F. C.; SOUZA, C. F. Ambiência em edificações rurais: conforto animal. 2ª ed. Viçosa: UFV, 2010. 269p.• FABICHAK, I. N. Pequenas construções rurais. 1ª ed. reimpr. São Paulo: Nobel, 1983. 129p.• PEREIRA, M. F. Construções rurais. 1ª ed. reimpr. São Paulo: Nobel, 2011. 330p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• CARNEIRO, O. Construções rurais. São Paulo: Nobel, 1984. 719p. CHAVES, R. Manual de Construções, 1a ed. reimpr. São Paulo, Nobel. 2011. 330 p.• LAZZARINI NETO, S. Instalações e benfeitorias. 2a ed. São Paulo: Aprenda Fácil, 200. 110 p.• ROCHA, J. L. V.; ROCHA, L. A. R. Guia do técnico agropecuário: construções e instalações rurais. Campinas-SP: Instituto Campineiro de Ensino agrícola, 1982, 158 p.• SOUZA, J. L. M. Manual de construções rurais. Curitiba. DETR, 1997. 161 p.		

9º SEMESTRE

Componente Curricular	Bovinocultura de Corte	Carga Horária	45h
Ementa	História e importância da bovinocultura de corte no Brasil e no mundo. Principais raças de bovinos de corte. Alimentação, nutrição, reprodução, sanidade, biosseguridade e melhoramento genético. Instalações e equipamentos. Sistemas de produção, manejo zootécnico e custos de produção. Rastreabilidade e escrituração zootécnica. Avaliação de carcaças e qualidade da carne bovina. Bem estar animal aplicado à bovinocultura de corte. Manejo dos dejetos. Legislação.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• ANDRIGUETTO, José Milton. Nutrição animal: volume 2 : alimentação animal (nutrição animal aplicada). 3. ed. São Paulo:		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>Nobel, c1983.</p> <ul style="list-style-type: none">• GONÇALVES, Paulo Bayard Dias; FIGUEIREDO, José Ricardo de; FREITAS, Vicente José de Figueiredo. Biotécnicas aplicadas à reprodução animal. 2. ed. São Paulo: ROCA, 2008. 395 p.• REECE, William O. Anatomia funcional e fisiologia dos animais domésticos. 3. ed. São Paulo: ROCA, 2008. xi, 468 p.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BALL, P. J. H.; PETERS, A. R. Reprodução em bovinos. 3. ed. São Paulo: ROCA, 2006. 232 p.• KINGHORN, Brian; WERF, Julius van der; RYAN, Margaret (Ed.). Melhoramento animal: uso de novas tecnologias: um livro para consultores, criadores, professores e estudantes de melhoramento genético animal. Piracicaba: FEALQ, 2006. 367 p.• PIRES, Alexandre Vaz. Bovinocultura de corte. Piracicaba: FEALQ, 2010 v. II, (761-1510) p.• PIRES, Alexandre Vaz. Bovinocultura de corte. Piracicaba: FEALQ, 2010, v. I. 760 p.• SIMPÓSIO SOBRE MANEJO DE PASTAGEM, 24., 2007, Piracicaba, SP.; PEDREIRA, Carlos Guilherme Silveira (Ed). Anais ... Piracicaba, SP: FEALQ, 2007. 472 p.

Componente Curricular	Tecnologia dos Produtos de Origem Animal	Carga Horária	45h
Ementa	Aspectos históricos e importância da tecnologia de produtos de origem animal. Estrutura e composição dos alimentos. Microbiologia, tecnologia, processamento e conservação de produtos de origem animal. Higiene e controle de qualidade. Legislação.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• COUTO, R.H.N.; COUTO, L.A. Apicultura: manejo e produtos. 3a ed. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 193p.• GERMANO, P. M. L. Higiene e vigilância sanitária de alimentos: qualidade das matérias-primas, doenças transmitidas por alimentos, treinamento de recursos humanos. 4a ed. Barueri: Manole, 2011.• SILVA, D. J.; QUEIROZ, A. C. Análise de Alimentos - Métodos Químicos e Biológicos. 3a ed., Viçosa: UFV, 2006. 235p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• COSTA, P. S.; OLIVEIRA, M. O. Processamento de mel puro e composto. Viçosa: CPT, 2003. 147p.• FORSYTHE, S. J. Microbiologia e segurança alimentar. Porto Alegre: Aramed, 2002. 424p.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<ul style="list-style-type: none">• SILVA, F. T. Queijo Minas Frescal, Agroindústria Familiar. Embrapa, 2005.• SILVA, F. T. Queijo Mussarela, Agroindústria Familiar. Embrapa, 2005.• SILVA, F. T. Queijo Parmesão, Agroindústria Familiar. Embrapa, 2005. SILVA, F. T. Queijo Prato, Agroindústria Familiar. Embrapa, 2005.• TRONCO, V. M. Manual para Inspeção da Qualidade do Leite. Santa Maria: UFSM, 2008. 203p.
--	--

Componente Curricular	Floricultura, plantas ornamentais e paisagismo	Carga Horária	45h
Ementa	Importância socioeconômica. Classificação e sistemas de produção de plantas ornamentais. Comercialização. Arborização urbana. Projetos paisagísticos.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• DEMATTÊ, Maria Esmeralda Soares Payão. Princípios de paisagismo. 3. ed. Jaboticabal, SP: FUNEP, 2006. 143 p. ISBN 85-87632-73-6 (broch.)• KÄMPF, Atelene Normann; TAKANE, Roberto Jun; SIQUEIRA, Paulo Tadeu Vital de. Floricultura: técnicas de preparo de substratos. Brasília, DF: LK, 2006. 132 p. (Tecnologia fácil ; 19). ISBN 8587890328• LOPES, Luiz Carlos; BARBOSA, José Geraldo (Ed.). Propagação de plantas ornamentais. Viçosa: UFV, 2007. 183 p. (Soluções). ISBN 9788572693097• ROMAHN, Valério. Enciclopédia ilustrada 1001 plantas & flores. São Paulo, SP: Europa, 2008. 400 p. (Coleção Biblioteca Natureza). ISBN 9788586878480 (enc.)		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• COMPTON, J. Plantas para casa. 5^a ed. São Paulo: Melhoramentos, c1970. 157 p. (Prisma; 11).• GREENWOOD, P. O livro definitivo de dicas & sugestões de jardinagem. São Paulo, SP: Nobel, 1998. 192 p. ISBN 9788521309444.• KAMPF, A. N.; COSTA, G. J. C. Produção comercial de plantas ornamentais. 2^a ed. Guaíba: Agrolivros, 2005. 254p. ISBN 859893402.• PAIVA, Haroldo Nogueira de; GONÇALVES, Wantuelfer. Produção de mudas. Viçosa: Aprenda Fácil, 2001. 128 p. (Jardinagem e		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>paisagismo: Arborização urbana ; 1). ISBN 8588216914</p> <ul style="list-style-type: none">• TUPIASSÚ, A. Da planta ao jardim: um guia fundamental para jardineiros, amadores e profissionais. São Paulo: Nobel, 2008. 156p. ISBN 9788521314233.
--	--

Componente Curricular	Silvicultura	Carga Horária	45h
Ementa	A floresta, sua importância econômica, social e ecológica. Princípios de dendrologia e dendrometria. Principais espécies florestais. Produção de sementes e mudas florestais. Implantação e manejo de florestas. Produtos florestais. Legislação florestal.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• GALVÃO, Antonio Paulo Mendes. Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais: um guia para ações municipais e regionais . Brasília, DF: Embrapa Comunicação para Transferência de Tecnologia, 2000. 351 p.• SISTEMAS agroflorestais: bases científicas para o desenvolvimento sustentável. Campos dos Goytacazes: Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, 2006. 365 p.• SOARES, Carlos Pedro Boechat, 1968. Dendrometria e inventário florestal. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2010. 276p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BARBOSA, C. A. Manual da Cultura do Eucalipto e Pinus. 2009. 156 p.• CARVALHO, P. E. R. Espécies Arbóreas Brasileiras, Vol 1. 2003. E. EMBRAPA.• LORENZI, Harri. Árvores Brasileiras – Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil Vol 01.• LORENZI, Harri. Árvores Brasileiras – Manual de Identificação e Cultivo de Plantas Arbóreas Nativas do Brasil Vol 02.• MARTINS, Sebastião Venâncio. Recuperação de matas ciliares. 2.ed. rev. e ampl. Viçosa: Aprenda Fácil, 2007. 255p.		

Componente Curricular	Fisiologia e manejo pós-colheita	Carga Horária	45h
Ementa	Caracterização, perdas e qualidade de produtos vegetais na pós-colheita. Fisiologia da pós-colheita. Atmosferas de armazenamento e cadeia de frio. Distúrbios fisiológicos. Índice de maturação, classificação,		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	armazenamento e comercialização. Processamento mínimo. Manejo pós-colheita de frutas, hortaliças, flores e grãos armazenados.
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• LUENGO, Rita de Fátima Alves et al. Pós-colheita de hortaliças. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2007. 100 p. (Coleção Saber 6). ISBN 9788573833836• LUENGO, Rita de Fátima Alves; CALBO, Adonai Gimenez (Ed.). Pós-colheita de hortaliças: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 251 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas). ISBN 9788573835229.• MANICA, Ivo. Goiaba: do plantio ao consumidor: tecnologia de produção, pós-colheita, comercialização. Porto Alegre: Cinco continentes, 2001. 119 p. ISBN 8586466174.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• AWAD, M. Fisiologia Pós-colheita de frutas. 1ª Ed. Nobel, São Paulo, 1993.• .B. Pós-colheita de frutas e hortaliças: glossário. Lavras: UFLA, 2006. 256 p.• CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A BLEINROTH, E.W. coord. Tecnologia de pós-colheita de frutos tropicais. Campinas, Imprensa Oficial do Estado, ITAL, 1988. 200p. (Manual Técnico)• CHOUDHURY, Mohammad Menhazudin. Uva de mesa: pós-colheita. Brasília, DF: Embrapa, 2001. 55 p. (Frutas do Brasil ; 12). ISBN 8573831103• CORTEZ, L. A. B.; HONÓRIO, S. L.; MORETTI, C. L. Resfriamento de frutas e hortaliças. Brasília: Embrapa Hortaliças, 2002. 425p.

Componente Curricular	Extensão Rural	Carga Horária	30h
Ementa	Histórico da extensão rural no Brasil. Princípios da comunicação e difusão de inovações. Abordagens de ação extensionista. Comunicação rural. Métodos e meios na ação de extensão rural: o método e sua importância; métodos de comunicação e métodos de extensão rural; Novas tecnologias da informação.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BROSE, M. (org.) Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.• FREIRE, P. Extensão ou comunicação? 11 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.• OLINGER, Glauco. Ascensão e decadência da extensão rural no		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>Brasil. Santa Catarina: Epagri, 1996. 523p.</p> <ul style="list-style-type: none">• RUAS, Elma Dias et al. Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável (MEXPAR). Belo Horizonte: EMATER, 2006. 132 p.• THEODORO, Suzi Huff; DUARTE, Laura Goulart; VIANA, João Nildo (ORG.). Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 234p.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• ASSISTÊNCIA técnica e extensão rural no sul do Brasil: práticas, avanços e limites metodológicos. Editora Unijuí, 2013. 200 p.• BRASIL.; BORGES, J. M.; COELHO, Maria Beatriz (Coord.). Dirigentes curriculares nacionais da educação básica. Brasília, DF: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2013. 562 p.• JESUS, S. M. S. A. de. Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 130 p.

Componente Curricular	Manejo de Plantas Daninhas	Carga Horária	60h
Ementa	Origem, evolução, classificação, identificação e ecofisiologia de plantas daninhas. Competição e interferência. Alelopatia. Banco de sementes. Métodos de controle de plantas daninhas. Classificação, propriedades físico-químicas, comportamento dos herbicidas no ambiente, mecanismos de ação e sintomatologia. Métodos de aplicação, absorção e translocação dos herbicidas. Resistência de plantas daninhas a herbicidas.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• HERTWIG, Kurt von. Manual de herbicidas, desfolhantes, dessecantes, fitorreguladores e bio-estimulantes. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Agronômica Ceres, 1983. 669 p.• LORENZI, Harri. Manual de identificação e controle de plantas daninhas: plantio direto e convencional. 6. ed. Nova Odessa, SP: Plantarum, 2006. 381 p. ISBN 8586714224• LORENZI, Harri. Plantas daninhas do Brasil: terrestres, aquáticas, parasitas e tóxicas. 4. ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2008. 640 p. ISBN 8586714276.• ELAINE DAMIANI CONTE; LUCIANO GEBLER; TAÍSA DAL MAGRO. Boas práticas de manejo de solo, plantas daninhas e agricultura de precisão. Editora Educs 2016 100 p. ISBN 9788570618009.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• DEUBER, R. Ciência das plantas infestantes: fundamentos. 2ª Edição, Vol.1, Jaboticabal, SP: Funep, 2003.• GAZZIERO, Dionísio Luiz Pisa et al. As plantas daninhas e a se-meadura direta. Londrina: Embrapa, 2001. 59 p. (Circular Técnica (Embrapa Soja) ; 33)• KRANZ, Walter Miguel et al. Ocorrência e distribuição de plantas daninhas no Paraná. Londrina: IAPAR, 2009. 283 p. ISBN 9788588184305• MONQUEIRO, P. A. (Org.). Aspectos da biologia e manejo das plantas daninhas. São Carlos: Rima editora, 2014. 430 p.• MONQUEIRO, P. A. (Org.). Manejo de plantas daninhas nas culturas agrícolas. São Carlos: Rima editora, 2014. 306 p.• VARGAS, L, ROMAN, E.S. Manual de manejo e controle de plantas daninhas. Bento Gonçalves: EMBRAPA Uva e Vinho, 2004.
----------------------------------	--

Componente Curricular	Melhoramento Vegetal	Carga Horária	60h
Ementa	<p>Natureza, perspectivas e objetivos do melhoramento. Origem e Evolução de Plantas Cultivadas. Conservação de germoplasma. Sistemas de Reprodução de Plantas Cultivadas. Estrutura Genética de Populações. Bases Genéticas dos Caracteres: qualitativos e quantitativos. Sistemas de Seleção de Plantas Autógamas e Alógamas. Híbridos e Variedades de Polinização Aberta. Poliploidia. Genética da resistência a pragas e moléstias.</p>		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• ALLARD, R.W. Princípios do melhoramento genético das plantas. Traduzido por: BLUMENSCHIEUB, A.; PATERNIANI, E.; GURGEL, J.T.A. & VENCOVSKI, R. São Paulo, editora Edgard Blücher Ltda., 1971. 381 p.• BORÉM, A. Melhoramento de plantas. Viçosa, UFV, 1997, 547 p.• DESTRO, D e MONTALVÁN, R. Melhoramento Genético de Plantas. Londrina, UEL, 1999, 818 p.• PATERNIANI, E. ed. 1978. Melhoramento e Produção do Milho no Brasil. Fundação Cargill, 650 p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BORÉM, A. Melhoramento de espécies cultivadas. Minas Gerais : ed. UFV, 1999. 817p.• BUENO, L.C.S.; MENDES, N.A.G. e CARVALHO, S. P. Melhoramento genético de plantas: princípios e procedimentos. Lavras,		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>UFLA, 2001. 282 p.</p> <ul style="list-style-type: none">• PINTO, R.J.B. Introdução ao melhoramento genético de plantas. 2a Edição. Maringá, Editora da UEM, 2009. 351 p.• RONZELLI JÚNIOR, P. Melhoramento genético de plantas. Curitiba, P. Ronzelli Jr., 1996. 219 p.• TORRES, A. C.; CALDAS, L. S. e BUSO, J. A. Cultura de tecidos e transformação genética de plantas. Brasília: EMBRAPA, 1998. v.1. p.509.
--	---

10 ° SEMESTRE

Disciplinas	Carga horária (h)	Créditos
Estágio Curricular	360	24
Trabalho de Conclusão de Curso	30	2
TOTAL	390	26

9.2 Componentes Curriculares Optativos

Componente Curricular	Gestão Ambiental	Carga Horária	30h
Ementa	Licenciamento Ambiental. Tecnologias para tratamento de resíduos líquidos. Biodegostores e produção de biogás. Compostagem. Fertilizantes Orgânicos. Destinação de animais mortos. Impactos ambientais		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• AGROPECUÁRIA. Agir, percepção da gestão ambiental. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Embrapa, 2012. 346 p.• HAMMES, V. S. EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA• MASSUKADO, L. M. Compostagem: nada se cria, nada se perde; tudo se transforma. 1.ed. Brasília: IFB, 2016. 83 p.• THEODORO, S. H.; DUARTE, L. G.; VIANA, J. N. Agroecologia: um novo caminho para a extensão rural sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. 234p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• CURSO de gestão ambiental. São Paulo: Manole, 2004. xx, 1045 p.• EMPRESA, meio ambiente e responsabilidade socioambiental. Brasília, DF 2012. 443 p.• INÁCIO, C. T.; MILLER, P. R. M. Compostagem: ciência e prática		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>para a gestão de resíduos orgânicos. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2009. 156 p.</p> <ul style="list-style-type: none">• OLIVEIRA, P. A. V. Manual de manejo e utilização dos dejetos de suínos. Concórdia: EMBRAPA, CNPSA, 1993. 188 p.• OLIVEIRA, P. A. V.; HIGARASHI, M. M. Geração e utilização de biogás em unidades de produção de suínos. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2006. &lt;http://www.cnpsa.embrapa.br/sgc/sgc_publicacoes/publicacao_14177t4r.PDF&gt;• OLIVEIRA, P. A. V.; HIGARASHI, M. M. Unidade de compostagem para o tratamento dos dejetos de suínos. Concórdia: Embrapa Suínos e Aves, 2006 &lt;https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/856117/1/doc114.pdf&gt;• PEREIRA NETO, J. T. Manual de compostagem: processo de baixo custo. Viçosa: UFV, 2007. 81 p.• UCZAI, P. F. Biocombustíveis: energia renovável e alimento saudável. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2007. 68p.
--	--

Componente Curricular	Marketing Aplicado ao Agronegócio	Carga Horária	30h
Ementa	Marketing estratégico aplicado ao agronegócio. Métodos formais de análise estratégica. Principais opções estratégicas das firmas agroindustriais. Diferentes enfoques do marketing nos dias atuais. Comportamento do consumidor. Variáveis da decisão de compra. Tendências relacionadas ao marketing no agronegócio.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BATALHA, Mario Otávio (Coord.). Gestão agroindustrial. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 770 p.• BATALHA, Mario Otávio. Gestão agroindustrial: GEPAI: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. 3. ed. São Paulo: Atlas, c1996.• CHURCHILL, Gilbert A; PETER, J. Paul. Marketing: criando valor para os clientes. 2. ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2010. 626 p.• KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2006. 750 p.• KOTLER, Philip. Marketing para o século XXI: como criar, conquistar e dominar mercados. Rio de Janeiro: Ediouro, 2009. 303 p.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<ul style="list-style-type: none">• MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de marketing. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005-. 2 v.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• KELLER, Kevin Lane; MACHADO, Marcos. Gestão estratégica de marcas. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. xx, 289 p• KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. Administração de marketing. 12. ed. São Paulo: Prentice-Hall, 2006.• MATTAR, Fauze Najib. Pesquisa de marketing. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2005-. 2 v.• PORTER, Michael E. Estratégia competitiva. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2004. 409 p.

Componente Curricular	Biologia Vegetal	Carga Horária	30h
Ementa	Introdução à biotecnologia: História, importância, bases e aplicabilidade. Totipotência celular e cultura de células, tecidos e órgãos. Processos biotecnológicos. Tecnologia do DNA recombinante e organismos geneticamente modificados. Marcadores moleculares. Bioética e legislação.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BINSFELD, P. C. (Org.). Biossegurança em biotecnologia. Rio de Janeiro, RJ: Interciênciia, 2004. 367 p.• SERAFINI, L. A.; BARROS, N. M. de; AZEVEDO, J. L. de (Org.). Biotecnologia: avanços na agricultura e na agroindústria. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2002. 433 p.• TORRES, A.C.; CALDAS, L.S.; BUZZO, J.A. (eds). Cultura de Tecidos e Transformação Genética de Plantas. V.1. e 2. Brasília, Embrapa, 864p. 1998 e 1999.• ULRICH, H.; TRUJILLO, C. A. Bases moleculares da biotecnologia. São Paulo: Roca, 2008. 218 p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BORÉM, A; SANTOS, F.R. Entendendo a Biotecnologia. Editora Suprema. 2008.• FERREIRA, M.E. & GRATTAPAGLIA, D. Introdução ao uso de marcadores RAPD e RFLP em análise genética. Brasília, EMBRAPA, 220 p.1995.• GEORGE, E.F. Plant Propagation by Tissue Culture. Exegetics, Edington. 1996. V.1,2.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<ul style="list-style-type: none">• ROCA, W.M. & MROGINSKI, L.A. Cultivo de Tejidos en la Agricultura. Cali, CIAT, 970 p. 1993.• TEIXEIRA, P. & VALLE, S. Biossegurança, uma abordagem multidisciplinar. RJ, FIOCRUZ, 362 p.1996.• ZAHA, A. (Coord.). Biología Molecular Básica. Porto Alegre, Mercado Aberto, 336 p. 1996.
--	---

Componente Curricular	Geoestatística	Carga Horária	30h
Ementa	Histórico e conceitos básicos da geoestatística; amostra e métodos de amostragem; inferência espacial; variáveis aleatórias e regionalizadas; desagrupamento; semivariograma; modelos e ajustes do semivariograma; estimativas geoestatísticas; krigagem; krigagem simples e ordinária; cokrigagem; validação para a modelagem.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• JOSÉ PAULO MOLIN, Lucas Rios do Amaral, André Freitas Colaço. Agricultura de precisão. Editora Oficina de Textos 2015 236. ISBN 9788579752131.• MACHADO, Pedro Luiz Oliveira de Almeida; BERNARDI, Alberto C. de Campos; SILVA, Carlos Alberto (ed.). Agricultura de precisão para o manejo da fertilidade do solo em sistema plantio direto. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2004. 209 p. ISBN 8585864133. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/175687/1/Agricultura-de-precisao-para-o-manejo-da-fertilidade-do-solo-em-sistema-plantio-direto-2004.pdf. Acesso em: 3 set. 2020.• OLIVEIRA, Ronaldo Pereira de; GREGO, Célia Regina; BRANDÃO, Ziany Neiva (ed. téc.). Geoestatística aplicada na agricultura de precisão utilizando o Vesper. Brasília, DF: Embrapa, 2015. 152 p. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1039734/geoestatistica-aplicada-na-agricultura-de-precisao-utilizando-o-vesper. Acesso em: 3 set. 2020.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BOLFARINE, H.; BUSSAB, W.O. Elementos de amostragem. Versão preliminar. São Paulo: Instituto de Matemática e Estatística da Universidade de São Paulo, 2000.• GUIMARÃES, E. C. Geoestatística básica e aplicada. Universidade Federal de Uberlândia, 2004. 78 p. vol. 1.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>(Apostila).</p> <ul style="list-style-type: none">• LANDIM, P. M. B. Análise estatística de dados geológicos. São Paulo: Editora UNESP, 1998. 226p.• VIEIRA, S. R. Geoestatística aplicada à agricultura de precisão. GIS Brasil'98, Curso P, Curitiba, PR, 1998, 53p.• YAMAMOTO, J. K.; LANDIM, P. M. B. Geoestatística: conceitos e aplicações. 1. ed. São Paulo: Ed. Oficina de Textos, 2013. 215p.
--	--

Componente Curricular	Bem-estar Animal	Carga Horária	30h
Ementa	Conceitos básicos e avançados de bem-estar animal. Indicadores de bem-estar. Comportamento animal. Avaliação do bem-estar. Boas práticas na produção animal. Interação homem-animal. Eutanásia. Manejo pré-abate e abate humanitário. Animais utilizados em pesquisas. Legislação. Atualidades e perspectivas futuras do bem-estar animal.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• AMARAL, Armando Lopes do et al. Boas práticas de produção de suínos. Concórdia, SC: Embrapa, 2006. 60 p. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/57842/1/CUsersPiazzonDocumentsCIT-50.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.• AVILA, Valdir Silveira de et al. Boas práticas de produção de frangos de corte. Concórdia, 2007. Embrapa Suínos e Aves, 28 p. (Embrapa Suínos e Aves. Circular Técnica, 51). ISBN 0102-3713. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPSA/16385/1/publicacao_s8t285e.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.• MAZZUCO, H.; KUNZ, A.; PAIVA, D. P. de; JAENISCH, F. R. F.; PALHARES, J. C. P.; ABREU, P. G. de; ROSA, P. S.; AVILA, V. S. de. Boas práticas de produção na postura comercial. 2006. 39p. (Circular Técnica (Embrapa suínos e aves). 49). Disponível em: http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CNPSA/15905/1/publicacao_h0k52t2.pdf. Acesso em: 29 set. 2022.• PEIXOTO, Aristeu Mendes; MOURA, José Carlos de; FARIA, Vidal Pedroso de. Bovinocultura leiteira: fundamentos		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>da exploração racional. 3. ed. Piracicaba: FEALQ, 2000. 580p.</p> <ul style="list-style-type: none">• SOUZA, C.F. Ambiência em edificações rurais: Conforto animal. 2a ed. Viçosa: UFV, 2010. 269p.
<p>Bibliografia Complementar</p>	<ul style="list-style-type: none">• BRASIL. MAPA (MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO). Instrução Normativa Nº 113, de 16 de Dezembro de 2020. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-n-113-de-16-de-dezembro-de-2020-294915279. Acesso em: 26 ago. 2022.• DIAS, C. P.; SILVA, C. A.; MANTECA, X. Bem-estar dos suínos. Londrina: o Autor, 2014. 403p.• LUDTKE, C. B.; CIOCCA, J. R. P.; DANDIN, T.; BARBALHO, P. C.; VILELA, J. A. Abate humanitário de aves: Steps melhorando o bem-estar animal no abate. Rio de Janeiro: WSPA. 2010. 120p. Disponível em: https://certifiedhumanebrasil.org/wp-content/uploads/2018/12/Programa-STEPS-Abate-Humanit%C3%A1rio-de-Aves.pdf. Acesso em: 26 ago. 2022.• LUDTKE, C. B.; CIOCCA, J. R. P.; DANDIN, T.; BARBALHO, P. C.; VILELA, J. A.; COSTA, O. A. D. Abate humanitário de suínos: Steps melhorando o bem-estar animal no abate. Rio de Janeiro: WSPA. 2010. 132p. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/56454/1/Abate_HumanitarioSuinos.pdf. Acesso em: 26 ago. 2022.• LUDTKE, C. B.; CIOCCA, J. R. P.; DANDIN, T.; BARBALHO, P. C.; VILELA, J. A.; FERRARINI, C. Abate humanitário de bovinos: Steps melhorando o bem-estar animal no abate. Rio de Janeiro: WSPA. 2012. 148p. Disponível em: https://certifiedhumanebrasil.org/wp-content/uploads/2018/12/Programa-STEPS-%E2%80%93-Abate-Humanit%C3%A1rio-de-Bovinos.pdf. Acesso em: 26 ago. 2022.• LUDTKE, C. B.; DIAS, C. P.; DALLA COSTA, F. A.; RIBAS, J. C.; DALLA COSTA, O. A. Eutanásia de suínos em granjas: boas práticas para o bem-estar na suinocultura. Brasília: MAPA/SIDRI, 2019. 61p. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/204606/1/final_9301.pdf. Acesso em: 26 ago. 2022.• RIBAS, J. C. R.; DIAS, C. P.; LUDTKE, C. B.; BUSS, L. P. (Eds.). Suinocultura: uma saúde e um bem-estar. Brasília: AECS, 2020.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>500p. Disponível em: http://repositorio.iica.int/handle/11324/13757. Acesso em: 26 ago. 2022.</p> <ul style="list-style-type: none">• ROHR, S. A.; DALLA COSTA, O. A.; DALLA COSTA, F. A. Bem-estar animal na produção de suínos: práticas de manejo e características das instalações nas granjas. Brasília: ABCS; SEBRAE, 2016. 44p. Disponível em: https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/143588/1/original8101.pdf. Acesso em: 26 ago. 2022.
--	--

Componente Curricular	Plantas de Lavoura III	Carga Horária	30h
Ementa	Importância Econômica. Características Agronômicas, potencialidade e cultivo. Morfologia e fenologia de plantas. Manejo fitotécnico e fitossanitário. Colheita, beneficiamento e armazenamento.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• ALGODÃO: do plantio à colheita. Viçosa: UFV, 2014. 312 p. ISBN 9788572695053• CASTRO, P. R. C.; KLUGE, R. A. Ecofisiologia de cultivos anuais: trigo, milho, soja, arroz e mandioca. Rio de Janeiro: Nobel, 1999. 126p. ISBN 8521310781• EMBRAPA ALGODÃO. Algodão: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2004. 265 p. (500 perguntas 500 respostas). 2015.ISBN 8573832789		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• INSTITUTO CENTRO DE ENSINO TECNOLÓGICO. Produtor de algodão. 2. ed. rev. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004. 56 p. (Cadernos tecnológicos). ISBN 8575292765• MALAVOLTA, E. Manual de calagem e adubação das principais culturas. São Paulo, SP: Agronômica Ceres, 1987. 496 p. (Ceres; 36)MANDIOCA: o produtor pergunta, a Embrapa responde. Brasília, DF: Embrapa, 2006. 176 p. (Coleção 500 perguntas, 500 respostas.). ISBN 8573833688.• SANTOS, Elson Soares dos; MATIAS, Edson Cavalcante; BARBOZA, Maildon Martins. Mandioca: cultivo agroecológico e uso na alimentação humana e animal. João Pessoa, PB: EMEPA-PB, 2011. 90 p. ISBN 9788565808019.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	Inglês Instrumental	Carga Horária	30h
Ementa	Estratégias de leitura: ativar conhecimento prévio, identificar cognatas e não cognatas, contexto e objetivos; aplicar as técnicas de “scanning”, “skimming” e dedução, reconhecer estruturas gramaticais e pistas tipográficas que auxiliam a compreensão. Leitura de textos técnicos na área de Agronomia. Leitura de gêneros acadêmicos em inglês		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">MURPHY, Raymond. English grammar in use: a reference and practice book for intermediate learners of English: without answers. 4th ed. Cambridge; Cambridge University Press, 2012. ix, 333 p. ISBN 9780521189088 (broch.)SANTOS, Denise. Ensino de língua inglesa: foco em estratégias. Barueri: Disal, 2012. 343 p. ISBN 9788578441050.SOUZA, Adriana Grade Fiori et al. Leitura em língua inglesa: uma abordagem instrumental. 2. ed. atual. São João Del-Rei, MG: Disal, 2005. 203 p. ISBN 9788578440626.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">DICIONÁRIO Oxford escolar: para estudantes brasileiros de inglês: português-inglês, inglês-português. 2. ed. atual. New York: Oxford University Press, 2009. 757 pJACOBS, Michael A. Como não aprender inglês: edição definitiva: erros comuns e soluções práticas. Rio de Janeiro: Campus, 2002. XII, 254 p.MICHAELIS: moderno dicionário inglês-português, português-inglês . 2. ed. - 10a impressão. São Paulo: Melhoramentos, 2008. XXIV, 1735 pTORRES, Nelson. Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. 448 p. ISBN 9788502063525.		

Componente Curricular	Libras	Carga Horária	30h
Ementa	Surdez e linguagem. Concepções do Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo da Educação de Surdos. Alfabeto manual, os números e vocabulário de Libras. Professor Bilíngue. Cultura e identidade dos Surdos. Aspectos Históricos da Educação dos Surdos. Vocabulário de LIBRAS, Intérprete na sala de aula, Construção da escrita dos Surdos. Aspectos Linguísticos da Libras		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkiria Duarte (Ed.).		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue da língua de sinais brasileira. 3. ed. São Paulo: EDUSP, 2008.</p> <ul style="list-style-type: none">• FERNANDES, Eulália (Org.). Surdez e bilinguismo. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2008.• SOUZA, Regina Maria de. Educação de surdos: pontos e contra-pontos. São Paulo: Summus, 2007.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• CUNHA, Maria Clementina Pereira. Libras - Conhecimento além dos Sinais. São Paulo: Pearson Educations.• GESSER, Audrei. Libras: que língua é essa? São Paulo: Parábola Editorial, 2009.• HONORA, Márcia. Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando à comunicação usada pelas pessoas com surdez. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.• QUADROS, Ronice Muller de. Educação de surdos: aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.• SOUZA, Regina Maria de. Que palavra que te falta? Linguística, Educação e Surdez. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

Componente Curricular	Equideocultura	Carga Horária	30h
Ementa	Importância da equideocultura. Raças e exterior dos equídeos. Instalações para a criação de cavalos. Controle sanitário e zootécnico. Alimentos e nutrição de equinos. Reprodução. Aprumos e andamento. Julgamento de equídeos.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BAÊTA, Fernando da Costa; SOUZA, Cecília de Fátima. Ambiente em edificações rurais: conforto ambiental. 2. ed. Viçosa: UFV, 2010. 269 p. ISBN 85-7269-025-5.• RADOSTITS, O. M. et al. Clínica veterinária: um tratado de doenças dos bovinos, ovinos, suínos, caprinos e equinos. 9.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, c2002. xxix, 1737 p. ISBN 8527707060.• REECE, William O. Anatomia funcional e fisiologia dos animais domésticos. 3. ed. São Paulo: ROCA, 2008. xi, 468 p. ISBN 9788572417396 (broch.).		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BONGIANNI, Maurizio. Guia das raças de cavalos. Lisboa: Editorial Presença, 1995. 259 p.• GUILHON, Paulo. Doma racional interativa. Viçosa: Aprenda		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>Fácil, 2003. 207 p. ISBN 8588216353.</p> <ul style="list-style-type: none">• HAFEZ, E. S. E.; HAFEZ, B. (Ed.). Reprodução animal. 7. ed. Barueri: Manole, 2004. 513 p.• SILVER, Caroline. Tudo sobre cavalos: um guia mundial de 200 raças. 3. ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2000. 231 p. ISBN 8533613008 (broch.).
--	--

Componente Curricular	Apicultura	Carga Horária	30h
Ementa	Taxonomia. Abelhas africanas no Brasil. Composição, biologia e atividades das abelhas na colmeia. Meliponicultura. Morfologia, fisiologia e nutrição das abelhas. Produtos apícolas. Instalação de apiários. Produção e substituição de rainhas. Flora apícola e polinização. Melhoramento genético na apicultura. Patologia apícola. Legislação apícola.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• BARBOSA, C. A. Manual de Produção de Mel. Viçosa: Editora Agro Juris, 2009.• COUTO, Regina Helena Nogueira; COUTO, Leomam Almeida. Apicultura: manejo e produtos. 3. ed. rev. atual. Jaboticabal: FUNEP, 2006. 193 p. ISBN 8587632779.• SANTANA, Claudenei Neiva; MARTINS, Maria Amélia Seabra; ALVES, Rogério Marcos de Oliveira. Criação de abelhas para produção de mel. Brasília, DF: SENAR, 2004. 135 p. (Trabalhador na Apicultura).		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• COSTA, P. S. C.; OLIVEIRA, J. S. Manual prático de criação de abelhas. Viçosa: Aprenda Fácil, 2005. 424p.• ITAGIBA, M. G. O. R. Noções básicas sobre a criação de abelhas: instalação de um apiário, métodos de criação, colheita e extração do mel, polinização. São Paulo: Nobel, 1997. 110p.• WIESE, Helmuth. Apicultura: novos tempos. 2. ed. Guaíba: Agrolivros, 2005. 378 p.• WOLFF, Luis Fernando. Como alimentar enxames. Brasília, DF: Embrapa Informação Tecnológica, 2011. 51 p.• WOLFF, Luis Fernando. Como instalar colmeias. Brasília, DF, Embrapa Informação Tecnológica, 2010. 59 p.		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Componente Curricular	Leitura e Produção de Textos Acadêmicos	Carga Horária	30h
Ementa	Diretrizes para leitura, análise e interpretação de textos acadêmicos. Fatores de textualização/textualidade, regras de coesão, coerência e referenciamento. Especificidades do texto acadêmico e condições de produção.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• FÁVERO, Leonor Lopes. Coesão e coerência textuais. 11. ed. rev. e atual. São Paulo: Ática, 2009. 104 p.• KOCH, Ingredore Grunfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. Ler e compreender: os sentidos do texto. 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011. 216 p.• OLIVEIRA, Jorge Leite de. Texto acadêmico: técnicas de redação e de pesquisa científica. 7. ed. Petrópolis : Vozes, 2011. 222 p.• PERROTTA, Claudia. Um texto pra chamar de seu: preliminares sobre a produção do texto acadêmico. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 155 p.		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• BALTAR, Marcos Antonio Rocha; CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth; ZANDOMENEGO, Diva. Leitura e Produção Textual Acadêmica I. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.• FARACO, C. A. e TEZZA, C. Prática de texto: língua portuguesa para estudantes universitários. 10 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.• KOCH, Ingredore Grunfeld Villaça. A coesão textual. 22. ed. São Paulo: Contexto, 2010. 84 p.• MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. et al. Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.• VAL, Maria da Graça Costa. Redação e textualidade. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006. vii, 133 p.• ZAVALA, Virgínia. Quem está dizendo isso?: letramento acadêmico, identidade e poder no ensino superior. In: VÓVIO, Cláudia; SITO, Luanda; GRANDE, Paula de (Orgs.). Letramentos, Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010.		

Componente Curricular	Segurança e Saúde no Trabalho Rural I	Carga Horária	30h
Ementa	O que é trabalho. Evolução histórica da segurança do trabalho. Noções gerais sobre as Normas Regulamentadoras – NRs e sua aplicabilidade no trabalho rural (formal e informal), com destaque as NRs com maior		



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

	<p>relevância às práticas agrícolas. Riscos ambientais: físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes. Riscos no trabalho rural. Acidentes de trabalho. Prevenção de Acidentes de trabalho. Noções sobre legislação trabalhista e previdenciária.</p>
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">MONTEIRO, Antonio Lopes; BERTAGNI, Roberto Fleury de Souza. Acidentes do trabalho e doenças ocupacionais: conceito, processos de conhecimento e de execução e suas questões polêmicas .7. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. 478 p.Normas Regulamentadoras da Secretaria de Inspeção do Trabalho. Disponível em: <https://enit.trabalho.gov.br/portal/index.php/seguranca-e-saude-no-trabalho/sst-menu/sst-normatizacao/sst-nr-portugues?view=default>SPINELLI, R.; POSSEBON, J.; BREVIGLIERO, E.; Higiene Ocupacional: agentes biológicos, químicos e físicos. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.WISNER, Alain; FUNDACENTRO. A inteligência no trabalho: textos selecionados de ergonomia. São Paulo: FUNDACENTRO, 2003. 190 p.
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>.BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>.BRASIL. Lei n. 8.213/1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm>.FALZON, P. (Ed.) Ergonomia. São Paulo: Editora Blucher, 2007.FREITAS, C. M. de; GARCIA, E. G. Trabalho, saúde e meio ambiente na agricultura. Rev. bras. saúde ocupacional. São Paulo, v. 37, n. 125, p. 12-16, jun. 2012. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S030376572012000100003&lng=en&nrm=iso>GARCIA, E. G.; ALVES FILHO, J. P. Aspectos de prevenção e controle de acidentes no trabalho com agrotóxicos. São Paulo: FUNDACENTRO, 2005. 51 p.LEAL, P. Descomplicando a Segurança do Trabalho: Ferramentas para o dia a dia. São Paulo: LTr, 2012.LLORY, Michel; MONTMAYEUL, René. O acidente e a organização. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2014. 192 p. (Série



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

	<p>Confiabilidade Humana).</p> <ul style="list-style-type: none">• SALIBA, T. Manual prático de Higiene Ocupacional e PPRA. São Paulo: LTr, 2012.
--	---

Componente Curricular	Segurança e saúde no trabalho rural II	Carga Horária	30h
Ementa	Equipamentos de Proteção Coletiva – EPCs e Equipamentos de Proteção Individual – EPIs, com destaque aos mais utilizados nas práticas agrícolas. Inspeções de segurança. Noções sobre prevenção e combate a incêndio. Saúde e segurança nas práticas agrícolas. Adoecimento relacionado ao trabalho rural e práticas agrícolas. Noções gerais de primeiros socorros e toxicologia. Relacionamento com entidades civis para a vigilância do trabalhador rural. Temas transversais: Meio ambiente.		
Bibliografia Básica	<ul style="list-style-type: none">• CAMILO JUNIOR, Abel Batista. Manual de prevenção e combate a incêndios. 15.ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2013.• INSTRUÇÕES NORMATIVAS DO CORPO DE BOMBEIROS. Disponível em:<http://www.cbm.sc.gov.br/dat/index.php/instrucoes-normativas-in>.• MENDES, René (Org.). Patologia do trabalho. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atheneu, 2007. 1924 p.• Normas Regulamentadoras da Secretaria de Inspeção do Trabalho. Disponível em: <https://enit.trabalho.gov.br/portal/index.php/seguranca-e-saudade-no-trabalho/sst-menu/sst-normatizacao/sst-nr-portugues?view=default>		
Bibliografia Complementar	<ul style="list-style-type: none">• LEAL, P. Descomplicando a Segurança do Trabalho: Ferramentas para o dia a dia. São Paulo: LTr, 2012.• MOREIRA, J. P. de L. et al. A saúde dos trabalhadores da atividade rural no Brasil. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro , v. 31, n. 8, p. 1698-1708, Ago. 2015 . Dispnoível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2015000801698&lng=en&nrm=iso>.• REVISTA EMERGÊNCIA. Disponível em: <http://www.revistaemergencia.com.br/home/>.• SCALDELAI, Aparecida Valdinéia et al. Manual prático de saúde e segurança do trabalho. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Yendis, 2012., 433 p.		



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

10 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

10.1 DESCRIÇÃO DO CORPO DOCENTE

Nome	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	E-mail	Link para lattes	Telefone institucional
Adenes Sabino Schwantz	2313514	40h DE	Mestre	adenes.schwantz@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6371110273063682	3533-4929
**Adriana Hoffmann	1108734	40h DE	Mestre	adriana.hoffmann@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8144316821004318	3533-4900
Adriano Bernardo Moraes Lima	1004238	40h DE	Mestre	adriano.lima@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2385634875975167	3533-4923
Alan Schreiner Padilha	1985815	40h DE	Mestre	alan.padilha@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8069765131542346	3533-4930
Aledson Rosa Torres	1836436	40h DE	Doutor	aledson.torres@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2174661033148121	3533-4945
Alexsandra Joelma Dal Pizzol Coelho Zanin	1730999	40h DE	Doutora	alexsandra.zani n@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7240541670936817	3533-4922
Allan Charles Mendes de Sousa	2276418	40h DE	Doutor	allan.sousa@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1127612329430340	3533-4931
Ana Carolina Vieira Rodriguez	1856554	40h DE	Mestre	ana.rodriguez@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8433510361679086	3533-4919
Andressa Fernanda Campos	2276251	40h DE	Doutora	andressa.campo s@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3949111387596992	3533-4930
Angelita Rettore de Araújo Zanella	2753310	40h DE	Mestre	angelita.zanella @ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1929786970891109	3533-4910
*Bruno Pereira de Lima Aranha	3209210	40h	Doutor	bruno.aranha@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4112413573185951	3533-4945
Carlos Roberto da Silva	2276402	40h DE	Doutor	carlos.silva@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9959521888530484	3533-4947
Carlos Roberto Pereira Oliboni	1988432	40h DE	Mestre	carlos.oliboni@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5006961558667895	3533-4929
Carlos Rodolfo Pierozan	1157282	40h DE	Doutor	carlos.piorezan@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8816457210602279	3533-4930
Cíntia Fernandes da Silva	1218775	40h DE	Doutora	cintia.silva@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3818850858214447	3533-4932
**Cristiane Aparecida Fontana Grümm	1882390	40h DE	Mestre	cristiane.grumm@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6592179388228967	3533-4900
*Cristiane da Luz Costa	3284836	40h	Mestre	cristiane.costa@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6902090953626724	3533-4945
Crizane Hackbarth	1409254	40h DE	Doutora	crizane.hackbart h@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8909065273283848	3533-4932
**Davi Cézar da Silva	1085049	40h DE	Mestre	davi.silva@ifc.e	http://lattes.cnpq.br/	3533-4900



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

				du.br	2208750186869475	
Débora Costa Pires	3139456	40h DE*	Mestre	debora.pires@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6136221151912264	3533-4919
Diego Ricardo Krohl	2144422	40h DE	Mestre	diego.krohl@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/889838287979619	3533-4910
*Diovana de Mello Lalis	3278940	40h	Doutora	diovana.lalis@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1452622596350190	3533-4945
*Douglas Manoel Guimarães	3283565	40h	Doutor	douglas.guimaraes@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8310958448973960	3533-4919
Edneide Ramos de Santana	3009348	40h DE	Especialista	edneide.santana@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5178342358991643	3533-4919
Eliana Teresinha Quartiero	2311418	40h DE	Doutora	eliana.quartiero@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1896289305396728	3533-4932
Emerson Luiz Lapolli	2425619	40h DE	Doutor	emerson.lapolli@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2460955204816464	3533-4923
Fábio José Rodrigues Pinheiro	1759928	40h DE	Mestre	fabio.pinheiro@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7830995887705679	3533-4910
Fabricio Bizotto	1087004	40h DE	Especialista	fabricio.bizotto@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9756008111074656	3533-4910
**Fernanda Zanotti	1924844	40h DE	Mestre	fernanda.zanotti@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5570118961230707	3533-4900
Fioravante Provino Brun	1109666	40h DE	Mestre	fioravante.brun@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0119638160699443	3533-4929
Flavia Caraiba de Castro	1166820	40h DE	Mestre	flavia.castro@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9937264400127424	3533-4919
*Flavia Werner	3261585	40h	Doutora	flavia.werner@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5530647712560371	3533-4930
Frederico de Oliveira Santos	2269777	40h DE	Mestre	frederico.santos@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3976705930741164	3533-4929
Gabriel Schmitt	2860764	40h DE	Doutor	gabriel.schmitt@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0889238562568082	3533-4919
Gilson Ribeiro Nachtigall	1759874	40h DE	Doutor	gilson.nachtigall@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9686935200397247	3533-4930
**Glória Elizabeth Riveros Fuentes Strapasson	1005404	40h DE	Mestre	gloria.strapasson@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0334273611457523	3533-4900
Grazielle Vieira Garcia	1016254	40h DE	Mestre	grazielle.garcia@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5631339030913134	3533-4919
Jacob Michels	1046843	40h DE*	Mestre	jacob.michels@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3797457620072182	3533-4932
Jaisson Bordignon	2341786	40h DE	Mestre	jaisson.bordignon@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1706310215783648	3533-4923
Jane Suzete Valter	1897187	40h DE	Mestre	jane.valter@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8870315669255041	3533-4922
Jaquiel Salvi Fernandes	1803730	40h DE	Doutor	jaquiel.fernandes@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6134830462153246	3533-4903
*Jessica Silva Tenorio	3275801	40h	Graduada	jessica.tenorio	http://lattes.cnpq.br/	3533-4910



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

				@ifc.edu.br	6746550656813341	
João Hemkemaier	1132635	40h DE	Mestre	joao.hemkemaier@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7658501106451173	3533-4929
*Joelma Kominkiewicz Scolaro	3218136	40h	Mestre	joelma.scolaro@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3754882301279379	3533-4945
Jonatan Rafael Rakoski Zientarski	1759541	40h DE	Doutor	jonatan.zientarski@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9379348657934164	3533-4929
José Reinaldo Nonnenmacher Hilario	1834119	40h DE	Doutor	jose.hilario@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6961516137309243	3533-4945
***Josiani Mendes Silva		40h DE	Doutora	josiani.silva@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3756747020230613	3533-4922
Josy Alvarenga Carvalho Gardin	1901987	40h DE	Mestre	josy.gardin@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1932435783920776	3533-4939
Kelly Aparecida Gomes	1139305	40h DE	Doutora	kelly.gomes@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4461986559672590	3533-4922
Leandro Goulart Louzada	2101551	20h	Mestre	leandro.louzada@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7703458123813295	3533-4923
Leila Lisiane Rossi	1542728	40h DE	Mestre	leila.rossi@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7225904380595803	3533-4923
Leonardo Rodrigues Thomaz Bridi	1902125	40h DE	Mestre	leonardo.bridi@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0331522438304767	3533-4932
Liliane Martins de Brito	1836440	40h DE	Doutora	liliane.brito@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7858069038447674	3533-4907
Lucilene Dal Medico Baerle	1773245	40h DE	Mestre	lucilene.baerle@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9841708735493808	3533-4945
Luiz Ricardo Lima	1326655	40h DE	Mestre	luiz.ricardo@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2128658533027446	3533-4929
Luiza Ines Kaim	1967254	40h DE	Mestre	luiza.kaim@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3461066260676612	3533-4906
Manassés Ribeiro	1759640	40h DE	Doutor	manasses.ribeiro@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6475893755893056	3533-4947
Marcelo Cizewski Borb	2276411	40h DE	Especialista	marcelo.borb@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6152101343133753	3533-4929
**Márcia Elizabéte Schüler	2019245	40h DE	Mestre	marcia.schuler@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3695381398743704	3533-4900
Marcos Collares Machado Bina de Souza	1673794	40h DE	Mestre	marcos.souza@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4592561084871343	3533-4907
Marcos Roberto Mesquita	1056876	40h DE	Doutor	marcos.mesquita@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8235205396377303	3533-4922
Marcos Rohling	2206130	40h DE	Doutor	marcos.rohling@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1426156565430729	3533-4932
Mariah Rausch Pereira	2257591	40h DE	Mestre	mariah.pereira@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5242284188830737	3533-4932
Matias Marchesan de Oliveira	1901189	40h DE	Doutor	matias.oliveira@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4090326553618273	3533-4932
Nadir Paula da Rosa	1786858	40h DE	Doutora	nadir.rosa@ifc.e	http://lattes.cnpq.br/	3533-4930



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

				du.br	1356445327870265	
Nazareno José Manoel Martins	1332534	40h DE	Mestre	nazareno.martins@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6553902045140088	3533-4922
***Nilton Manoel Lacerda Adão		40h	Doutor	nilton.adao@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1372847763857288	3533-4922
Pablo Andrés Reyes Meyer	2931801	40h DE	Mestre	pablo.meyer@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7143049274695027	3533-4907
*Patricia Bongiovani	3228983	40h	Especialista	patricia.bongiovani@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5449223086965036	3533-4932
**Rafael Antonio Zanin	1580117	40h DE	Mestre	rafael.zanin@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4115221244038225	3533-4900
Raffael Marcos Tófoli	3105280	40h DE	Doutor	raffaef.tofoli@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2977616930298676	3533-4945
Renan Corrêa Basoni	1408968	40h DE	Mestre	renan.basoni@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8522209375364790	3533-4929
Renan Hackbarth	2305706	40h DE	Mestre	renan.hackbarth@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5086509352004179	3533-4907
Ricardo de Araújo	2064295	40h DE	Doutor	ricardo.araujo@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1847808263408638	3533-4930
Rosângela Aguiar Adam	1763038	40h DE	Mestre	rosangela.adam@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8176212724392967	3533-4910
Sandro Dan Tatagiba	1336363	40h DE	Doutor	sandro.tatagiba@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5192395038620890	3533-4930
Sergio Fernando Maciel Corrêa	1886908	40h DE	Doutor	sergio.correa@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8396873560896914	3533-4919
**Solange Francieli Vieira	1837371	40h DE	Mestre	solange.vieira@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5217331778997562	3533-4900
*Taiana Veiga Dias Rodrigues	3289480	40h	Mestre	taiana.rodrigues@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/159208491911555	3533-4932
**Tiago Lopes Gonçalves	1905449	40h DE	Mestre	tiago.goncalves@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1569295118515095	3533-4900
Valdinei Marcolla	1491378	40h DE	Doutor	valdinei.marcolla@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2447741255744332	3533-4922
Wagner Carlos Mariani	2102438	40h DE	Mestre	wagner.mariani@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0487931492091724	3533-4910
Wanderson Rigo	1991199	40h DE	Mestre	wanderson.rigo@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8586660833611210	3533-4910

* Docentes substitutos

** Docentes em afastamento ou licença

*** Carga horária dividida com Fraiburgo

10.2 COORDENAÇÃO DE CURSO

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC, em relação ao coordenador de



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

curso:

Art. 80 A Coordenação de Cursos de Graduação é a instância responsável, junto com o Núcleo Docente Estruturante (NDE), por gerir o curso e deve ser ocupada por docente escolhido pelo colegiado e demais docentes que atuam no curso no ano do processo de escolha, por um período de 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido para mais um mandato consecutivo.

§ 1º Para os cursos de graduação e de nível médio podem se candidatar a coordenação somente docentes efetivos do quadro permanente que atuam no curso e que sejam, preferencialmente, da área do curso;

§ 2º O coordenador de curso pode indicar docente efetivo do quadro permanente que atuam no curso a coordenador adjunto, que auxiliará nas demandas da coordenação e assumirá, no caso de ausência ou impedimentos legais do coordenador do curso, as atribuições de coordenação como coordenador substituto.

§ 3º Caso haja necessidade de alteração da Coordenação de Curso antes do término de mandato, deve haver nova escolha, com novo período de mandato conforme consta no *caput* deste artigo.

§ 4º Caso não haja candidatos aptos e interessados para o cargo de Coordenação do Curso, cabe ao colegiado indicar o coordenador.

Art. 83 São atribuições da Coordenação de Curso:

I - cumprir e fazer cumprir as decisões e normas estabelecidas pelas instâncias superiores e demais órgãos, em articulação com NDE e/ou colegiado;

II - conduzir e supervisionar a atualização pedagógica do curso e acompanhar a realização das atividades acadêmicas previstas no PPC;

III - incentivar a articulação entre ensino, extensão, pesquisa e inovação e fomentar a realização de eventos científicos, culturais e esportivos no âmbito do curso;

IV - subsidiar a gestão do *campus* no diagnóstico das necessidades do curso atreladas a pessoal e infraestrutura, articulando também com os setores competentes a manutenção e atualização dos espaços, equipamentos e materiais, visando o processo de ensino e aprendizagem;

V - contribuir para a construção e consolidação de políticas, diretrizes e mecanismos gerenciais que tenham relação com o curso;

V - apoiar e auxiliar a execução das políticas e programas de permanência e êxito, inclusão e diversidade e acompanhamento de egressos;

VI - acompanhar, participar e prestar informações nos processos de avaliação institucional e de curso, assim como articular o desenvolvimento de ações a partir dos indicadores nos processos avaliativos;

VII - recepcionar, informar e acompanhar os estudantes no desenvolvimento do curso;

VIII - executar as atividades demandadas no sistema acadêmico relativas à Coordenação de Curso;

IX - acompanhar a elaboração do quadro de horários de aula do curso, em conjunto com a Coordenação Geral de Ensino (CGE) ou equivalente, observando o PPC e o Calendário Acadêmico;

X - analisar e emitir parecer dos requerimentos relacionados ao curso, e quando necessário consultar NDE e/ou Colegiado;

XI - convocar, presidir e documentar as reuniões do Colegiado de Curso e/ou NDE;

XII - analisar e homologar, em conjunto com o NDE e/ou colegiado, os Planos de Ensino de acordo com calendário acadêmico;

XIII - analisar e acompanhar a consolidação dos diários de turma ao final de cada período letivo;

XIV - analisar e validar as atividades curriculares complementares, diversificadas, estágio e



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

trabalho de conclusão de curso, quando for o caso;
XV - inscrever e orientar os estudantes quanto aos exames de desempenho aplicados ao curso.

10.3 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC:

Art. 84 O NDE (graduação) é um órgão propositivo, com responsabilidades acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC.

§ 2º São realizadas reuniões ordinárias do NDE mensalmente, conforme previsão no calendário acadêmico.

§ 3º As reuniões do NDE devem contar com presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros e só podem decidir pauta após votação da maioria simples dos presentes.

§ 4º As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros.

§ 5º Todas as reuniões de NDE devem ser registradas em ata, assinada por todos os participantes da reunião e arquivadas na Coordenação de Curso.

§ 6º O NDE pode demandar assessoria do NuPe.

Art. 85 A constituição do NDE deve atender, no mínimo:

I - Coordenador do Curso, como presidente;

II - 5 (cinco) docentes efetivos, no mínimo, pertencentes ao corpo docente do curso;

§ 1º O NDE deve ter no mínimo 60% (sessenta por cento) de seus membros em regime de trabalho em dedicação exclusiva.

§ 2º Para o caso do NDE, levando em conta as avaliações institucionais organizadas pelo INEP, o núcleo deve ter pelo menos 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de Pós-graduação *stricto sensu*.

§ 3º Os *campi* têm autonomia para definir estratégias de escolha dos integrantes do NDE e NDB, devendo garantir permanência por no mínimo 2 (dois) anos e estratégias de renovação parcial dos integrantes.

§ 4º A constituição do NDE e NDB é formalizada mediante portaria específica emanada do Diretor Geral do *campus*, que explicitará o nome dos integrantes e vigência de mandato.

§ 5º Perde o direito de representação o membro que não comparecer, sem justificativa legal, a três reuniões ordinárias consecutivas ou 5 reuniões ordinárias alternadas.

Art. 86 São atribuições do NDE:

I - elaborar, implantar, supervisionar, consolidar e propor alterações atualizações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em consonância com a legislação educacional pertinente ao curso, PDI e PPI;

II - contribuir para a consolidação do perfil do egresso do curso;

III - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes na matriz curricular;

IV - propor formas de incentivo às ações relativas ao aperfeiçoamento, desenvolvimento e integração do ensino, pesquisa e extensão, oriundas de necessidades do curso, de exigências do mundo do trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

V - analisar e emitir parecer dos Planos de Ensino, considerando se estão em consonância com o PPC;

VI - acompanhar o processo didático-pedagógico, analisando os resultados de ensino e aprendizagem observando o PPC;



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

VII - estudar e apontar causas determinantes do baixo rendimento escolar e evasão de estudantes e propor ações com vistas à permanência e êxito;

VIII - acompanhar, junto à Coordenação do Curso e CPA/CLA, os processos de avaliação externa e interna e propor ações que garantam um nível de avaliação adequado ao Ministério da Educação (MEC) e IFC.

IX - preparar e executar ações de autoavaliação do curso aplicando os resultados na melhoria do curso.

X - incentivar e acompanhar a produção de material científico ou didático para publicação;

XI - Analisar e emitir parecer dos requerimentos recebidos dos estudantes e da CRACI, quando demandado pela Coordenação de Curso.

Art. 87 Compete ao Presidente do NDE:

I - convocar os membros;

II - presidir e garantir o registro das reuniões;

III - representar ou indicar representante, junto ao Colegiado de Curso;

IV - encaminhar as matérias apreciadas às instâncias de competência do curso;

V - coordenar a integração do NDE ou NDB aos demais órgãos da instituição.

10.4 COLEGIADO DE CURSO

De acordo com a Resolução 010/2021 do Consuper/IFC:

Art. 88 O Colegiado de Curso é um órgão deliberativo, técnico-consultivo e de assessoramento presente nos cursos superiores, no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso nos limites estabelecidos pelos órgãos superiores do IFC.

§ 2º São realizadas reuniões ordinárias do colegiado, mensalmente, conforme previsão em calendário acadêmico.

§ 3º As reuniões do colegiado devem contar com presença de 50% (cinquenta por cento) mais um de seus membros e só podem decidir pauta após votação da maioria simples dos presentes.

§ 4º As reuniões extraordinárias são convocadas pelo presidente, ou por um terço de seus membros.

§ 5º Todas as reuniões de Colegiado devem ser registradas em ata, assinada por todos participantes da reunião e arquivadas na Coordenação de Curso.

Art. 89 A composição do Colegiado dar-se-á da seguinte forma:

I - Coordenador de Curso, que presidirá o Colegiado;

II - um representante do Núcleo Docente Estruturante (NDE), além do coordenador de curso;

III - 70% (setenta por cento) da composição total do colegiado deve ser composta por docentes que atuam no curso, garantindo no mínimo 30% (trinta por cento) do corpo docente efetivo;

IV - no mínimo um técnico administrativo em educação, preferencialmente da área pedagógica ou membro do Núcleo Pedagógico (NuPe);

V - no mínimo um representante discente, escolhido por seus pares;

§ 1º Os *campi* têm autonomia para definir as estratégias de escolha dos integrantes do Colegiado, entre os pares, podendo haver renovação a qualquer tempo.

§ 2º A constituição do colegiado do curso é formalizada mediante portaria específica expedida pelo Diretor Geral do *campus*, explicitando o nome dos integrantes e vigência de mandato.

§ 3º Perde o direito de representação o membro que não comparecer, sem justificativa legal,



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

a três reuniões ordinárias consecutivas ou 5 reuniões ordinárias alternadas.

Art. 90 Competências do Colegiado de Curso:

- I - analisar, aprovar, acompanhar e avaliar o PPC e suas alterações, em consonância com a legislação educacional pertinente ao curso, PDI e PPI, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;
- II - acompanhar, analisar e deliberar sobre atividades acadêmicas relativas ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso;
- III - aprovar orientações e normas para as atividades didático-pedagógicas não previstas no PPC, propostas pelo NDE do curso, encaminhando-as para aprovação dos órgãos superiores;
- IV - emitir parecer sobre assuntos de natureza técnica e administrativa, no âmbito do curso;
- V - deliberar sobre processos relativos ao corpo discente, respeitadas as decisões de Conselho de Classe, quando for o caso;
- VI - proporcionar articulação entre a Direção-geral, docentes e as diversas unidades do campus que participam da operacionalização do processo de ensino e aprendizagem;
- VII - analisar e emitir parecer dos requerimentos recebidos dos estudantes e da CRACI, junto com a Coordenação de Curso.
- VIII - homologar os planos de ensino analisados pelo NDE;
- IX - exercer outras atribuições previstas em lei e fazer cumprir esta OD, propondo alterações, quando necessárias, para instâncias superiores;

Art. 91 Compete ao Presidente do Colegiado:

- I - dar posse aos membros do Colegiado;
- II - convocar e presidir as reuniões;
- III - votar, e em caso de empate, dar o voto de qualidade;
- IV - designar o responsável pela secretaria do Colegiado, garantindo o registro das reuniões;
- V - designar relator ou comissão para estudo de matéria do Colegiado;
- VI - submeter à apreciação e à aprovação do Colegiado a ata da reunião anterior;
- VII - encaminhar as decisões do Colegiado ao órgão ou setor competente;
- VIII - apresentar a pauta, o número dos membros presentes e o término dos trabalhos;
- IX - conceder a palavra aos membros do Colegiado e delimitar o tempo de seu uso;
- X - decidir as questões de ordem;
- XI - submeter à discussão e, definidos os critérios, a votação das matérias em pauta e anunciar o resultado da votação;
- XII - comunicar as justificativas de ausências apresentadas pelos membros do colegiado;
- XIII - representar o Colegiado, ou indicar representante, junto aos demais órgãos do IFC.

10.5 DESCRIÇÃO DO CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DISPONÍVEL

Nome	SIAPE	Cargo	Titulação	E-mail
Ana Claudia Cagnin	2187120	Assistente em administração	Especialista	ana.cagnin@ifc.edu.br
Ana Claudia dos Santos	2134445	Auxiliar de biblioteca	Ensino médio	ana.santos@ifc.edu.br
Anderson Correa Gonçalves	2165614	Técnico em Agropecuária	Especialista	anderson.goncalves@ifc.edu.br
Angela Maria Crotti da Rosa	1879497	Assistente em administração	Especialista	angela.rosa@ifc.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Antoninho Baldissera	2257077	Pedagogo/ Orientador Educacional	Especialista	antoninho.baldissera@ifc.edu.br
Bruno José Dani Rinaldi	2245262	Técnico em Laboratório/Áre a:Química	Mestre	bruno.rinaldi@ifc.edu.br
Camila Zanette Zuanazzi	1891825	Assistente em administração	Graduado	camila.zuanazzi@ifc.edu.br
Carla Genoveva Santin Fernandes	1885902	Assistente em administração	Especialista	carla.fernandes@ifc.edu.br
Caroline Vian Spricigo	1755070	Assistente em administração	Especialista	caroline.spricigo@ifc.edu.br
Cassiana Schmidt	1794361	Assistente em administração	Especialista	cassiana.schmidt@ifc.edu.br
Daniel Manenti	1756017	Técnico em laboratório/Área : Automação Industrial	Especialista	daniel.manenti@ifc.edu.br
Danieli Vieceli	1836749	Psicóloga	Mestre	danieli.vieceli@ifc.edu.br
Deise Dallposso	2151327	Assistente de alunos	Graduado	deise.dallposso@ifc.edu.br
Denise Danielli Pagno	1786668	Técnica em assuntos educacionais	Mestre	denise.pagno@ifc.edu.br
Diego Alan Pereira	1756007	Técnico de Tecnologia da Informação	Especialista	diego.pereira@ifc.edu.br
Edwin Albert Muller	3007033	Técnico Audiovisual	Especialista	edwin.muller@ifc.edu.br
Eliana Silva da Silva	1194601	Assistente de alunos	Especialista	eliana.silva@ifc.edu.br
Everson Willian Batista	2163217	Técnico em Segurança do Trabalho	Especialista	everson.batista@ifc.edu.br
Felipe Ribas	1957942	Auxiliar em Administração	Especialista	felipe.ribas@ifc.edu.br
Gabriela Frizzo Patrício	1786498	Técnica em assuntos educacionais	Mestre	gabriela.patricio@ifc.edu.br
Giurge Vanz	1793666	Analista de tecnologia da informação	Mestre	giurge.vanz@ifc.edu.br
Giovana von Mecheln Lorenz	1827011	Assistente em administração	Graduado	giovana.mecheln@ifc.edu.br
Gislaine Julianotti Carlesso		Administradora	Mestre	gislaine.carlesso@ifc.edu.br
Glenio Gomes Nazareno	1766550	Técnico em Agropecuária	Mestre	glenio.nazareno@ifc.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Grasiele Reisdorfer	1322847	Auxiliar de biblioteca	Especialista	grasiele.reisdorfer@ifc.edu.br
Grazieli Ferreira da Rosa Silveira		Enfermeira	Mestre	grazieli.rosa@ifc.edu.br
Josiane Bonetti	1837180	Assistente em administração	Especialista	josiane.bonetti@ifc.edu.br
Juciara Ramos Cordeiro	1884350	Assistente Social	Mestre	juciara.cordeiro@ifc.edu.br
Juliana Carla Bauerle Motta	1632374	Jornalista	Mestre	juliana.motta@ifc.edu.br
Liliane Josefa Orso Pinheiro	1757291	Contadora	Mestre	liliane.pinheiro@ifc.edu.br
Lizete Camara Hubler	1843096	Técnica em assuntos educacionais	Mestre	lizete.hubler@ifc.edu.br
Loriane Vicelli	1894395	Técnica em assuntos educacionais	Especialista	loriane.vicelli@ifc.edu.br
Luana de Araujo Huff	2866793	Assistente em administração	Doutora	luana.huff@ifc.edu.br
Marcelo Diel	1510197	Técnico em Agropecuária	Mestre	marcelo.diel@ifc.edu.br
Maria José de Castro Bomfim	2124283	Programador Visual	Especialista	maria.bomfim@ifc.edu.br
Marion Schmidt	1754778	Assistente administrativo	Especialista	marion.schmidt@ifc.edu.br
Matheus Bisso Sampaio	2135428	Analista de tecnologia da informação	Especialista	matheus.sampaio@ifc.edu.br
Monica Aparecida Schramm da Silva		Assistente administrativo	Especialista	monica.silva@ifc.edu.br
Nelson Magalhães de Oliveira	1943338	Bibliotecário/ Documentalista	Especialista	nelson.oliveira@ifc.edu.br
Patrícia Frizzo Zientarski	1899637	Assistente em administração	Mestre	patricia.frizzo@ifc.edu.br
Paulo Bruschi	1822165	Auditor	Especialista	paulo.bruschi@ifc.edu.br
Rafaela Agostini	1826960	Auxiliar de biblioteca	Especialista	rafaela.agostini@ifc.edu.br
Ricardo Kohler	2010112	Técnico de Tecnologia da Informação	Mestre	ricardo.kohler@ifc.edu.br
Rodrigo Zuffo	1827025	Assistente em administração	Mestre	rodrigo.zuffo@ifc.edu.br
Rosana de Oliveira	1893686	Técnica em assuntos educacionais	Especialista	rosana.oliveira@ifc.edu.br
Rosane Goularte	1786713	Técnica em	Mestre	rosane.goularte@ifc.edu.br



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

		assuntos educacionais		du.br
Rosicler Zancanaro Bernardi	2152446	Técnica em assuntos educacionais	Especialista	rosicler.bernardi@ifc.edu.br
Samantha Vanin Felchilcher	1754415	Auxiliar de biblioteca	Especialista	samantha.felchilcher@ifc.edu.br
Sandra Cristina Martini Rostirola	1888739	Técnica em assuntos educacionais	Mestre	sandra.rostirola@ifc.edu.br
Silvia Marina Rigo	1904894	Auxiliar em Administração	Mestre	silvia.rigo@ifc.edu.br
Soraia Correa Mercante	1962242	Nutricionista	Mestre	soraia.mercante@ifc.edu.br
Tatiana Zuffo de Castilha	2227554	Assistente de alunos	Especialista	tatiana.castilha@ifc.edu.br
Tatiele Bolson Moro	1053332	Técnico de Tecnologia da Informação	Doutora	tatiele.moro@ifc.edu.br
Thales Fellipe Guill	1754685	Assistente em administração	Mestre	thales.guill@ifc.edu.br
Tiago Heineck	1890760	Técnico de Tecnologia da Informação	Mestre	tiago.heineck@ifc.edu.br
Tiago Possato	1901173	Técnico em Laboratório/Área: Eletroeletrônica	Graduado	tiago.possato@ifc.edu.br
Vanessa Bettoni	1786718	Assistente em administração	Mestre	vanessa.bettoni@ifc.edu.br

10.6 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS EM EDUCAÇÃO

Os recursos humanos constituem a maior riqueza de uma instituição. Promover o desenvolvimento pessoal e profissional do quadro de servidores é condição fundamental para o desenvolvimento do IFC, que tem como missão proporcionar educação profissional comprometida com a formação cidadã, a inclusão social e o desenvolvimento regional. Contudo, desenvolver os recursos humanos do Instituto envolve não apenas ações de capacitação, mas também a articulação de um conjunto de tarefas básicas, tais como descrição de funções, dimensionamento e avaliação de desempenho, de maneira a constituir um sistema integrado de gestão de pessoas. Isso possibilitará



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

que o desenvolvimento do servidor seja, cada vez mais, uma ferramenta útil ao desenvolvimento institucional.

A criação de um sistema integrado de gestão de pessoas é o objetivo institucional 21 do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2014-2018: Implantar um sistema de gestão. Além desse objetivo geral, outros mais específicos relacionados igualmente ao sistema de gestão de pessoas parecem na lista dos 38 objetivos do IFC, entre eles:

- 10. Criar um sistema de acompanhamento dos egressos;
- 22. Definir a estrutura organizacional da instituição com padronização mínima;
- 36. Fazer mapeamento de competências, de cargos e funções;
- 37. Criar um programa de formação continuada para gestores na modalidade presencial e/ou distância;
- 38. Promover a educação a distância para a qualificação interna dos servidores técnico-administrativos, servidores docentes e gestores;

Tais diretrizes criam um horizonte para, a partir do que é feito hoje, elaborar um programa de desenvolvimento dos servidores que potencialize efetivamente o trabalho da instituição.

Todos esses objetivos indicam a importância que o IFC já reconhece da necessidade de implantação de um sistema de gestão de pessoas que realize desde o mapeamento das competências relacionadas aos cargos e ações de capacitação até a avaliação dessas ações por meio, dentre outras formas, da avaliação de desempenho e do acompanhamento dos alunos egressos do IFC. Essas e outras ações integradas em um sistema de gestão de pessoas possibilitarão ainda administrar o dimensionamento da quantidade de servidores (técnico- administrativos, docentes e gestores) e a própria infraestrutura de ambientes e equipamentos necessária para possibilitar que esses servidores desenvolvam da melhor forma possível as funções inerentes a seus cargos. Em acréscimo, garantir a realização de um sistema integrado de gestão por competências está em conformidade com a legislação nacional sobre o tema (Art. 5º, Decreto nº 5.707 de 2006).

Atualmente o plano de capacitação dos servidores parte desse plano mais amplo de



desenvolvimento e oferta as seguintes Ações e Programas:

- Afastamento integral para pós-graduação *Stricto Sensu* (art. 96-A da Lei nº 8.112/90 e art. 16 da Resolução nº 009-CONSUPER/2013)
- Horário especial para servidor estudante (art. 98 da lei nº 8.112/90 e art. 5º da resolução nº 009-CONSUPER/2013)
- Licença para capacitação (art. 87 da lei nº 8.112/90, art. 10 do decreto nº 5.707/2006 e art. 52 da resolução nº 009-CONSUPER/2013)
- Ações para aperfeiçoamento (curta duração) (decreto nº 5.707/2006 e art. 40 da resolução nº 009-CONSUPER/2013)
- Programa institucional de qualificação de servidores – PIQIFC (resolução nº 031-CONSUPER/2013)
- Mestrados e doutorados interinstitucionais (resolução nº 008- CONSUPER/2013)
- Programa de bolsa de incentivo à qualificação dos servidores do Instituto Federal Catarinense – PROBIQ/IFC (resolução 049/2014)
- Programa de formação doutoral docente – PRODOUTORAL. (Portaria 140/CAPES de 02 de outubro de 2013)

11 DESCRIÇÃO DA INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

11.1 BIBLIOTECA

Uma biblioteca com área de 630 m² com acervo integrado com as demais bibliotecas do *Campi* do IFC. Ressalta-se, que as bibliografias previstas para este curso não encontra-se disponível em sua totalidade na biblioteca do *Campus*. Porém, há recurso disponibilizado pela direção para aquisição das mesmas.

11.2 ÁREAS DE ENSINO E LABORATÓRIOS

O Instituto Federal Catarinense, *Campus* Videira, conta com uma moderna estrutura adequada



para a execução do curso de Agronomia, descritas a seguir:

11.2.1 Bloco pedagógico

- Recepção;
- Oito gabinetes para professores;
- Sala de assessoria da coordenação geral de ensino;
- Sala da coordenação geral de ensino;
- Duas salas de reuniões;
- Sala de convivência;
- Três banheiros;
- Salas das coordenações de cursos.

11.2.2 Bloco administrativo

- Recepção;
- Sala da direção;
- Sala da direção do departamento de educação;
- Coordenação especial de comunicação;
- Departamento de recursos humanos;
- Departamentos de infraestrutura e transporte;
- Departamento de administração e finanças;
- Departamento de compras e contratos;
- Sala de reuniões e videoconferência;
- Setor de tecnologia da informação.

11.2.3 Bloco de sala de aulas

- Laboratório de Segurança do Trabalho;
- Brinquedoteca – Curso de Pedagogia;



- Laboratório de Hardware;
- Serviço Integrado de Suporte de Acompanhamento Educacional - SISAE;
- Atendimento Educacional Especializado (AEE)
- Mini auditório;
- Sala de reuniões;
- Setor de extensão;
- Setor de pesquisa;
- Copa;
- Reprografia;
- Dez banheiros com acessibilidade;
- Um elevador;
- Área de convivência;
- 20 salas de aula, todas com ar-condicionado, lousa e data-show.

11.2.4 Campo experimental

- Área cultivada com frutíferas;
- Área cultivada com forrageiras;
- Horta;
- Culturas anuais;
- Área destinada às práticas de paisagismo e jardinagem;
- Mata nativa para realização de práticas de Silvicultura;
- Nascente protegida com sistema caxambú e
- Sistema de irrigação por aspersão.

11.2.5 Galpão de máquinas, equipamentos e ferramentas

- Trator;
- Grade niveladora;
- Arado;



- Batedora;
- Carreta;
- Subsolador;
- Enxada rotativa;
- Plataforma e
- Ferramentas de uso manual (pá, enxada, matraca, rastelo).

11.2.6 Estufas agrícolas

- Duas estufas destinadas à produção de mudas, com área de 240 m² cada (8 m x 30 m), com sistema de irrigação por micro aspersão automatizado.

11.2.7 Demais infraestruturas

- Biblioteca (630 m²)
- Auditório (520 m²)
- Ginásio poliesportivo (1.592,50 m²)
- Refeitório (506,87 m², divididos em cozinhas, carga e descarga de alimentos e resíduos e praça de alimentação);
- Cantina (298,84 m²);
- Lago com aproximadamente 9000 m² de espelho d’água.

11.2.8 Infraestrutura específica para o curso

- Oito salas de professores para permanência integral dos docentes;
- Sala da coordenação do curso;
- Sala coletiva de convivência para professores;
- Cinco salas disponíveis para o curso;
- Laboratórios de informática e rede wifi disponível aos alunos.



11.2.9 Laboratórios

- Os laboratórios são de uso geral do *Campus*, porém suficientes para atenderem as demandas internas.

11.2.10 Laboratório didático de formação básica

- Laboratório de Física;
- Laboratório de pedagogia;
- Laboratório de práticas de ensino de matemática.

11.2.11 Laboratórios didáticos de formação específica

Segundo os referenciais curriculares nacionais para os cursos de Bacharelado e Licenciatura (2010), o curso de Agronomia recomenda laboratórios de: solo e nutrição de plantas, biologia e microbiologia, genética, melhoramento e biologia molecular, sementes, micropropagação, cultura de tecidos, fitopatologia, entomologia, qualidade e segurança de alimentos, fisiologia vegetal, nutrição animal, produtos florestais, topografia, irrigação e drenagem, construções rurais, extensão rural, desenvolvimento agrário e organização rural, informática com programas especializados. Equipamentos máquinas, e implementos agrícolas. Equipamentos e aparelhos de climatologia e agrometeorologia. Sistema de produção vegetal e animal, campo experimental e biblioteca com acervo específico e atualizado.

O Instituto Federal Catarinense *Campus* Videira, dispõe de Laboratórios com estruturas para a realização de atividades condizentes às realizadas nos laboratórios recomendados pelas referências curriculares Nacionais, apresentados a seguir:

Laboratório do IFC Videira	Recomendações recomendados pelas referências curriculares nacionais
Laboratório de Solo	Solos e nutrição de plantas
Laboratório de Microscopia, Laboratório de Química e Laboratório de Bromatologia.	Biologia e microbiologia, genética, melhoramento e biologia molecular, sementes, micropropagação, cultura de tecidos fitopatologia, fisiologia vegetal, nutrição animal, Qualidade e segurança de alimentos, Entomologia.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Galpão de máquinas e depósito de máquinas	Equipamentos máquinas e implementos agrícolas.
Laboratório de Agroindústria	Qualidade e segurança de alimentos
Laboratórios de informática	Informática com programas especializados.
Estação climática	Equipamentos e aparelhos de climatologia e agrometeorologia, irrigação e drenagem
Sala de equipamentos de Topografia e material de construções rurais	Topografia e construções rurais
Área cultivada com hortaliças, frutíferas, forrageiras, culturas anuais e silvícolas.	Sistema de produção vegetal, Produtos florestais,
Parcerias com produtores da região	Sistema de produção animal
Parcerias com produtores da região	Extensão rural, desenvolvimento agrário e organização rural, campo experimental

Microscopia

Item	Descrição	Quantidade
1	Centrífuga, de bancada, 12 tubos, tacômetro.	01
2	Conjunto de 100 lâminas biológicas.	04
3	Microscópio, biológico, binocular.	10
4	Microscópio, estereoscópio, binocular.	06
5	Microscópio, óptico, trinocular, zoom 40 x A.	01
6	Modelo anatômico do desenvolvimento.	01
7	Modelo anatômico, coração.	01
8	Modelo, anatômico, célula, vegetal.	01
9	Modelo, anatômico, divisão celular, meiose.	02
10	Modelo, anatômico, encéfalo, 05 peças.	01
11	Modelo, anatômico, esqueleto, padrão, 170 cm.	01
12	Modelo, anatômico, molecular, DNA, dupla.	01
13	Modelo, anatômico, olho, humano.	01
14	Modelo, anatômico, pele em bloco, 70 vezes.	01
15	Modelo, anatômico, pélvis, com gravidez.	01
16	Modelo, anatômico, sistema digestivo.	02
17	Modelo, anatômico, torso bissexual, 24 partes.	01
18	Ar-condicionado, Split 60.000 BTUS, quente, frio.	01
19	Estabilizador de voltagem 600VA.	01
20	Televisor 37 a 42 polegadas.	01
21	Microcomputador, desktop para laboratório.	01
22	Monitor, LCD, VGA, 15 a 17 polegadas, bivolt.	01
23	Armário, alto, laminado melamínico, 04 portas.	02
24	Arquivo de aço, 04 gavetas, para pasta suspensa.	01
25	Balcão laminado melamínico, com tampo.	01
26	Cadeira, fixa, estrutura de aço.	12
27	Cadeira fixa, interlocutor, sem apoia braço.	07
28	Mesa com gavetas.	01
29	Mesa em MDF.	10
30	Quadro branco.	01



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

Química

Item	Descrição	Quantidade
1	Balança analítica, sensibilidade de 0,001 gramas.	01
2	Balança eletrônica de precisão.	02
3	Espectrofotômetro, microprocessador.	01
4	Medidor de pH.	02
5	pHmetro de bancada.	01
6	Refratômetro manual.	01
7	Turbidímetro digital.	01
8	Agitador magnético, 02 litros.	01
9	Agitador magnético com aquecimento.	05
10	Banho maria, termostático.	05
11	Capela, exaustão de gases.	01
12	Centrífuga de bancada, 12 tubos, tacômetro	01
13	Chapa aquecedora, em aço inox, 220v.	02
14	Chapa aquecedora em pirocerâmica 220 v.	02
15	Cuba de ultrassom, banho seco.	01
16	Câmara escura de conservação para análise.	01
17	Câmara asséptica, cabine plástico PVC, visor.	01
18	Estufa de esterilização e secagem, 0-300° C.	01
19	Evaporador rotativo a vácuo, 50 ° a 120° C.	01
20	Ponto de fusão, a seco, painel digital.	01
21	Ar-condicionado, Split 60.000BTUS, quente e frio.	01
22	Forno de micro-ondas, 20 a 22 litros.	01
23	Refrigerador.	01
24	Capela, exaustão de gases.	01
25	Armário alto, laminado melamínico, 02 portas.	02
26	Banqueta fixa, estrutura aço com assento.	20
27	Cadeira, fixa, estrutura aço com assento.	02
28	Mesa com gavetas.	01
29	Quadro branco.	01

Bromatologia

Item	Descrição	Quantidade
1	Balança eletrônica de precisão.	01
2	Aparelho digestor e destilador de Kjeldahl	01
3	Autoclave digital, 12 litros, câmara.	01
4	Centrífuga de bancada, 12 tubos, tacômetro.	01
5	Contador de colônias, eletrônico, Plug 02.	01
6	Câmara, germinação fotoperíodo, 30 litros.	01
7	Descongelador sêmen de bovino	01
8	Dessecador, vidro, tampa de vidro.	01
9	Estufa, esterilização e secagem, 0-300° C.	01
10	Forno, mufla, elétrico de laboratório.	01
11	Mesa de necropsia, aço inox, com balde.	01
12	Microscópio, estereoscópio, binocular.	01
13	Ar-condicionado Split, 18.000 a 21.000 BTUS.	02
14	Ar- condicionado Split, 60.000 BTUS quente e frio.	01
15	Botijão de criogênico, alumínio, cap. 20,5 litros.	01



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

16	Fogão de mesa de vidro de 04 a 06 bocas.	01
17	Forno de micro-ondas de 20 a 22 litros.	01
18	Refrigerador.	01
19	Centrifuga de mel, inox, 32 quadros, 220 volts.	01
20	Estabilizador de voltagem 600VA, com 4 amp.	01
21	Alicate para enxertia lateral.	01
22	Capela de fluxo laminar, horizontal.	02
23	Conjunto, motobomba, potência 1,0 a 2,0 CV.	01
24	Balcão laminado melamínico, com tampo.	03
25	Banqueta fixa, estrutura aço com assento.	18
26	Mesa com gavetas.	01
27	Quadro branco.	01

Laboratório de Agroindústria

Item	Descrição	Quantidade
1	Mesa estilo bancada com 8 acentos cada	02
2	Fogão industrial	01
3	Forno	01
4	Geladeira	01
5	Pia	01
6	Microondas	01
7	Liquidificador industrial	01
8	Utensílios de cozinha (pratos, copos e talheres)	01

Água e solo

Item	Descrição	Quantidade
1	Anemômetro digital	01
2	Balança eletrônica, computador, 30 kg.	02
3	Data logger, temperatura e umidade.	04
4	Densímetro de bulbo, sedimentação de solos.	02
5	Detector de gás, 04 gases, digital, portátil.	01
6	Medidor de PH e umidade do solo.	01
7	Medidor de clorofila	01
8	Medidor de PH.	01
9	Medidor eletrônico de umidade do solo.	06
10	Oxímetro, medidor de oxigênio.	01
11	Paquímetro, digital, 150 a 200 mm.	01
12	Penetrômetro analógico.	01
13	pHmetro digital portátil.	01
14	Agitador magnético, 02 litros.	02
15	Agitador mecânico de peneiras.	01
16	Câmara, germinação, fotoperíodo, 30 litros.	01
17	Deionizador básico, coluna em PVC.	01
18	Destilador de água, tipo pilson, aço inox.	01
19	Determinador de fibra, 3000 ml, gabinete de aço.	01
20	Estufa de esterilização e secagem, 0-300° C.	01
21	Forno mufla, elétrico de laboratório.	01
22	Mesa agitadora, 25 garras para frascos.	01



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

23	Mesa, necropsia, aço inox, com balde.	01
24	Termômetro digital portátil.	02
25	Ar condicionado Split, 60.000 BTUS quente e frio.	01
26	Forno elétrico 45 a 50 litros, autolimpante.	01
27	Conjuntos de peneiras, granulométricas, 4,5,6,7,18.	02
28	Moinho de laboratório, motor indução 1 CV.	01
29	Peneira granulométrica, aço inox.	06
30	Quarteador de homogeneização de amostras.	01
31	Trado, perfurador de solo, manual tipo rosca.	02
32	Trado, perfurador de solo, tipo holandês.	01
33	Trado operador de solo, tipo sonda.	01
34	Arquivo, aço 04 gavetas, para pasta suspensa.	01
35	Balcão laminado melamínico, com tampo	04
36	Banqueta fixa, estrutura de aço com assento.	23
37	Mesa com gavetas.	01
40	Quadro branco.	01

Galpão de máquinas e depósito de máquinas

Item	Descrição	Quantidade
1	Motobomba esguicho mangueira	1
2	Barco de alumínio com 4m comprimento e borda alta	1
3	Parafusadeira elétrica	1
4	Arado reversível de 03 discos de 26 polegadas,	1
5	Subsolador	1
6	Carreta de 02 pneus capacidade 03 toneladas	1
7	Desintegrador, picador e moedor	1
8	Enxada rotativa encanteirador	1
9	Estufa agrícola climatizada	2
10	Grade niveladora	1
11	Plataforma traseira para trator	1
12	Roçadeira costal	1
13	Tanque rede para engorda de peixes	3
14	Trator tração 4x4, motor diesel	1
15	Carrinho de mão	15
16	Carro de mão de 50 a 60 kg	7
17	Pluviômetro	1
18	Moinho para cal, solo e ração,	1
19	Tanque classe A em aço inox	1
20	Escada de alumínio, 05 degraus	1
21	Switch de rede gerenciável	1
22	Motoesmeril	1
23	Conjunto motobomba potência 1,0 a 2,0 cv	5
24	Fumigador	1
25	Pulverizador costal, manual de 20 litros	3
26	Roçadeira costal	1
27	Armário de aço com duas portas	6
28	Balcão duas portas	1



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Outros materiais e equipamentos

Item	Descrição	Quantidade
1	Amostrador para coleta físicas solo	2
2	Trado de rosca	2
3	Trado holandês	1
4	Teodolito	6
5	GPS de navegação	4
6	Estação total	2
7	Nível óptico	4
8	Hipsômetro de hanglof	1
9	Mesa de irrigação hidropônica	1
10	Sensores de umidade do solo	3
11	Enfardadeira manual	1
12	Câmara de fluxo laminar	2
13	Câmara de crescimento com temperatura e fotoperíodo controlado - BOD	2
14	Estufa de secagem	3
15	Mufla	1
16	Vidrarias em geral (pipeta, bureta, becker, erlenmeyer, placa de petri, vidro de relógio).	NC
17	Fogão industrial	1
18	Centrifuga extratora de mel	1
19	Mesa de inox para aulas de anatomia	2
20	Freezer	1
21	EPI's – (Botas, jalecos, luvas e máscaras)	NC
22	Módulo de mecanização agrícola (Sistema Hidráulico)	1
23	Módulos didáticos de solo	NC
24	Módulo didático de produção animal (Setor de Agrostologia)	1
25	Reagentes químicos	NC
26	Reguladores de crescimento vegetal	NC
27	pHmetro	3
28	Capela de exaustão	1
29	Balança digital	4
30	Kit para análise de solo em campo	10
31	Botijão de nitrogênio líquido	1
34	Pulverizador costal	3
35	Composteira	1



11.2.12 Infraestrutura a ser implementada

Os laboratórios existentes são suficientes para a realização de aulas com conteúdos relacionados à orientação os referenciais curriculares nacionais para os cursos de Bacharelado e Licenciatura. Porém, para melhoria, é necessário a aquisição de equipamentos, em especial na área de genética e melhoramento, micropropagação e cultura de tecidos, tais como; BOD, câmara de fluxo, Exaustor, Sala para crescimento.

O *Campus* não possui instalações didáticas na área de produção animal. No entanto, há parcerias com produtores rurais da região e instituições de pesquisas para a realização de aulas, o que garante a qualidade do ensino.

11.3 ÁREAS DE ESPORTE E CONVIVÊNCIA

- Ginásio poliesportivo (1.592,50 m²);
- Quadra de areia;
- Refeitório (506,87 m², divididos em cozinhas, carga e descarga de alimentos e resíduos e praça de alimentação);
- Cantina (298,84 m²);
- Biblioteca (630 m²);
- Lago com aproximadamente 9000 m² de espelho d’água.

11.4 SETORES DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

11.4.1 Atendimento de ensino

Os professores oferecem o atendimento extraclasse para que os estudantes possam tirar dúvidas e revisar os conteúdos, além do oferecimento do trabalho de monitoria. De acordo com o Regimento Didático Pedagógico, a monitoria é a atividade relacionada ao ensino que visa proporcionar auxílio à atuação dos docentes em tarefas ligadas com o processo de aprendizagem,



podendo despertar no monitor o interesse pela docênciа.

11.4.2 Atendimento de apoio pedagógico

O IFC *Campus Videira* conta com atendimento de apoio pedagógico que inclui as demandas no aspecto psicopedagógico, social e de saúde visando atender o estudante de maneira integral, levando em conta as diretrizes do PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil). Desse modo, a condição econômica que em muitas situações inviabilizaria o ingresso ou mesmo a permanência do estudante é amparada com o pagamento de valor mensal durante os meses letivos.

Além disso, questões de saúde, psíquicas e emocionais, fundamentais para o bem-estar do estudante e seu pleno desenvolvimento são atendidas de maneira a promover uma adaptação e contribuir para a conclusão com êxito do estudante inserido. O trabalho multidisciplinar, supervisionado pela Coordenação Geral de Ensino e Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, envolve o Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional (SISAE), orientação educacional e a equipe de AEE (Atendimento Educacional Especializado).

Assim, os estudantes são avaliados e acolhidos na sua individualidade e limitações recebendo atendimento diferenciado a partir das necessidades específicas. Estes profissionais estão envolvidos nas diferentes atividades ligadas ao ensino, desde o ingresso até a conclusão, o que possibilita o suporte e implementação de ações junto aos alunos visando o acesso e permanência com êxito acadêmico.

11.4.3 Serviço integrado de suporte e acompanhamento educacional (SISAE)

Integram o atendimento do SISAE no *Campus Videira*, os serviços de suporte e acompanhamento aos estudantes, que visam garantir o acesso, a permanência e o êxito acadêmico, na perspectiva da inclusão social, da formação cidadã, melhoria do desempenho escolar e qualidade de vida. Nessa perspectiva, o setor atua em diversas frentes, de modo multidisciplinar, garantindo o bem estar da comunidade acadêmica. É formado por uma equipe técnica multidisciplinar composta por: psicólogo escolar, orientador pedagógico, enfermeira, assistentes de alunos, técnica em assuntos educacionais, assistente social e nutricionista.



11.4.4 Atendimento educacional especializado (AEE)

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é o conjunto de atividades e recursos pedagógicos para a acessibilidade, organizados de forma complementar e/ou suplementar para a formação dos estudantes com necessidades específicas de acordo com o Decreto lei nº 7611/2011, Resolução nº083/Consuper, 2014 e Portaria Normativa nº 04, de 29 de Janeiro de 2018, IFC

O AEE visa garantir o pleno acesso e a participação dos estudantes com necessidades nas atividades pedagógicas, por meio do atendimento às demandas específicas, a ser realizado em articulação com as demais políticas públicas, quando necessário, conforme estabelece a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, o Decreto lei nº 6.949, de 25 de agosto de 2009 e o decreto nº 5296, de 2 de dezembro de 2004.

Dentre os principais objetivos está o apoio ao desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos permitindo a diminuição das barreiras existentes no processo de ensino e aprendizagem, além de promover condições para a continuidade dos estudos em todos os níveis e em todas as etapas e modalidades de ensino.

Para os estudantes no ensino superior será oferecido o atendimento do AEE, a garantia da terminalidade específica e a temporalidade diferenciada em consonância com a legislação vigente em nosso país.

11.5 ACESSIBILIDADE

Atualmente, o Instituto Federal Catarinense *Campus Videira* conta com uma estrutura de acessibilidade para alunos com necessidades específicas, tais como; rampas de acesso às salas de aulas, ao bloco administrativo e ao bloco pedagógico, banheiros adaptados para cadeirantes, elevador, piso tátil, sala de recursos multifuncional e equipe do atendimento educacional especializado.



13 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei n. 9.394**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CNE/CES nº 306/2004** – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Engenharia Agronômica ou Agronomia. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces306_04.pdf. Acesso em 29 de mar. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES nº 1/2006**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia Agronômica ou Agronomia e dá outras providências. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces01_06.pdf. Acesso em 29 de mar. de 2022.

BRASIL. **Lei n. 11.788 de 26 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio dos estudantes. Presidência da República. Brasil: 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão. Ministério da Educação. **Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília: MPOG, 2008.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura**. Conselho Nacional de Educação. Brasília, 2010.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 2012. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf. Acesso em: 02 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância**: reconhecimento e renovação de reconhecimento. Brasília: INEP/MEC, 2017. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_reconhecimento.pdf. Acesso em 02 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Resolução nº 2, de 18 de junho de 2007**. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, 2007. Disponível em:
http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf. Acesso em: 02 de fev. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 23, de 21 de dezembro de 2017**. Dispõe sobre o fluxo dos processos de credenciamento e recredenciamento de instituições de educação superior e de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, bem como seus aditamentos. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TzC2Mb/content/id/39380012/do1-2%202018-09-03-portaria-normativa-n-23-de-21-de-dezembro-2017. Acesso em: 02 de fev. de 2022.



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

BRASIL. Ministérios da Educação. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014 – 2024 e dá outras providências. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 03 de fev. de 2022.

CONFEA. **Resolução Confea Nº 218 de 29 de junho de 1973.** Discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer 1898/75 e 2911/76** que tratam dos conteúdos de Engenharia e Resolução 01/2006 da CES/CNE/ME.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION – FAO. **FAO participa de painel sobre a agricultura brasileira durante conferência internacional sobre fertilizantes, 2018.** Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/en/c/1098805/>. Acesso em: 08 mar 2019.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **Agronegócio movimenta R\$ 61 bilhões na economia Catarinense, 2016.** Disponível em? <https://www.sc.gov.br/index.php/noticias/temas/agricultura-e-pesca/agronegocio-movimenta-r-61-bilhoes-na-economia-catarinense> Acesso em: 15 mar 2019.

GASQUES, J. G; BACCHI, M. R. P.; BASTOS, E. T. Nota técnica IV: Crescimento e Produtividade da Agricultura Brasileira de 1975 a 2016. **Carta de Conjuntura**, nº 38, IPEA, 2018.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Organização Didática dos Cursos do IFC:** Anexo da Resolução nº 010/2021 Consuper/IFC. Blumenau, 2021. Disponível em:
<https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/12/Organiza%C3%A7%C3%A3o-Did%C3%A3tica-dos-Cursos-do-IFC.pdf>. Acesso em 02 de fev. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Plano de Desenvolvimento Institucional/2019-2023.** Blumenau, 2019. Disponível em: https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2019/01/PDI_2019-2023_VERSO_FINAL_07.06.2019_-ps_Consuper.pdf. Acesso em 02 de fev. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução n. 17 – Consuper/2013.** Regulamentação dos Estágios dos alunos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense. Blumenau: CONSUPER, 2013. Disponível em:
<https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2014/07/RESOLU%C3%87%C3%83O-017-2013-Aprova-resolu%C3%A7%C3%A3o-Ad.-ref.-014-2013-Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-Est%C3%A1gios-PROEX.pdf>. Acesso em 02 de fev. de 2022.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE. **Resolução Ad Referendum 02/2022 IFC/Consuper. Dispõe sobre a curricularização da extensão e da pesquisa nos cursos do Instituto Federal Catarinense (IFC).** Disponível em: <https://consuper.ifc.edu.br/wp-content/uploads/sites/14/2022/02/Resolu%C3%A7%C3%A3o-Ad-Referendum-n%C2%BA-02.2022.pdf>. Acesso em 18 de março de 2022.

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA CATARINENSE. **Resolução N° 057/CONSUPER-2012.** Dispõe sobre a reformulação das organizações didáticas dos cursos superiores.

_____ . **Resolução N° 069/CONSUPER-2014.** Dispõe sobre o Regimento Interno da Comissão



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC

Própria de Avaliação – CPA .

KUENZER, A. Z. **Ensino Médio e Profissional: As Políticas do Estado Neoliberal.** 4^a ed. São Paulo: Cortez, 2007, 104 p.



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**

14 ANEXOS

14.1 REGULAMENTO DE ESTÁGIO



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

RESOLUÇÃO Nº 017 – CONSUPER/2013

Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad referendum nº 014/2013, de 17/05/2013.

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IF Catarinense, Professor Francisco José Montório Sobral, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto de 24/01/2012, publicado no Diário Oficial da União no dia 24/01/2012, e considerando:

- I. A reunião do Conselho Superior realizada nos dias 01 e 02 de julho de 2013;
- II. Resolução *Ad referendum* 014/2013.

Resolve **APROVAR**:

Art. 1º – Resolução *Ad Referendum* Nº. 014 – CONSUPER/2013, que dispõe sobre a regulamentação dos estágios dos alunos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, conforme Anexo I.

Art. 2º – Esta resolução entrará em vigor nesta data.

Reitoria do IF Catarinense, 02 de julho de 2013.

Francisco José Montório Sobral
Presidente do Conselho Superior



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

ANEXO I

Art. 1º. Este regulamento estabelece diretrizes para a organização e a realização dos estágios dos alunos da Educação Profissional, Científica e Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense, inclusive nas modalidades de educação especial e de educação de jovens e adultos.

Parágrafo único. O estágio baseia-se na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859 de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; na Resolução CNE/CER nº 1/2004, de 21 de janeiro de 2004, e Resolução CNE/CER nº 2/2005, de 04 de abril de 2005, que altera a redação do Art. 5, § 3 da Resolução CNE/CER nº 1/2004.

**TÍTULO I
DA CARACTERIZAÇÃO**

**CAPÍTULO I
DO CONCEITO**

Art. 2º. O estágio é um ato educativo escolar, desenvolvido no ambiente de trabalho.

§ 1º. Entende-se que toda e qualquer atividade de estágio é necessariamente curricular e supervisionada, assumida intencionalmente pelo IF Catarinense.

§ 2º. Os estagiários devem ser alunos regularmente matriculados no IF Catarinense.

§ 3º. Os estagiários devem ser alunos matriculados em curso compatível com a modalidade de estágio a que estejam vinculados.

**CAPÍTULO II
DA FINALIDADE**

Art. 3º. O estágio, como procedimento didático-pedagógico e ato educativo intencional do IF Catarinense, visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, por seus educandos.

Parágrafo único. O estágio deve integrar o Projeto Pedagógico de Curso e os respectivos instrumentos de planejamento curricular.

**CAPÍTULO III
DAS MODALIDADES**

Art. 4º. O estágio poderá ser obrigatório ou não-obrigatório, conforme determinação das Diretrizes Curriculares e do Projeto Pedagógico de Curso.

§ 1º. Estágio obrigatório é aquele definido como tal no Projeto Pedagógico de Curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

§ 2º Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

§ 3º As atividades de extensão, de monitorias e de iniciação científica na educação superior, desenvolvidas pelo aluno, somente poderão ser equiparadas ao estágio em caso de previsão no Projeto Pedagógico de Curso.

§ 4º. A realização do estágio ocorre dentro de período letivo regular, ou posterior, de acordo com o Projeto Pedagógico de Curso.

**TÍTULO II
DAS PARTES**

**CAPÍTULO I
DO IF CATARINENSE**

Art. 5º. O IF Catarinense, na qualidade de Instituição de Ensino, celebrará Termo de Compromisso de Estágio com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for menor de 18 [dezoito] anos, e com a Parte Concedente, indicando as condições de adequação do estágio ao Projeto Pedagógico de Curso.

Art. 6º. O IF Catarinense poderá celebrar Termo de Convênio para Concessão de Estágio com entes públicos e privados, bem como profissionais liberais de nível superior devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional.

§ 1º. A celebração do Termo de Convênio para Concessão de Estágio entre o IF Catarinense e a Parte Concedente não dispensa a celebração do Termo de Compromisso.

§ 2º. A Rescisão do Termo de Compromisso de Estágio dar-se-á em conformidade com o acordado em documento próprio.

**CAPÍTULO II
DA PARTE CONCEDENTE**

Art. 7º. As pessoas jurídicas de direito privado e os órgãos da administração pública direta, autárquica e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como profissionais liberais de nível superior, devidamente registrados em seus respectivos conselhos de fiscalização profissional, podem aceitar, como estagiários, alunos regularmente matriculados no IF Catarinense.

Parágrafo único. A Parte Concedente deverá observar o disposto no Art. 9º da Lei 11.788 para que possam oferecer estágios aos alunos do IF Catarinense.

Art. 8º. O IF Catarinense e as Partes Concedentes poderão, a seu critério, recorrer aos serviços de agentes de integração públicos e privados, para que esses auxiliem no processo de aperfeiçoamento do estágio, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado, devendo ser observada, no caso de contratação com recursos públicos, a legislação que estabelece as normas de licitação.

**CAPÍTULO III
DO ESTAGIÁRIO**

Art. 9º. A jornada de atividades em estágio será definida de comum acordo entre o IF Catarinense, a Parte Concedente e o estagiário ou seu representante legal, devendo contar do Termo de Compromisso ser compatível com as atividades escolares e não ultrapassar:



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

§ 1º O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no Projeto Pedagógico de Curso e no Projeto Político-Pedagógico Institucional.

§ 2º Se o curso adotar verificações de aprendizagem periódicas ou finais, nos períodos de avaliação, a carga horária do estágio será reduzida pelo menos à metade, segundo estipulado no termo de compromisso, para garantir o bom desempenho do estudante.

Art. 10. A duração do estágio, na mesma Parte Concedente, não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 11. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não-obrigatório.

§ 1º A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

§ 2º Poderá o educando inscrever-se e contribuir como segurado facultativo do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 12. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 13. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

**TÍTULO III
DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

**CAPÍTULO I
DO ORIENTADOR E SUPERVISOR**

Art. 14. O estágio deverá ter acompanhamento efetivo por Professor Orientador do IF Catarinense.

Art. 15. O estágio deverá ter acompanhamento efetivo por Supervisor da Parte Concedente.

Art. 16. O acompanhamento do estágio é de responsabilidade do IF Catarinense e se efetivará por meio de relatórios do estagiário, validados pelo Professor Orientador, atendendo às finalidades descritas no Art. 3º. deste Regulamento.



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense
Conselho Superior

**CAPÍTULO II
DOS INSTRUMENTOS**

Art. 17. O estagiário poderá ser avaliado através de, no mínimo, um dos seguintes instrumentos:

- I – Registro de Atividades, com Parecer do Supervisor da Parte Concedente;
- II – Relatório Parcial de Estágio, com Parecer do Professor Orientador do IF Catarinense;
- III – Relatório Final de Estágio, com Parecer do Professor Orientador do IF Catarinense;
- IV – Autoavaliação do estagiário; e,
- V – Apresentação Oral do Relatório Final de Estágio perante Banca de Avaliação *per se*.

**TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 18. O quantitativo de estagiários por Professor Orientador será definido conforme regulamentação das atividades docentes.

Art. 19. O Comitê de Extensão do Câmpus e o Colegiado do Curso são instâncias primárias para dirimir questões referente ao Estágio.

Art. 20. Os casos omissos neste Regulamento serão apreciados pela Pró-Reitoria de Ensino e Pró-Reitoria de Extensão.

Blumenau (SC), julho de 2013.



**Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense – IFC**



Emitido em 04/10/2022

DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS N° 21253/2022 - CGCG/REI (11.01.18.00.33)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 04/10/2022 11:16)

CAROLINE RESENDE ZAGO
PEDAGOGO-AREA
CGCG/REI (11.01.18.00.33)
Matrícula: 2134820

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifc.edu.br/documentos/> informando seu número: **21253**, ano: **2022**, tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **04/10/2022** e o código de verificação: **d3fb8a72ac**